

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

WERBETH SEREJO BELO

**UMA PERSPECTIVA “IMPARCIAL” DO “MILAGRE ECONÔMICO”:  
construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista**

SÃO LUÍS

2015

**WERBETH SEREJO BELO**

**UMA PERSPECTIVA “IMPARCIAL” DO “MILAGRE ECONÔMICO”:  
construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista**

Monografia apresentada à coordenação  
do curso de História da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do  
grau de licenciatura.

SÃO LUÍS

2015

Belo, Werbeth Serejo

Uma perspectiva “imparcial” do ”Milagre econômico”: construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista . / Werbeth Serejo Belo –São Luis 2015.

131 f

Monografia (Graduação) – Curso de Historia.Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

Orientador: Profª Monica Piccdo Almeida.

1.Ditadura empresarial -militar . 2.Milagre econômico. 3. O Imparcial.  
I.Título

CDU:321.64:338.1

**WERBETH SEREJO BELO**

**UMA PERSPECTIVA “IMPARCIAL” DO “MILAGRE ECONÔMICO”:  
construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista**

Monografia apresentada à coordenação  
do curso de História da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do  
grau de licenciatura.

Aprovada em 07 / 08 / 2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida (Orientadora)**

**Universidade Estadual do Maranhão**

---

**Fábio Henrique Monteiro Silva**

**Universidade Estadual do Maranhão**

---

**Célia Maria da Motta**

**Universidade Federal do Maranhão**

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta trajetória constatei que inúmeras pessoas fizeram parte dela, de diversas formas, não somente na reta final, mas desde o começo de tudo em 2010. Como disse recentemente Maria Bethania, em comemoração aos seus cinquenta anos de carreira, é preciso “abraçar e agradecer”.

Começo agradecendo ao meu pai – José Belo – pelo apoio dado, à sua maneira, minha mãe – Elizabeth – pelo seu enorme carinho e paciência para comigo nestes cinco anos turbulentos.. Aos meus irmãos Alesson (o calmo), Joerbeth (o estressado) e Sérgio (o sábio) por me entenderem sempre. Às minhas Cunhadas Ana Lourdes (Analú), Maira e Sarah. Antonia Laura, obrigado por abrilhantar a vida do titio em dias estressantes.

Aos primeiros amigos feitos: Isaias, Monica Sousa (a zen), Edilene, Joyce (minha comadre), Luanne, Ingrid (a intergaláctica), a vocês meu muito obrigado pelo companheirismo de sempre, por todas as conversas confortadoras e pelos vários momentos vividos na UEMA.

Aos amigos mais recentes que sem dúvida são tão importantes quanto os mais antigos: Mariana Sulidade, obrigado por todas as vezes que nos encontramos e você me proporcionou momentos extremamente alegres com seu jeito sereno de encarar a vida. Sarah (Valois), Raissa Macau - pelas leituras da monografia e pelo encorajamento cotidiano - Jefferson Maciel, Luan Aragão e Afonso Cunha, muitíssimo obrigado.

A minha segunda família: tia Ires, e as primas – irmãs que não tive – Leonice e Danielle.

Ao grupo GEMARX 8, especialmente a Francisca, Acrísio e Hugo pelos dias de estudo juntos.

Agradeço, também, aos professores que nesta trajetória, mesmo sem saberem, marcaram minha vida acadêmica na UEMA: Marcelo Cheche, Yuri Costa. Não poderia deixar de agradecer a Célia Motta que, mesmo com minha rápida passagem pela Universidade Federal do Maranhão, marcou minha trajetória pela sua visão de mundo, fazendo-me acreditar que a mudança é possível.

A Lauisa, a Roberta pelo auxílio dado, sempre dispostas a ajudar.

A Daday, pelo apoio incondicional no Grupo Santa Fé neste momento tão precioso pra mim.

A Monica Piccolo não só pela orientação, mas por seus conselhos, pela segurança dada, pelo apoio em momentos difíceis, pelas frases de encorajamento que nunca vou esquecer, sobretudo pelo “foco, meu querido”, enfim, pela sua amizade. MUITÍSSIMO obrigado.

A Universidade Estadual do Maranhão, obrigado.

## RESUMO

Durante o “milagre econômico” (1969-1973) há a adoção de uma política econômica heterodoxa que tem como base fundamental o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Esta base econômica desenvolvimentista estava diretamente relacionada à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento proposta pelo governo federal em tempos de Ditadura Empresarial-Militar que conciliava o uso “legítimo” da força e a necessidade de criação de consenso na esfera da Sociedade Civil. Para que esse consenso fosse garantido o Estado se utilizava de Aparelhos Privados de Hegemonia, como os impressos, por exemplo. Portanto, este trabalho, tendo por base o conceito de Estado Ampliado elaborado por Antonio Gramsci tem por objetivo analisar o posicionamento do jornal O Imparcial frente à política econômica desenvolvimentista adotada no período.

Palavras-Chave: Ditadura Empresarial-Militar. “Milagre econômico”. O Imparcial.

## ABSTRACT

During the “Economic Miracle” (1969-1973) there is the adoption of a heterodox economic policy that has as fundamental base the economic development in anyway. This base of economic development was straightly related to the Doctrine of National Security and Development proposed by federal govern in times of Business-Military dictatorship that conciliated the strength “legitimate” use and the necessity of consensus creation at Civil Society. To pledge this consensus the State used the Privacy Arrangement of Hegemony, set as printed papers. So, this text, starting to the concept of Amplified State – elaborated by Antonio Gramsci – has as objective to analyze the “O Imparcial” conception of the economic policy adopted based in development at that time.

Keywords: Business-Military dictatorship. “Economic Miracle”. O Imparcial.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 01: O CAPITAL NA SUA FORMA IMPERIALISTA: ANÁLISE E SUSTENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
1.1. Estado capitalista e sua estrutura em debate.....	19
1.2. Interpretações sobre capitalismo contemporâneo: entre imperialismos e mundialização.....	28
CAPÍTULO 02: DITADURA EMPRESARIAL MILITAR ENTRE CONTEXTOS E CONCEITOS.....	35
2.1. Militar, Civil-Militar ou Empresarial-Militar: sustentação teórico-conceitual do golpe de 1964.....	36
2.2. Os antecedentes do “milagre econômico”: a reestruturação do sistema financeiro (1964 – 1966).....	48
CAPÍTULO 03: O “MILAGRE ECONÔMICO” EM DEBATE: PERSPECTIVAS HISTÓRICO-ECONÔMICAS DE UM DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO.....	56
3.1: Projeto desenvolvimentista em marcha: os anos do governo Costa e Silva.....	57
3.2: Consenso e desenvolvimento: O “milagre econômico” e O Imparcial em análise..	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS.....	94



**LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E ORGANOGRAMAS:**

Organograma 1 – Sistema Financeiro Nacional.....	49
Organograma 2 – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.....	54
Gráfico 1 – Índice Geral de Preços no Brasil entre 1940 e 2010.....	62
Tabela 1 – Salário Nominal entre 1964 e 1973 (em Cr\$).....	63
Gráfico 2 – Agências financeiras – O Imparcial – entre 1969 e 1973.....	67
Gráfico 3 – Quantificação das agências do Estado Ampliado no jornal O Imparcial entre 1969 e 1973.....	69
Quadro 1 – Temas recorrentes no jornal O Imparcial entre 1969 e 1973.....	72
Tabela 2 – Dívida externa a médio e longo prazo – 1967/1973 – US\$ milhões.....	74
Tabela 3 – Saldo da balança comercial – 1967/1973 – US\$ milhões.....	74

## LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº5

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH – Banco Nacional de Habitação

BNN – Banco Nacional do Norte

CAMDE – Campanha da Mulher Pela Democracia

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNE – Conselho Nacional de Economia

CONSPLAN – Conselho Consultivo de Planejamento

EPEA – Escritório de Planejamento Econômico e Social do Estado

ESG – Escola Superior de Guerra

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FINAME – Fundo de Financiamento para a Aquisição de Maquinário e Equipamento Industrial

FJD – Frente da Juventude Democrática

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Imposto sobre Consumo

ICM – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias

IGP – Índice Geral de Preços

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IVC – Imposto de Vendas e Consignações

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIN – Plano de Integração Nacional

PIS - Programa Integração Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SNI – Sistema Nacional de Informações

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMOC – Superintendência de Moeda e Crédito

TFP – Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade

*Não há estrada real para a ciência, e só tem a probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas.*

Karl Marx

## INTRODUÇÃO

Antes de qualquer movimento de escrita da História Contemporânea é necessária uma reflexão a respeito da História do Tempo Presente, percebendo seus meandros e relações, sobretudo entre o historiador e suas fontes, o historiador e seu tempo. A História Contemporânea nos permite, a partir do desenvolvimento tecnológico, utilizar outras fontes como a mídia, por exemplo. No entanto, é preciso estar atento para a utilização dessas fontes e a construção de uma História do Tempo Presente, haja vista que estas fontes são reprodutoras de determinados discursos classistas.

A análise do tempo presente tem sido alvo de cientistas políticos e sociólogos mesmo que um grande número de historiadores já esteja se voltando ao recorte temporal mais recente. No entanto ainda há algumas problemáticas ao se construir a chamada História do Tempo Presente.

Três são as denominações dadas à escrita da História mais recente: História Próxima – diz respeito aos últimos 30 anos; História do Tempo Presente – tem como recorte os últimos 50 ou 60 anos e; História Imediata – feita no calor do acontecimento (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 138-139). Levando-se em consideração essa divisão apresentada por Eduardo Maranhão Filho em *Para uma história do tempo presente: o ensaio de nós mesmos* (2009) adota-se aqui, pelo o recorte temporal deste trabalho, a História do Tempo Presente como eixo de análise.

Eric Hobsbawm em *Sobre História* (2013) aponta as seguintes problemáticas: a época de nascimento do historiador; a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride e; devemos atentar para como escapar dos pressupostos que a maioria nos compartilha. (HOBSBAWM, 2013, p. 315). Na perspectiva de estarmos atentos ao compartilhamento de ideias desenvolvidas no jornal O Imparcial que se pretende analisar este objeto, sobretudo como forma de relacioná-lo ao projeto que pretendia garantir sua hegemonia no período do “milagre econômico”.

Essas problemáticas, somadas à possível dificuldade de acesso às fontes, leva à contestação de uma verdadeira construção da escrita da História do Tempo Presente. Acreditamos que as chamadas novas fontes (como a mídia, por exemplo) são instrumentos latentes ao historiador dos fatos recentes ainda que precisem ser feitas considerações importantes a respeito destas novas fontes. No entanto, deve-se ter cuidado com a excessiva relativização do discurso subjetivo (MARANHÃO FILHO,

2009, p. 149), para não cairmos em uma subjetividade excessiva ao analisar o discurso subjetivo.

Maranhão Filho aponta, ainda, dois pontos que o historiador do Tempo Presente deve se atentar ao escrever, o primeiro deles é a subjetividade daquele que pesquisa e escreve (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141). Para o autor, temos três desdobramentos importantes deste ponto de análise que se relacionam. O historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, haja vista que pode ser ator da situação pesquisada. O segundo, quem “escreve pensa sobre si e a partir de si mesmo” (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141), portanto, é de extrema importância que ao utilizar a memória como fonte o historiador a coloque sob a análise constante “da crítica e da perspectiva histórica” (MARANHÃO FILHO, 2009, p.141). Então,

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à sua exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144).

Interessante perceber a análise feita por Maranhão filho a respeito do sujeito. O sujeito é parte de um todo social, mas não somente parte dele, o sujeito se relaciona com outros sujeitos e com o todo social, portanto, não deve ser feita a história de um indivíduo, pois a sociedade é parte de uma estrutura ampla que inclui relações políticas, econômicas e culturais agrupadas e relacionadas a um todo social. Por exemplo, a micro-história “deve apontar para um contexto mais ampliado” (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 147), a micro-história percebe relações em instâncias mínimas que um fazer histórico tradicional – como a história política clássica – jamais poderia analisar, no entanto há que se inserir as análises micro em aspectos mais amplos.

Segundo François Dosse (2012) a história do tempo presente requer uma mudança historiográfica, isto é um “ampliação do tempo presente” (DOSSE, 2012, p. 11) haja vista que há uma ascensão da história oral no século XX além de que novas fontes surgem ao historiador que não as fontes oficiais. Acreditamos que a análise da conjuntura de determinado tempo histórico necessita do embate entre as ditas fontes oficiais e não oficiais. Portanto, neste trabalho são utilizados impressos para análise da conjuntura do “milagre econômico”, como dados estatísticos presentes no site do IBGE, assim como impressos locais como o Jornal O Imparcial a fim de que se possa perceber

um possível choque de informações e analisa-las para que se chegue a um ponto de análise mais profundo.

Vale salientar que o que se busca neste trabalho é uma aproximação com a escrita da história conforme o método científico e não uma única “verdade” a respeito do tema a que nos propomos estudar aqui, haja vista que não é função do historiador apresentar uma única verdade, mas, sim, analisar, criticar para que se possa chegar ao mais próximo possível das funções de um historiador que, segundo Dosse, são três: a função crítica, cívica e ética (DOSSE, 2012, p. 19). Tais funções serão exercidas a partir da compreensão que temos da relação entre o historiador e seu objeto: a renovação do caráter científico e histórico da História Contemporânea e a reconstrução de um entendimento acerca das relações entre passado e presente (NORA, 1992, p.49).

Essa nova relação dos historiadores com suas fontes permitiu uma “transformação do próprio entendimento daquilo a que se está chamando como contemporâneo; de sua história e de sua historiografia. Essa transformação tem como eixo central a mundialização da noção de historicidade” (PICCOLO, 2010, p.36). Segundo Monica Piccolo (2010) outros pontos também “marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente” (PICCOLO, 2010, p.36): a) o abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente à espera do momento em que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador e; b) o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos.

No que diz respeito à demarcação cronológica dos limites temporais da História do tempo Presente. Temos dois referenciais cronológicos: o fim da Segunda Guerra Mundial e a inacessibilidade dos arquivos públicos (PICCOLO, 2010, p.37). Na primeira demarcação temporal temos autores como: Serge Berstein e Danièle Voldman, na segunda demarcação Eric Hobsbawm.

Este trabalho se insere na nova lógica do fazer historiográfico do Tempo Presente sem tentar romper com a história política, mas seguindo o que Marieta Ferreira (2000) aponta como um caminho percorrido pela história desde os Annales que tinha como principal objetivo “questionar a hegemonia da história política” (FERREIRA, 2000, p.116), este trabalho, então: privilegia a história econômico-social; acredita que comportamentos coletivos tem mais importância sobre o censo da história que os comportamentos individuais; prima pela análise das estruturas e; objetiva identificar as

relações (...) que comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso. (FERREIRA, 2000, p.116).

Os pontos supracitados serão relacionados neste trabalho à produção historiográfica sobre a ditadura Empresarial-Militar de 1964, especificamente no que diz respeito ao “milagre econômico”, que tem sido alvo de debates no âmbito acadêmico e fora dele também, sobretudo no ano de 2014 com advento dos 50 anos do golpe. Além disso, temos debates, também, em torno do apoio dado pela imprensa de circulação nacional a esse episódio, no entanto, no que tange ao posicionamento desses impressos no âmbito local, há uma carência de análise mais profunda.

Então este trabalho prima pela resposta a algumas questões, como: qual o preço do desenvolvimento a qualquer custo que era base do “milagre econômico”? Qual o posicionamento do jornal O Imparcial frente a essa política desenvolvimentista? Qual fração burguesa se consolida no período entre 1969 e 1973?

A História econômica do período caracterizado como “milagre econômico” tem sido utilizada em larga escala nacionalmente para sustentar debates acerca do desenvolvimentismo adotado pela política econômica do período. No entanto localmente tem-se uma produção escassa a respeito da análise desta política econômica. Além disso, são escassos também estudos que se proponham a analisar como a imprensa escrita local se posiciona frente a essa política desenvolvimentista adotada entre 1969 e 1973, isto é, são necessárias análises, por exemplo, sobre o posicionamento institucional dos impressos locais, o espaço destinado a reportagens que consolidem – ou não – essa política econômica.

Partindo do arcabouço teórico marxista, sobretudo de matriz gramsciana, este trabalho pretende sustentar que o jornal O Imparcial foi um Aparelho Privado de hegemonia consistente em prol da defesa do projeto desenvolvimentista adotado pelos governos federal e estadual nos anos de 1969 a 1973, haja vista que este periódico foi fundamental na criação de consenso em torno da política econômica heterodoxa adotada no período mencionado, abrindo espaço para inúmeras reportagens, colunas, artigos e editoriais que exaltavam o desenvolvimentismo tão almejado pela política econômica. A partir desta hipótese pretende-se analisar o posicionamento institucional do *Jornal O Imparcial*, a partir de matérias e/ou editoriais, a respeito da política econômica que tinha por base o desenvolvimento econômico a qualquer custo; analisar o posicionamento institucional do Jornal O Imparcial frente a política econômica; verificar e analisar o



comportamento do jornal em relação aos pilares da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento; identificar o posicionamento do jornal a respeito da interpretação sobre o período caracterizado como ditadura Empresarial-Militar.

No primeiro capítulo apresentamos concepções a respeito do Estado Contemporâneo utilizando autores marxistas (pela orientação teórica aqui adotada). O modelo de Estado aqui analisado apresenta duas partes: a primeira busca uma análise em âmbito macro que vai desde Engels a Nicos Poulantzas, passando por Marx e Gramsci; a segunda parte analisa o Estado burguês contemporâneo e tem como ponto principal de análise a sua forma imperialista.

No segundo capítulo apresentamos um debate a respeito do regime autoritário brasileiro de 1964, a fim de que possamos nos posicionar frente a uma das vertentes apresentadas. Ainda no segundo capítulo é feita uma análise da reestruturação do sistema financeiro nacional para que possamos no terceiro capítulo analisar o período chamado de “milagre econômico”.

No terceiro capítulo, além da já mencionada análise do período chamado de “milagre econômico” apresentamos uma discussão a respeito do “desenvolvimentismo” e, analisamos o posicionamento do jornal O Imparcial frente a essa política econômica heterodoxa desenvolvimentista adotada entre 1969 e 1973. A metodologia adotada pretende fazer as análises supracitadas de forma concomitante, isto é, relacionado discussão sobre o “milagre”, análise da política econômica do período e o posicionamento do Jornal O Imparcial.

Portanto, este trabalho busca garantir a sua natureza científica através dos pontos apresentados por Enrique Serra Padrós (2009) como garantidores dessa natureza. Então, para o autor esta natureza científica só pode ser alcançada se: a) a análise do acontecimento for feita com profundidade histórica; b) houver um rigor crítico no trabalho com as fontes e; c) houver explicação dos fatos hierarquizando-os e integrando-os numa perspectiva do processo. (PADRÓS, 2009, p. 33).

## **CAPÍTULO 01: O CAPITAL NA SUA FORMA IMPERIALISTA: ANÁLISE E SUSTENTAÇÃO TEÓRICA**

Estados burgueses têm se fortificado a cada ponto de inflexão econômica em todo o mundo, alguns se inserindo de forma subsidiada como parte de um complexo deste modo de produção contemporâneo que vem, a cada dia, consolidando seus tentáculos aos mais distantes territórios.

Frações da classe dominante se alternam, por meio de projetos, na condução de suas vontades através do controle sobre estatais de forma que estrategicamente se utilizam de ações consensuais para legitimar este projeto, ou ainda da coerção com o uso “legítimo” da força.

É comum ouvir falar em globalização<sup>1</sup>, por exemplo, sendo esta uma das formas de por máscaras na bruta e cruel expropriação de milhões de seres humanos que são vistos como meros trabalhadores em prol do desenvolvimento de nações capitalistas (quando muito, assim são vistos).

O Brasil claramente se insere nessas relações capitalistas contemporâneas de forma que não se abstém de sustentar as regalias da fração financeira da burguesia contemporânea, alimentando a expansão desta através de promulgação de leis que permitem cada vez maiores frações de lucro, como exemplo, com o surgimento de conglomerados de financeiras que enchem os bolsos dos trabalhadores de dívidas e os cofres de empresas multinacionais de capital.

Para além dessas rápidas reflexões é necessário perceber como que esta forma do capitalismo, o imperialismo, emergiu e se consolidou transformando milhares de vidas de trabalhadores em um verdadeiro pesadelo. O movimento a ser feito é revisitar alguns teóricos do Estado capitalista para que se possa fazer uma rápida análise de sua estrutura em diferentes momentos até chegar ao ápice da consolidação da forma financeira deste.

A primeira parte desta análise, isto é, a revisitação aos teóricos sobre o capitalismo é tema deste capítulo e tem por objetivo demonstrar os vieses do capitalismo contemporâneo para que se reconstrua o caminho traçado pelo imperialismo desde suas origens até a consolidação de sua forma financeira no Brasil que ocorre entre 1969 e 1973 no período conhecido como “Milagre Econômico”. Além disso, este

---

<sup>1</sup> O termo globalização emerge como forma de tornar pouco perceptível a lógica expansionista do capital, isto é, como forma de “naturalização” das relações capitalistas apresentadas à sociedade contemporânea de forma que se utiliza de discursos como quebra de fronteiras entre nações e uma convivência harmoniosa entre estas. Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

capítulo tem como objetivo secundário apresentar o arcabouço teórico aqui utilizado como sustentação deste trabalho, isto é, o conceito de Estado e imperialismo que melhor se encaixam na análise deste momento histórico tão importante para entender o capitalismo contemporâneo. Para tal, iremos analisar obras publicadas por estudiosos marxistas que tem como temática o capitalismo.

### 1.1: Estado capitalista e sua estrutura em debate

Discutir sobre concepções de Estado capitalista requer passar, pelas principais matrizes teóricas do Marxismo<sup>2</sup> (no tempo de Marx e pós-Marx). Assim, o primeiro autor a ser analisado é Friedrich Engels em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Friedrich Engels (1960)<sup>3</sup> discute como o próprio título sugere, o estabelecimento da temática do surgimento do Estado como uma das partes constitutivas de sua obra.

---

<sup>2</sup> Segundo Norberto Bobbio, entende-se por Marxismo “o conjunto das ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral a concepção do mundo, da vida social e política consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica ‘doutrina’, que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels”. (BOBBIO, 2009, p.738).

<sup>3</sup> *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi publicada originalmente em 1884. “Fundador, juntamente com Marx, do socialismo científico e expositor brilhante de sua filosofia: o materialismo dialético. Seu pai era fabricante de tecidos, e a difícil situação dos operários da fábrica paterna bem cedo feriu a sua sensibilidade. Nas *Cartas de Buppertal*, que escreveu em 1839, descrevia e criticava as condições de miséria em que viviam os trabalhadores da indústria têxtil alemã. Democrata, revolucionário, desde muito jovem Engels ingressou no movimento socialista. Em 1842, transferindo-se para Londres, acompanhou de perto a luta cartista, e aí realizou o seu famoso estudo sobre a *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, publicado em 1845. Já antes, em 1844, publicara um trabalho crítico sobre a Economia Política, nos *Anais Franco-Alemães*, revista editada em Paris por Marx e Ruge. Em ambos trabalhos formulara alguns dos elementos teóricos do socialismo científico. Cheglov observa que Engels chegou, como Marx, ao comunismo e ao materialismo antes de sua colaboração comum, isto é, independentemente um do outro. Conheciam-se desde 1841, por troca de cartas, sendo Engels colaborador do jornal de Marx, a *Gazeta Renana*. O primeiro encontro pessoal de ambos se verificou em Colônia, quando aquele seguia para a Inglaterra. Mas desde então se ligaram para o resto da vida, irmanados pelo mesmo destino e por uma amizade sem exemplo em homens de tal porte. “Em fins de setembro de 1844, Engels escreve a Marx, de Barmen, onde vivia a sua família e onde ele nascera. Ainda não tinha Engels completado seus 24 anos. Aborrecia-se da vida no seio da família e procurava escapar de seu controle. Seu pai, autoritário, industrial cheio de convicções, revoltava-se de ver seu filho frequentar reuniões políticas e professar ideias comunistas.(...) Durante o tempo em que ainda esteve em Barmen, onde o reteve também, por algum tempo, uma aventura romanesca, ele cede à pressão de seu pai e vai trabalhar, durante uma quinzena, nos escritórios da fábrica pertencente a seu progenitor.(...) Em 1847, escreveu para a Liga dos Comunistas, cuja sede era em Londres, um projeto de catecismo ou “profissão de fé comunista” (publicado por Bernstein, em 1931, com o título de *Princípios do Comunismo*), que serviu a Marx como base para redigir o celebre *Manifesto Comunista*, aparecido em fevereiro de 1848, em alemão”.

“Em sua carta de 24 de novembro de 1847, Engels informava a Marx que tinha esboçado um projeto do *Manifesto Comunista*, pronunciando-se, entre outras coisas, contra a forma de catecismo que anteriormente se tinha pretendido dar.(...) Toda a sua campanha contra Dühring, Engels a fez, procurando a aplicação consequente do materialismo e acusando o materialista Dühring de confundir a questão com

Para Engels, O Estado surge a partir da organização da sociedade após estabelecimento da *gens*<sup>4</sup>, não surge, pura e simplesmente, a partir da família como núcleo de organização.

A origem do Estado se dá de forma muito mais complexa, pois as relações que se estabelecem entre famílias e entre gens são analisadas de forma profunda por Engels quando este divide a análise dos tipos de família em três: a família Sindiásmica, a família Punaluana e a família monogâmica. Essa divisão é feita com base em outra divisão de fases feita por Engels, fases essas que vão da selvageria à civilização, passando pela barbárie.

Esse resgate dos tipos de família é feito por Engels com um propósito: perceber como se deu o processo de transição entre essas fases até chegar ao modelo monogâmico de família que, segundo Engels, surge para garantir o direito de herdar os bens adquiridos pelo chefe da família<sup>5</sup>.

A família monogâmica se apresenta então, como forma de garantir a posse da herança pela família e, mais que isso, sinaliza para o surgimento da propriedade privada e o direito por parte dos herdeiros de reivindicarem esta propriedade com legitimidade baseada no modelo monogâmico. Portanto, segundo Engels, o Estado é fruto das relações estabelecidas entre família (gens), propriedade privada e sociedade.

Vale ressaltar que toda análise sobre a família e a gestação do Estado a partir das relações supracitadas, é baseada em uma análise de lutas, primeiro entre homem e mulher pela condução da linhagem da família, depois entre classes na sociedade burguesa. Segundo Engels:

---

palavras, de cultivar frases, de usar processos de raciocínio que implicam numa concessão ao idealismo, na passagem a posições idealistas. Ou o materialismo, consequente até o fim, ou a mentira e a confusão do idealismo filosófico, esta é alternativa apresentada *em cada um dos parágrafos do "Anti-Dühring"*; e os indivíduos de cérebros embebidos na filosofia professoral reacionária ficaram sozinhos, sem sequer se aperceber. Até 1894, data em que escreveu o seu último Prefácio para o *Anti-Dühring*, cuja revisão acabava de fazer e que então tinha recebido o seu último retoque, Engels, que se mantinha a par da filosofia nova e dos progressos das ciências naturais, não deixou de insistir com a máxima decisão nas suas concepções, claras e firmes, varrendo a poeira dos novos sistemas, grandes e pequenos. O fato de que se tenha posto a par de tudo o que diz respeito à filosofia moderna, verifica-se por seu livro *Ludwig Feuerbach*." (Disponível em: [www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm](http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm)). Acessado em 18/03/2015.

<sup>4</sup> Segundo Engels, a gens constitui-se “num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não se podem casar uns com os outros; e, a partir de então, este círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que o distinguem das outras gens da mesma tribo.” (ENGELS, 1960, p. 45).

<sup>5</sup> É importante frisar que aqui neste estágio a família monogâmica já está estabelecida como modelo hegemônico com um cunho patriarcal em detrimento dos modelos matriarcais das famílias de tipo Sindiásmica e Punaluana.

As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada tinha mais a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se na criada principal, sem mais tomar posse na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social [...] A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica franca ou mais ou menos dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 1960, p. 71).

Esta relação foi o germe para a grande elaboração sobre o conceito de Estado formulado por Engels baseado no conflito entre classes que será esmiuçado por Karl Marx fundando assim as bases do que viria a ser conhecido como Marxismo.

Para Engels o Estado nada mais é que

[...] um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortizar o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1960, p. 160)

Claro que entre a primeira relação e esta última citada há uma série de proposições e análises sobre divisão do trabalho, luta de classes, além de outras temáticas pertinentes sobre o conceito de Estado para Engels. Fica nítido, também, a partir da análise desta última citação de Engels que o método dialético<sup>6</sup> já está se consolidando quanto forma de análise das relações existentes dentro deste Estado.

Ainda se utilizando do método dialético como base de sua análise de relações dentro da sociedade burguesa, Marx elabora sua concepção de Estado baseado em um

---

<sup>6</sup> Em “Dicionário de Conceitos Históricos” Kalina Silva e Maciel Silva definem a dialética como “um método de análise, fundamentado na contradição, que organiza o raciocínio para a busca da *verdade*, analisando uma situação contraditória de dada realidade: para comprovar uma tese o investigador usa uma antítese, ou seja, a negação da própria tese original. Mas a negação não é suficiente para a compreensão do fenômeno investigado, pois toda negação, em si mesma, contém alguma positividade (não se pode negar sem afirmar alguma coisa). É preciso então aproveitar as contribuições positivas que existem na tese e na antítese para se chegar em uma síntese dos dados conseguidos.” (SILVA. SILVA, 2010, p. 97). Os autores apontam ainda o uso do método dialético por Marx e Engels e apontam que “Engels definiu e classificou as três leis do materialismo dialético: lei de unidade e lei dos contrários; lei de conversão da quantidade em qualidade e vice-versa; e lei de negação da negação.” (SILVA. SILVA, 2010, p.99).

Estado que pode ser considerado uno<sup>7</sup>, no entanto dividido em duas partes: a superestrutura e a infraestrutura. No entanto, essa sua concepção sobre o Estado surge a partir de seu desagrado com o Estado burguês que no século XIX já estava em processo de consolidação com a já passada Revolução Industrial<sup>8</sup> e com a Revolução Francesa.

A divisão feita por Marx é esta: superestrutura e infraestrutura. Na superestrutura está todo o corpo político do Estado, isto é, “não é o aparelho jurídico que explica a sociedade burguesa, como queria Hegel; ele é apenas uma superestrutura e a sociedade encontra a sua explicação nas relações de propriedade” (MARX, 2003, p. 07). Na infraestrutura acontecem as disputas, ou melhor, as disputas acontecem a partir das relações de produção. Segundo Tom Bottomore,

As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. (BOTTOMORE, 1988, p. 157).

Tendo em vista, portanto, que a classe dominante era a classe burguesa e que esta detinha o monopólio dos meios de produção e que o proletariado em troca vendia sua força de trabalho<sup>9</sup> é que se podem pensar as disputas entre classes<sup>10</sup> no Estado Burguês. E a partir dessas disputas é que o Estado Burguês se estabelece.

---

<sup>7</sup> Quando me refiro a Estado Uno pretendo dizer que o Estado para Marx é um Estado Restrito dividido em duas esferas e, não, um Estado Ampliado como Gramsci, por exemplo, irá desenvolver posteriormente.

<sup>8</sup> Há uma intensa produção a respeito da Revolução Francesa e sua caracterização como burguesa ou não burguesa. Para os marxistas que a analisam, logicamente, ela é considerada burguesa e uma revolução dividida em várias revoluções que para Lenin seria a chamada Revolução Permanente e para Gramsci poderiam ser considerados movimentos contra hegemônicos, isto é, uma série de projetos que pretendiam nacionalizarem-se, projetos esses que podem ser da fração dominada da classe dominante, ou então, da classe dominada. No entanto, no momento certo essas concepções serão abordadas no texto de forma mais clara.

<sup>9</sup> Marx conceitua a venda do excedente da força de trabalho como mais valia. No entanto, esta pode ser dividida entre relativa e absoluta. A mais valia absoluta ocorre quando há o aumento das horas de trabalho e, a mais valia relativa, ocorre quando há investimentos em novas máquinas que necessitam de trabalhadores para manuseá-las. Segundo Bottomore, “a extração da mais valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário”. (BOTTOMORE, 1988, p.227).

<sup>10</sup> O conceito de classe é de fundamental importância para que se possa entender a obra marxiana, pois, segundo Bottomore, “Num certo sentido, ele foi o ponto de partida de toda a teoria de Marx, pois foi a descoberta do proletariado como ‘a ideia do ponto real’ que fez Marx voltar-se diretamente para a análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento”. (BOTTOMORE, 1988, p.61).

Lenin (1988)<sup>11</sup> em *Estado e Revolução* decide, como método, resgatar a teoria de Estado marxista para então apresentar sua ideia de Revolução e expõe sua análise desse Estado chegando à conclusão que “esse Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe” (LENIN, 1998, p.226), reforçando a tese de Marx.

Enquanto para Marx e Lenin esse Estado era composto por superestrutura e infraestrutura, para Antonio Gramsci (2012)<sup>12</sup> em *Cadernos do Cárcere: notas sobre a política de Maquiavel*, esse Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e Sociedade Civil. No seio da Sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>13</sup> e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos<sup>14</sup> que transitam entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil com o objetivo da nacionalização deste projeto. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

O pensador italiano (Norberto Bobbio) indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de Sociedade Civil em Gramsci e em Marx: enquanto Marx identifica Sociedade Civil com base material, com infraestrutura econômica, a Sociedade Civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (COUTINHO, 1989, p.73).

---

<sup>11</sup> Obra aqui utilizada publicada originalmente em 1917. “Lenin: Membro fundador, principal teórico e dirigente do Partido Bolchevique. Dirigiu o partido e os soviets à tomada de poder na Revolução Russa de 1917. Fundou a Internacional Comunista, identificou o Imperialismo como fase superior do Capitalismo e enfatizou o papel do partido como vanguarda da revolução.” (Disponível em: [www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm)). Acessado em 18/03/2015).

<sup>12</sup> A obra aqui utilizada foi escrita entre 1932 e 1934. “Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade aonde frequentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (L'Avanti) e tendo sido editor de vários jornais socialistas italianos, tendo fundado em 1919, junto com **Palmiro Togliatti**, o L'Ordine Nuovo. O grupo que se reuniu em torno de L'Ordine Nuovo aliou-se com Amadeo Bordiga e a ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci viria a ser um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a Bordiga até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado [[L'Unità]]. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci (apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde. (Disponível em: [www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm](http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm))

<sup>13</sup> São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico.

<sup>14</sup> Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto, como foi dito no corpo do texto, seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

Portanto, para Gramsci, as relações são estabelecidas de forma dual, isto é, através da coerção e do consenso e dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política<sup>15</sup> e, ainda, em uma relação entre ambas. Quando a disputa ocorre dentro da sociedade política Gramsci caracteriza como *fissura do bloco no poder* e, quando na Sociedade Civil, podem ser caracterizadas como *movimentos contra - hegemônicos*. Esses movimentos contra hegemônicos se tornam hegemônicos a partir da crise de hegemonia de determinado projeto que conduz a organização do Estado. Esta crise de hegemonia ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2012, p.60).

Há, ainda, para Gramsci, os partidos, que são responsáveis por organizar a vontade coletiva que geralmente são movimentos contra – hegemônicos, isto é, que possuem projetos diferentes do que o que está hegemônico. Retornemos a Marx, então, que é o “pano de fundo” deste trabalho.

Em *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2003)<sup>16</sup> faz um resumo sobre a sua proposta de estudo acerca dessas relações que são a base deste Estado:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de

<sup>15</sup> A partir das concepções de sociedade civil e sociedade política Gramsci elabora os conceitos de sociedade ocidental e sociedade oriental. Essa divisão de formas de sociedade em ocidental e oriental nada tem a ver com a divisão geográfica, mas com a capacidade de organização da Sociedade Civil. A Sociedade de tipo Oriental possui uma Sociedade Civil fraca, isto é, com pouca capacidade de organização, enquanto nas Sociedades de tipo Ocidental a Sociedade Civil é forte. São exemplos de Sociedade de tipo Oriental as em que predomina a forma de Estado Imperial.

<sup>16</sup> Obra escrita originalmente em 1857. Neste ano Marx se encontrava em uma condição financeira nada boa além de estar enfrentando problemas hepáticos. Sua esposa se encontrava grávida e doente também. Além disso, suas publicações no Tribune foram reduzidas o que lhe causou uma redução nos vencimentos. Com Marx e Jenny doentes, suas filhas Jennychen e Laura passaram a auxiliar nos serviços domésticos e passaram a trabalhar como secretárias de Marx. Além da sua aproximação com Engels e Lassalle o convite para dar uma contribuição para escrever a New American Encyclopedia fez com que Marx se empolesse e retornasse aos escritos econômicos. A crise norte-americana de 1857 fez com que Marx, assim como a New American Encyclopedia retornasse aos escritos econômicos. (GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013).



produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...] Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (MARX, 2003, p. 05).

Isto posto, é possível perceber como para Marx estavam relacionadas à superestrutura e a infraestrutura em seu método dialético. Ainda na *Contribuição à crítica da Economia Política* Marx analisa, muito detalhadamente, a relação entre produção e consumo e os estágios entre essa relação que desemboca no que o autor considera como *produção*<sup>17</sup>.

A produção é a primeira fase dessa relação “maior” também de produção, no entanto, o estágio seguinte dessa relação é a distribuição “que determina a proporção em que o indivíduo participa na repartição desses produtos” (MARX, 2003, p. 232), logo após existe a troca que “obtem-lhe os produtos particulares em que o indivíduo quer converter a quota-parte que lhe é reservada pela distribuição” (MARX, 2003, p.232) e, por fim o consumo, aqui os produtos são objetos de desejo, de necessidade do homem. Eis a base das já mencionadas relações de produção.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011)<sup>18</sup> aponta que essas relações de produção são amplas, isto é, estão além da confecção da mercadoria, aponta também que o momento da produção é momento também de consumo e que os ditos estágios da produção se relacionam, isto é, a produção, a circulação, a troca, o consumo não são estágios que ocorrem em sequência, somente, mas ocorrem de forma paralela e relacional.

No que diz respeito às formas deste Estado manter sua dominação, para Marx, como já foi dito, se dá através do monopólio dos meios de produção detidos pela burguesia; para Gramsci se dá através da construção do Consenso e para Lenin,

O imperialismo e a dominação dos bancos desenvolveram até uma arte extraordinária de defender e por em prática a onipotência da riqueza em quaisquer repúblicas democráticas. (LENIN, 1988, p. 230).

---

<sup>17</sup> Neste caso a produção além de ser um estágio dentro dessa relação maior, ela (a produção) é a própria relação entre o ato de produzir e consumir diametralmente opostos, no entanto, opostos numa perspectiva de inserção dialética.

<sup>18</sup> Textos originalmente publicados em 1858.

Além dessas concepções elaboradas por Marx sobre a constituição do Estado, Marx dá uma ‘resposta’ ao Estado Burguês, isto é, uma espécie de saída. Mas qual a saída? Para Marx a saída seria a Revolução do Proletariado, ou seja, a tomada de poder pelo proletariado, mas a tomada de poder por assalto, através da já mencionada Revolução. Após a Revolução chegar-se-ia ao Estado de transição que seria o Estado socialista para então chegar ao Estado Comunista.

A concepção de Lenin sobre a Revolução do Proletariado é bem parecida com a concepção de Marx. Assim, para Lenin, da mesma forma que ocorria na União Soviética, em 1917, deveria ocorrer nos demais países, não percebendo Lenin, portanto, que dependeria de cada conjuntura vivida por determinado país. Portanto, para Lenin se aplica ainda a concepção de Revolução Permanente.

Mas, a grande superação dialética em relação a Marx, no que tange à tomada de poder, é elaborada por Antonio Gramsci. Para este teórico, a partir de sua concepção ampliada do Estado, o poder pode ser tomado de duas formas: no que ele chama de *Guerra de Movimento e Guerra de Posição*. Guerra de movimento seria a tomada do poder de assalto e a chamada Guerra de Posição seria a tomada do poder a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos capazes de serem nacionalizados e se tornarem hegemônicos a partir de estratégias.

Partindo de uma base marxista pautada – sobretudo - em Althusser e Gramsci, Nicos Poulantzas elabora sua concepção de Estado-Relação, isto é, o Estado é formado a partir de uma *condensação de lutas*; lutas entre classes dominantes e dominadas e entre as classes dominantes, o que pode ser caracterizado como *fissura do bloco no poder*.

Essa condensação de lutas no seio do Estado ocorre em uma esfera do Estado Ampliado que Poulantzas nomeia de *Ossatura material do Estado*, sendo esta análise parte da hipótese central deste autor. Então,

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. (POULANTZAS. 2000. p.12)

Para que o autor chegasse a essa conclusão perpassa e analisa duas concepções de Estado que tendem a ser utilizadas em muitos trabalhos sobre o Estado capitalista

contemporâneas: “Estado Coisa” e “Estado Sujeito”, isto é, duas análises polarizadas da constituição de um Estado.

Segundo Poulantzas, o Estado possui um papel de organização e de reprodução de lutas de forma que este “representa e organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder” (POULANTZAS, 2000, p. 129). No que diz respeito ao “Estado Coisa” o autor deixa claro que nesta concepção as classes dominantes são submetidas a essa forma de Estado enquanto que na forma de Estado-sujeito, este (o Estado) se submete às classes sociais.

No entanto o que o autor defende é que o Estado é uma correlação e uma condensação de forças que surgem a partir das relações de produção, relações essas que são pautadas a partir da força de trabalho e do surgimento do mais valor. Vale lembrar que relação de produção e criação de mais valor são base da *Ossatura institucional do Estado*, portanto é na base material do Estado e na sua forma organizacional que ocorrem as disputas entre classes.

Não há como se pensar o Estado contemporâneo capitalista sem perceber a imbricação entre Estado e economia latente, pois as bases da luta entre classes são bases materiais institucionalizadas pelo Estado Restrito, então para uma sólida análise do Estado contemporâneo deve-se perceber que,

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (Estado-Relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. (POULANTZAS, 2000, p. 134)

Portanto as relações capitalistas, baseadas em relações de classe, são o motor do Estado capitalista, isto é, são o combustível que movimenta a engrenagem da exploração capitalista feroz e desumana. No entanto, como pode ser percebido, o Estado capitalista possui formas variadas de acordo com o espaço geográfico-social e o tempo que se pretende analisa-lo. Por isso, é de fundamental importância perceber as interpretações deste Estado capitalista desde fins do XIX em um contexto internacional perpassando por debates contemporâneos a respeito deste Estado.

## 1.2. Interpretações sobre capitalismo contemporâneo: entre imperialismos e mundialização

Várias interpretações acerca do capitalismo contemporâneo podem ser incorporadas aos trabalhos acadêmicos que permitam uma análise mais profunda da sociedade contemporânea. É muito comum, no entanto, que se encontre em trabalhos acadêmicos, e fora da academia, uma generalização a respeito da forma contemporânea do Estado capitalista.

Essa generalização perpassa por algumas formas de análise deste Estado, tais como: adoção da simples forma do capitalismo como Estado burguês, sem sequer tentar perceber qual fração burguesa detém a hegemonia do projeto estatal vigente; frequente análise da hegemonia norte-americana sem apresentar o contexto em que esta nação se apresenta quanto nação hegemônica da nova forma capitalista; análise do Estado contemporâneo de forma que este seja fruto de uma simples sequência de acontecimentos que tem a ver de forma mínima com a esfera econômica em que este está inserido e; análise que apresenta esfera econômica completamente externa ao Estado, e externa à política, de forma que durante a análise este Estado seja apresentado ora como Estado sujeito, ora como Estado coisa.

Portanto, o objetivo central deste tópico é perceber as principais interpretações deste Estado capitalista contemporâneo e construir um debate entre os autores de forma que, ao final deste capítulo, possamos nos posicionar frente ao cabedal teórico utilizado como pano de fundo das análises históricas que nos propomos a fazer nos capítulos seguintes.

Dentre os autores que trabalham com formas do capitalismo serão trabalhados alguns mais relevantes dentro da matriz teórica marxista como: Marx, Lenin, Poulantzas, François Chesnais, David Harvey e Virginia fontes. Utilizaremos Marx e Poulantzas de forma que estes não entrarão no debate sobre imperialismo, mas como pontos de apoio a um debate secundário de conceitos, como capitalismo financeiro.

Lenin em *Imperialismo: a fase superior do capitalismo* (2008) adota como início de sua análise o ano de 1870, período em que as grandes nações se consolidavam quanto nações capitalistas e outras estavam em pleno fim de processo de unificação (especificamente Alemanha e Itália). Em sequência, entrariam em pleno processo de redistribuição de territórios na África e na Ásia, o que as apresentaria de fato como nações imperialistas.

O autor continua sua análise no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) <sup>19</sup> e encerrando sua análise no período entre guerras, mais exatamente no ano de 1924.

Lenin tem como objetivo principal “expor os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (LENIN, 2008, p.15) para tanto o autor analisa a relação entre capital bancário e capital industrial no que culminaria o que Lenin chama de capital financeiro. Segundo Lênin,

O século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capitalismo financeiro (LENIN, 2008, P.46).

Portanto, a análise do capitalismo financeiro é base para a compreensão do sistema imperialista em pleno processo de consolidação desde fins do século XIX, segundo Lenin.

Para este autor o capitalismo financeiro é uma *união íntima*<sup>20</sup> entre capital bancário e capital industrial, isto é, uma correlação entre estas formas de capital para a sustentação do financiamento necessário às indústrias em pleno vapor no final do século XIX a nível mundial e início do século XX a nível de Brasil com o plano de industrialização do governo Vargas. Obviamente o dito autor não trabalha com a análise da conjuntura brasileira anteriormente mencionada, esta análise é feita por Virginia Fontes em *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010).

A autora parte do conceito do próprio Lenin de *união íntima* e elabora um novo conceito aplicável à conjuntura econômica do Brasil do século XX, a *união pornográfica*. Segundo Virgínia Fontes o que era uma “simples” união entre capital bancário e capital industrial passa a ser uma mistura de relações econômicas entre as diversas formas de financeiras dispostas a financiar indústrias em todo país.

O capital financeiro analisado por Lênin não tem sua matriz, sua gênese de análise a partir de suas publicações, o próprio Marx já havia feito análise de uma forma de consórcio entre capitais que este acaba por caracterizar como capital financeiro.

---

<sup>19</sup> Esse episódio, aliás, ficou caracterizado como imperialista em algumas leituras na história. A Primeira Guerra Mundial teria surgido como disputa imperialista entre as nações, envolvendo desde territórios do Império Austro-húngaro a territórios franceses que culminariam nas guerras Austro-prussiana e Franco-Prussiana que ocorreram entre 1866 e 1871.

<sup>20</sup> Quando menciona em seu texto sobre união íntima, Lenin está tratando de união entre famílias possuidoras de capital bancário com famílias possuidoras de capital industrial. Esse termo será reutilizado por Virginia fontes em análise do Brasil Contemporâneo, no entanto, a autora o utilizará de forma adaptada.

No entanto, para Marx, o capital financeiro seria uma correlação entre capital industrial e capital mercantil, isto é, no processo de circulação do capital, esse capital entra em processo de transição, variando, entre capital dinheiro e capital mercadoria. Nas palavras de Marx, o dinheiro passa a efetuar,

[...] movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial. (...) Esses movimentos (...) transformam esse capital em capital financeiro. (MARX. 1991. P. 363)

Então, durante o processo de circulação, segundo Marx, teríamos a constituição do capital financeiro, correlacionando capital industrial ao capital mercantil, enquanto para Lenin a correlação acontece de forma mais latente, para a constituição do capital financeiro, entre o capital bancário e o capital industrial.

Então, como já foi mencionado, o capitalismo financeiro é a forma hegemônica do modo de produção capitalista contemporâneo, forma esta pertencente à política de dominação imperialista que tem por objetivo a dominação através da inserção de capital de origem multinacional e transnacional em novos territórios.

Partindo desse princípio básico a respeito do imperialismo, temos novos debates sobre a forma conceitual que possa abarcar de forma mais eficaz essa nova lógica imperialista que em muito se difere da forma sustentada por Lênin no início do século XX.

A primeira análise conceitual a ser feita é utilizada por François Chesnais (2008) que também tem o capitalismo financeiro como hegemônico na forma capitalista contemporânea. No entanto, seu conceito não apresenta nomenclatura que resgate – à primeira vista – o conceito de imperialismo. No que tange ao conceito de capital financeiro utilizado por este autor, temos uma problemática central a ser discutida: Chesnais apresenta o capital financeiro de forma que este não se apresenta relacional, isto é, não é uma relação de sustentação entre capitais como ocorre em Lênin e em Marx, por exemplo. Segundo o autor,

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro **predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro”** – beneficiam-se, então de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a metade (...). (CHESNAIS, 2008, p. 29. Grifos nossos).

Neste trecho supracitado, pode ser percebida claramente a análise do autor de forma que este polariza a atuação das formas contemporâneas do capital, isto é, segundo Chesnais a relação que ocorre entre estas formas é uma relação de dominação entre capitais, o que acaba por polarizá-las e não relacioná-las como bem fez Marx e Lênin em suas análises e, como faria também Virginia fontes.

Além da utilização do conceito de capital financeiro, o autor utiliza o conceito de *mundialização do capital*, ou seja,

A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a “relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece, mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”. (CHESNAIS, 2008, p. 30).

O conceito de mundialização do capital adotado pelo autor apresenta um equívoco: o conceito aparece como se as relações capitalistas tivessem entrado em um processo de internacionalização, ou mundialização, em meados do século XX, quando este processo é bem anterior, na verdade se origina no processo de industrialização ocorrido na Inglaterra e no processo revolucionário burguês ocorrido na França na forma de Revolução Permanente iniciada em 1788 com a convocação dos Estados Gerais e se finda em 1851 com o Golpe de 18 Brumário de Luís Bonaparte.

Ao contrário do que sustenta o geógrafo David Harvey, Chesnais acredita que “a mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS, 2008, p. 33).

No entanto, há que se perceber o caminho traçado pela forma contemporânea do capitalismo para então perceber seu núcleo de atuação e expansão. David Harvey (2004) se propõe justamente a fazer esta análise em *O novo imperialismo*. Nesta obra o autor tem como hipótese central que “o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana” (HARVEY, 2004, p. 56).

O geógrafo trabalha com a longa duração à luz do materialismo histórico com o objetivo de “examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando (...)” (HARVEY, 2004, p. 10).

Para tanto, o autor utiliza termos como imperialismo, capital financeiro e hegemonia, alguns desses termos são problematizados ao longo da obra como o termo hegemonia que difere do termo utilizado por Antonio Gramsci.

O termo *hegemonia* aparece como sinônimo de liderança, isto é, não perpassa por uma análise do Estado Ampliado feita pelo filósofo italiano, aqui nesta obra o termo é sinônimo de *hegemon* que significa líder.

No que tange ao imperialismo, o autor se posiciona de forma que para este o termo mais eficaz a ser utilizado seria *imperialismo capitalista*. No entanto, o autor apresenta duas formas de interpretação do imperialismo contemporâneo. A primeira seria fruto de uma “fusão contraditória entre política do Estado e do Império” (HARVEY, 2004, p. 52) isto é,

Projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos econômicos e militares. (HARVEY, 2004, p. 52).

A segunda interpretação tem por base que o imperialismo estaria relacionado a “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2004, p. 52), ou seja, o imperialismo é visto como “processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (HARVEY, 2004, p. 52).

Esta segunda interpretação somada à interpretação clássica (principal aspecto: territorial) seria a mais eficaz forma de interpretação deste “novo” imperialismo analisado pelo autor, que apresenta os Estados Unidos no centro de disputas, sobretudo no Oriente Médio, mas que tem sua origem desde o pós-1945.

No mesmo recorte temporal temos a análise da historiadora Virginia Fontes (2010) no já mencionado livro *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* que propõe uma lógica do capital sustentada pela atuação de empresas transnacionais e multinacionais. A autora parte das análises de Estado capitalista propostas por Marx, Gramsci e Lenin reconfigurando conceitos ao contexto do Brasil Contemporâneo.

Segundo a autora o Capital-Imperialismo é a forma atual do Imperialismo em que a fração burguesa empresarial é a condutora do projeto econômico-político que atua em diversas instâncias do Estado Relação, isto é, partindo do pressuposto que o Estado capitalista contemporâneo é um Estado Ampliado que tem por base uma nova roupagem do capital financeiro.

Segundo Fontes essa nova roupagem do capital financeiro se dá pela explosão de conglomerados de financeiras que acontece no Brasil na segunda metade do século XX



não havendo mais, como propunha Lenin, uma *união íntima*, mas, uma *união pornográfica* no sentido de que várias relações econômico-políticas acontecem paralelamente baseadas no que Marx caracterizou como *capital produtor de juros*.

Segundo Marx o capital produtor de juros “além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital” (MARX, 1991, p. 392), portanto sua função primeira de atuação na circulação ganha uma segunda forma de atuação.

Além disso, ao gerar lucro e conseqüentemente juro ao capitalista financeiro e a quem empresta – respectivamente – o capital dinheiro tem a capacidade de gerar mais dinheiro no âmbito de sua circulação.

Então, há que se considerar como fração dominante do capital imperialismo a fração financeira da burguesia que se utiliza de aparelhos tanto no âmbito da sociedade civil (Aparelhos Privados de Hegemonia) quanto no âmbito da sociedade política (apropriação jurídica de aparelhos institucionais do Estado), além de combinar o uso “legítimo” da força (coerção) e o convencimento da população de suas ações (consenso).

Então, a partir do que foi apresentado, este trabalho tem por base que o Estado contemporâneo apresenta sua forma ampliada de acordo com a concepção gramsciana de Estado, isto é, as lutas ocorrem no seio da sociedade civil a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos, com a utilização de Aparelhos Privados de Hegemonia de forma que este Estado é um “Estado-Relação”, portanto uma condensação de forças que, na ossatura material do Estado disputam esses projetos.

A imprensa local tem grande relação com o golpe Empresarial-Militar de 1964 no que tange à veiculação de notícias durante todo o regime ditatorial e seu posicionamento frente a esta. No que diz respeito ao uso do conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia, este é pensado como fundamental na análise do jornal O Imparcial, que se pretende fazer neste trabalho, haja vista que o dito impresso é o segundo de maior circulação no Maranhão neste período e, portanto, ferramenta importante de compreensão da construção de consenso a respeito das diretrizes político-econômicas adotadas.

Além disso, a fração financeira atua de forma que no Estado Capital-Imperialista brasileiro esta fração se organiza na segunda metade do século XX, mais exatamente a partir de 1964 quando há a reforma do Sistema Financeiro Nacional no primeiro

governo militar, e se consolida quanto fração hegemônica a partir do período chamado de “milagre econômico” a ser analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

## CAPÍTULO 02: DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: ENTRE CONTEXTOS E CONCEITOS

Em 1964, no Brasil, é consolidado o golpe de Estado que abalaria toda a democracia brasileira. Militares e frações civis tomariam a condução do Estado Restrito<sup>21</sup> em prol de uma fração de classe. Uma nova engrenagem político-econômica seria estabelecida e, a partir de então, sob os dizeres positivistas da bandeira nacional, seria necessária a “ordem e o progresso” para que o país entrasse em um eixo de desenvolvimento econômico e de reordenação política sustentados a partir de uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que seguia os ditames da Escola Superior de Guerra<sup>22</sup>, criada em 1949 e alinhada aos Estados Unidos.

Entretantes, algumas questões surgem: A Sociedade Civil estava envolvida na teia de relações político-econômicas de elaboração do golpe? A Sociedade Civil em massa apoiou o golpe ou somente uma fração desta? Se somente uma fração esteve envolvida, que fração era essa? E o regime que se segue é apoiado pela Sociedade Civil ou tem a condução de uma fração civil? Ou ainda, somente os militares estavam inseridos na materialidade institucional do Estado?

Este capítulo se propõe a responder estas questões apresentando o debate a respeito do período ditatorial brasileiro pós-1964 de forma que nos posicionaremos como parte integrante de uma das vertentes de análise do golpe e do regime pós-1964. Além disso, partindo da hipótese de que o “milagre econômico” brasileiro possui suas

---

<sup>21</sup> Para Antonio Gramsci o Estado é Ampliado, portanto a esfera da Sociedade Civil é inserida na lógica de organização estatal, não como acréscimo mas como parte integrante – e importante – deste, haja vista que é no seio da Sociedade Civil que se encontram as lutas de classes e a elaboração de projetos contra-hegemônicos. Para maiores detalhes ver GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

<sup>22</sup> “A Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949, sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria. Esses militares acreditavam que o País poderia tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio. Seu primeiro Comandante e Diretor de Estudos, o Marechal Cordeiro de Farias, foi sucedido pelo Marechal Juarez Távora. Desde essa época, estabeleceu-se um sistema de rodízio, sendo a Escola comandada, alternadamente, por oficiais-generais por militares do último posto das três forças singulares. Ao assumir o comando, o Marechal Juarez Távora, juntamente com o seu antecessor, dedicaram-se a preparação da doutrina da Escola, estruturada nos campos político, econômico, psicossocial, científico-tecnológico e militar. A busca pelo estímulo intelectual multidisciplinar fez com que em 1951, além de militares dos estamentos superiores das três forças, a Escola recebesse também a contribuição de civis do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade”. Disponível em: <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>. Acessado em: 18.06.2015.

bases entre 1964 e 1967 decidimos recuar ao ano de 1964 para analisarmos as diretrizes econômicas que possibilitaram o “milagre econômico”.

### **2.1. Militar, Civil-Militar ou Empresarial-Militar: sustentação teórico-conceitual do golpe de 1964**

Essas questões têm suscitado debates a respeito do regime brasileiro que se inicia em 1964, debates que dizem respeito à própria caracterização do regime, a atuação dos principais agentes envolvidos durante todo o período e, ainda, das próprias instituições inseridas no Estado Restrito que atuaram como ferramentas para que determinado projeto se tornasse hegemônico, além de instituições no âmbito da Sociedade Civil que foram agentes também na disputa por hegemonia.

Para que tais questões sejam respondidas, este tópico apresenta as principais concepções a respeito do golpe de 1964 e o regime instaurado no Brasil a partir do golpe, a fim de que possamos nos posicionar frente a uma das vertentes que serão expostas a seguir.

O primeiro autor a ser apresentado é Daniel Aarão Reis (2001) que apresenta o golpe de 1964 como fruto do colapso do populismo. Para tanto, construiu uma trajetória das relações político-econômicas do governo Goulart de forma personalista, centrando suas análises na atuação individual do então presidente e a consequência das opções tomadas ao longo do seu governo.

A partir dessa análise da trajetória de Goulart<sup>23</sup>, Reis aponta alguns fatores fundamentais para a constituição do golpe: a) no plano internacional “a revolução cubana, transformando-se em revolução socialista, desencadeara o temor nas esferas conservadoras de todo o hemisfério americano” (REIS, 2001, P. 332); b) nas forças armadas “a movimentação dos graduados, desde 1961, cimentara a unidade dos oficiais (...) a defesa da legalidade e da constituição passava a se combinar com a defesa da própria sobrevivência profissional e institucional” (REIS, 2001, P. 333); c) na igreja católica “o espectro do comunismo ateu (...) desencadeava angústias apocalípticas. (...) a luta política assumia as dimensões de uma cruzada” (REIS, 2001, P. 333); d) no campo

---

<sup>23</sup> Aqui não será apresentada a trajetória de Goulart, para que não se fuja do objetivo central deste ponto do texto: apresentar as principais matizes conceituais do golpe. Para uma melhor compreensão do Governo Goulart conferir: REIS, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

popular “a defesa do slogan ‘na lei ou na marra’ resumia todo um programa” (REIS, 2001, P. 334). Neste ponto o autor se refere ao programa de reformas de base, que era um dos eixos de maior importância do programa de governo e suporte para muitos conflitos intra e extra governamental; e) o quinto ponto desses fatores é considerado pelo autor como fruto dos quatro primeiros fatores, haja vista que este fator se trata da “insegurança entre as camadas médias da população” (REIS, 2001, P. 335); f) a grande mídia teria sido parte importante na constituição do golpe de 1964, pois denunciava “as incoerências do governo Goulart, suas promessas demagógicas, sua irresponsabilidade, agitando o espanto de uma república sindicalista, ante-sala de uma eventual comunização do país, como então se dizia” (REIS, 2001, P. 335).

Interessante perceber como o autor utiliza esses fatores para demonstrar o apoio em massa da sociedade civil<sup>24</sup> ao golpe de 1964, desgastada com o não posicionamento de Goulart frente a um programa de governo que não se demonstrava coeso. No entanto, é importante salientar que o autor aponta o apoio da sociedade civil não à condução do golpe junto aos militares, o que nos permite salientar que o golpe, segundo ao autor, foi uma obra arquitetada e posta em prática somente pelos militares, ou uma fração destes.

Outro ponto a ser questionado sobre a tese do autor diz respeito ao já mencionado apoio da sociedade civil ao golpe. Em poucas partes de seu trabalho Reis localiza que o apoio é dado pela “camada média”, o que pode ser mais um problema em sua análise, haja vista que já temos estudos que apontam para uma fração empresarial (ou tecno-empresarial) de condução e apoio ao golpe. Apontar a camada média da sociedade ainda assim é homogeneizar a sociedade civil.

Esta combinação de ingredientes contribuía para desencadear a insegurança entre as camadas médias da população, espremidas e desconfortadas entre as elites e as bases da pirâmide social. (...) As lutas sociais e as greves repetidas, protagonizadas pelos de baixo, no início, infundiram receio. Com o tempo, veio o medo, e, mais tarde, o pânico (REIS, 2001, p.335)

Portanto, a partir da rápida análise acima exposta pode-se constatar que Reis adotou uma perspectiva tradicional da análise do Golpe de 1964 que o caracteriza o

---

<sup>24</sup> O autor trabalha com a concepção de que a sociedade civil é uma esfera externa ao Estado. Além disso, a forma como o autor trabalha a construção do golpe de 1964 nos leva a acreditar que o golpe foi articulado por militares com o apoio da sociedade civil inteira de forma que esta é vista de forma homogênea.

como “*golpe militar*”, isto é, arquitetado pelos militares e posteriormente recebe o apoio da sociedade civil.

No entanto, vale salientar que recentemente o autor chega à conclusão de que este propagou uma noção “errônea” do golpe ao considerá-lo estritamente militar. Nas palavras de Demian Bezerra de Melo ao se referir ao termo civil-militar,

Em uma aula inaugural do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, em março de 2010, o historiador Daniel Aarão Reis enfatizou a importância dessa (suposta) precisão, chegando mesmo a fazer uma autocrítica de seus textos pretéritos que fizeram com que circulasse a noção “errônea” de ditadura militar. (MELO, 2012, P. 40).

Aproveitando a citação de Demian Melo trazemos as próprias palavras de Daniel Aarão Reis sobre o termo “ditadura militar”. Aarão menciona que o termo foi elaborado ainda em 1964 e em nota de rodapé a seu texto principal aponta:

Eu mesmo empreguei o termo, e quantas vezes, inclusive em título de livro, contribuindo para consolidar uma tradição equivocada, do que hoje me arrependo. (REIS, 2010, p.183).

Sobre o termo Civil-Militar, iniciamos, então, a exposição e análise dos autores que adotaram essa perspectiva analítica sobre o golpe de 1964 e o caracterizam como Civil-Militar. Entre tais autores há uma fissura no que diz respeito à condução do regime, isto é, alguns identificam o golpe e o regime como Civil-Militar; outros apontam para uma articulação golpista Civil-Militar e para uma condução do regime autoritário estritamente militar. Começamos pela segunda perspectiva que é a adotada por Carlos Fico.

Segundo Carlos Fico (2004) o debate se inicia fora da academia e os textos eram apresentados em colunas de jornais pelos chamados memorialistas e, somente na década de 1970 o debate ganha consistência dentro do meio acadêmico.

Posteriormente o autor analisa episódios do governo João Goulart que, foram fatores que possibilitaram o golpe de 1964, como a “incompetência do governo e sua tendência esquerdista” (FICO, 2004, P.15). Vale destacar que esta ideia utilizada pelo autor é uma tese capitaneada pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), aparelhos que, segundo René Dreifuss (1987), têm em sua composição estrutural formada por tecno-empresários.

Nesta mesma obra, Fico analisa trabalhos que tratam do golpe de 1964. Para uma melhor compreensão, o autor divide o texto em alguns blocos: narrativa; marxismo; padrão moderador; militares; paralisia; microanálise. Em rápidas palavras apresentaremos quatro destes blocos acima expostos e, ao final, o posicionamento de Fico a respeito do golpe de 1964.

No que diz respeito ao bloco “*narrativas*”, o autor critica as caracterizações destes trabalhos como simples espécie de “catálogo de fatos que não apresentam nenhuma análise” (FICO, 2004, P.28). Isto é, para Fico isto seria uma caracterização injusta, haja vista que estes trabalhos estavam embasados em um largo material histórico, como por exemplo o trabalho de Thomas Skidmore *The politics of military rule in Brazil (1964-1985)*, lançado em 1988.

No segundo bloco – intitulado *padrão moderador* – o destaque é dado ao texto intitulado *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira* de Alfred Stepan (1975) (outro *brazilianist*<sup>25</sup>, assim como Skidmore).

Segundo Carlos Fico, para Stepan, a instituição militar reage às novas conjunturas do sistema político. Stepan atribuiria, ainda, todo o movimento feito pelos militares em 1964 à falta de habilidade de Goulart de “equilibrar o sistema político” (FICO, 2004, p. 31).

Para Carlos Fico, em análise à obra de Stepan,

Até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis caracterizável como “moderador”, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos de sua capacidade e legitimidade para governar (FICO, 2004, p.31).

É enfático o posicionamento de Stepan – a partir da análise de Fico – no que diz respeito à especificidade da intervenção militar em 1964, isto é, aquele momento não se caracterizaria como uma simples intervenção em prol da reorganização política do Brasil. Além disso, a confiança necessária aos militares para que se mantivessem na condução do Estado Restrito haveria de ser alcançada graças à formação destes na Escola Superior de Guerra (ESG).

---

<sup>25</sup> Estudiosos norte-americanos que tinham como objeto de análise o sistema político brasileiro em seus diversos recortes temporais.

No que diz respeito ao bloco intitulado ‘marxismo’, Fico aponta que para os marxistas os militares seriam “agentes instrumentais da burguesia” (FICO, 2004, p.32). Acreditamos que a análise de Fico esteja um tanto equivocada a respeito do bloco marxista haja vista que a leitura marxista defende que os militares estabeleceram uma aliança com uma fração burguesa – mais especificamente a fração financeira - que estava se projetando em direção à condução do Estado.

No próximo bloco analisado, intitulado “militares”, Fico caracteriza o golpe como civil-militar. No entanto, na orquestração do episódio de 1964, os militares teriam se sobressaído frente a atuação civil. Esta análise é fundamental para a posterior caracterização do regime unicamente como militar feita por Carlos Fico. Segundo o autor,

Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para a presidência (FICO, 2004, p.38).

É importante ressaltar que diversos cargos foram direcionados a civis que faziam parte do complexo IPES/IBAD, como foi exposto por René Dreifuss<sup>26</sup>. Outrossim, estes civis estavam inseridos em complexos empresariais por todo país e, ligados ao capital internacional e nacional (associado). O próprio autor aponta essa inserção. No entanto, o faz de forma secundária a fim de sustentar sua tese baseada na preponderância militar na organização do golpe de 1964.

Isto indica, segundo Fico, que “se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar” (FICO, 2004, p.38).

Fico (2003), que caracteriza o golpe como Civil-Militar e o regime como militar, lista e analisa os principais aparelhos utilizados pelo Estado para a permanência e consolidação de determinado projeto então em hegemonia<sup>27</sup>. A título de exemplo, o autor utiliza o Sistema Nacional de Informações - SNI e aponta os agentes inseridos nesse aparelho para legitimar, ou melhor, sustentar a hipótese de que a história do período pode ser vista como a trajetória dos militares conhecidos como integrantes da

---

<sup>26</sup> A apresentação de René Dreifuss será feita ao final do tópico pela opção aqui dotada de análise.

<sup>27</sup> Vale ressaltar que Fico não trabalha com o arcabouço teórico gramsciano, mas os termos aqui inseridos, são inseridos por conta da nossa orientação teórica para análise.



linha dura que, com um discurso anticomunista e anticorrupção, ansiavam por maiores prazos para completar a chamada “operação limpeza” iniciada no início da ditadura, aqui, mais uma vez revela-se a preponderância militar frente às frações civis, defendida por Fico.

René Dreifuss (1987) analisa os principais aparelhos localizados na Sociedade Civil que visavam sustentar um projeto em hegemonia. Lista os agentes inseridos nesses aparelhos – sobretudo tecnoempresários – e aponta que estes agentes eram membros da Sociedade Civil que estavam ligados aos militares do Estado Restrito e, muitas vezes, se localizam no Estado Restrito também. O objetivo de Dreifuss é perceber, então, o golpe e o regime como Civil-Militar, tese que rebate a sustentada por Carlos Fico de Regime Militar.

No capítulo IX (O complexo IPES/IBAD no Estado – a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica) Dreifuss apresenta qual fração civil está diretamente relacionada à organização do golpe de 1964 e de que maneira esta fração se insere na condução do Estado Restrito juntamente com os militares. Além disso aponta que

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência das fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de *empresários* ou, na melhor das hipóteses, de *tecno-empresários* (DREIFUSS, 1987, p.417).

Portanto, Dreifuss localiza no Estado Restrito a atuação desses civis e sua ligação ao capital multinacional e associado, o que nos permite aferir que as reformulações ocorridas em toda a estrutura financeira do país e, claro, o próprio episódio golpista de 1964, estavam diretamente relacionados à reformulação capitalista que vinha ocorrendo mundialmente desde 1945. Esse processo tem suas bases consolidadas nacionalmente no período do regime autoritário que perduraria no Brasil, para a maioria dos historiadores, até 1985.

Para sustentar sua hipótese Dreifuss realiza um trabalho exaustivo mapeando as principais agências e agentes envolvidos na articulação do golpe e que, posteriormente, estariam desempenhando a função de intelectuais orgânicos<sup>28</sup> no regime que se seguiria. Dentre estas agências temos o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que,

---

<sup>28</sup> Dreifuss trabalha com a perspectiva analítica do Estado elaborada por Antonio Gramsci. Portanto, os intelectuais orgânicos são agentes que são responsáveis pela nacionalização do projeto que objetiva estar hegemônico. Para tanto, estes intelectuais transitam entre as esferas da sociedade civil e da sociedade política, podendo esta última também ser chamada de Estado Restrito. Vide capítulo 1.

segundo Dreifuss, apoia a candidatura de Castello Branco (DREIFUSS, 1981, p.420) o que aponta a estreita relação desta agência com a sociedade política, funcionando como Aparelho Privado de Hegemonia. O IPES era composto massivamente por empresários e tinha uma relação estreita com Escola Superior de Guerra, isto é, com a principal formadora do corpo militar brasileiro que tinha a Doutrina de Segurança Nacional como cartilha de conduta e de ação política<sup>29</sup>. Além do já exposto, O IPES seria a agência responsável pela elaboração de diretrizes bem como a “deliberação sobre pessoas que deveriam ocupar os postos-chave na nova administração” (DREIFUSS, 1987, p.421).

Dentre os órgãos de atuação política da elite orgânica temos, segundo Dreifuss, o Serviço Nacional de Informações - SNI, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, Conselho Consultivo de Planejamento - CONSPLAN, Escritório de Planejamento Econômico e Social do Estado - EPEA, além dos ministérios e Casa Civil; no que tange a atuação econômica temos a Superintendência de Moeda e Crédito - SUMOC, Fundo de Financiamento para Aquisição de Maquinário e Equipamento Industrial - FINAME, Banco do Brasil, Conselho Nacional de Economia - CNE, Conselho Monetário Nacional - CMN, Ministérios, Banco Central do Brasil - BACEN, Bancos estaduais, entre outros. Dreifuss apresenta a estreita relação da elite orgânica com essas duas esferas da sociedade (econômica e política) de forma que apresenta a atuação dos civis nestes diversos aparelhos estatais e privados e sua constante luta na Ossatura Material do Estado<sup>30</sup> em prol da consolidação da hegemonia de seus projetos constantemente em embates.

Enquanto Dreifuss está inserido numa perspectiva gramsciana de análise do regime Empresarial-Militar, Jorge Ferreira pode ser caracterizado como personalista, pois a partir da análise da trajetória de Goulart no Estado Restrito, o autor explica a atuação dos militares em 31 de março de 1964.

Para Jorge Ferreira (2003), a tentativa de Goulart de agradar a vários setores da sociedade seria a explicação para o golpe. No período parlamentarista a aproximação de Goulart com os esquerdistas através de medidas que favoreciam os trabalhadores, por exemplo, incomodava o setor direitista, tendo Goulart que abandonar determinadas medidas para favorecer o setor direitista.

---

<sup>29</sup>Para um melhor acompanhamento da função de cada agente inserido no IPES vide DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: vozes, 1981. P. 417 – 479.

<sup>30</sup> Este conceito foi elaborado por Nicos Poulantzas e apresentado aqui no capítulo 01.

Goulart, ainda segundo Ferreira, acaba se aproximando do centro na tentativa de agradar a ambos os setores da sociedade. Uma equipe elabora então o Plano Trienal<sup>31</sup> que objetivava estabilizar a inflação, e ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, o Plano Trienal, segundo Ferreira, não atinge seu objetivo e a instabilidade do governo Goulart e o crescente sentimento de enfraquecimento dos militares levam ao golpe de 1964.

Ainda na concepção de golpe Civil-Militar temos dois trabalhos recentes. O primeiro deles é do historiador Marcos Napolitano (2014). Neste trabalho Marcos Napolitano considera o golpe Civil-Militar um “carnaval das direitas” (NAPOLITANO, 2014, p. 43), o que nos permite apontar que o autor trabalha com a hipótese, assim como René Dreifuss, de um golpe de classe. Napolitano considera que o golpe de classe foi resultado de uma crise política iniciada em outubro de 1963 somada à conspiração golpista de longa data. Nesta equação havia um fator que ligava as duas variáveis: o trabalhismo (reação; oposição) principal fator de ligação entre civis e militares.

No que tange aos aspectos econômicos havia um incômodo maior no que diz respeito à remessa de lucros<sup>32</sup>, pois,

Os executivos a serviço do capital estrangeiro viam o fantasma da regulamentação da remessa de lucros cada vez maior. Na verdade a lei tinha sido aprovada pelo congresso em 1962, mas ainda não sancionada

---

<sup>31</sup> “Elaborado, para o período de 1963 a 1965, pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, no governo João Goulart. O objetivo era planejar um plano que permitisse um desenvolvimento econômico rápido e, simultaneamente, agilizasse uma rápida estabilização nos preços. O desenvolvimento utilizaria como referencial o período de 1957 a 1961, quando o PNB cresceu em 7% ao ano. Essa aceleração da economia deveria ser compatível com as condições de vida da população: os 7% deveriam ser repassados aos salários reais, com base na produtividade, numa tentativa de distribuir melhor a renda, privilegiando as faixas inferiores de estratificação social. Quanto à pressão inflacionária vigente (50% em 1962), o plano visava medidas de urgência para evitar uma hiperinflação (100%), que, segundo o plano, paralisaria a atividade econômica. Nesse sentido, propunha uma redução para 25% em 1963 e para 10% em 1964. O plano tinha também propostas em outras áreas, como a educação, e pretendia viabilizar medidas que solucionassem as disparidades regionais de níveis de vida; alterava determinados aspectos jurídicos com o intuito de promover o desenvolvimento das chamadas “reformas de base” (principalmente a reforma agrária); defendia a necessidade de assegurar a capacidade para importar, por meio de um refinanciamento da dívida externa do país. A estratégia que utilizaria para a obtenção desses meios de crescimento abrangeria a vinculação do montante de investimentos, direcionados e ajustados a recursos preexistentes” (SANDRONI, 1999, p.471-172)

<sup>32</sup> “[...] Em 1955, durante o governo Café Filho, a Sumoc emitiu a instrução nº 113, de 17 de janeiro, aumentando ainda mais as vantagens dos capitais estrangeiros aplicados no Brasil. Em 1961, a questão polarizou novamente a opinião pública e, em 3/9/1962, já durante o governo João Goulart (1961-1964), foi promulgada a lei nº 4 131, limitando em 10% do capital registrado o valor das remessas de lucros permitida ao capital estrangeiro. Esta lei foi posteriormente modificada durante o governo do general Castelo Branco pela lei nº 4 390, de 29/8/ de 1964, ampliando para 12% o limite fixado na lei anterior” (SANDRONI, 1999, p.337).

pelo presidente, que não queria um conflito com os Estados Unidos logo no começo de mandato. Pela lei as empresas estrangeiras poderiam remeter ao exterior até 10% do capital registrado. A crise econômica e a pressão da esquerda nacionalista, em meados de 1963, o obrigavam a uma definição. (NAPOLITANO, 2014, P. 47).

Além dos fatores práticos da política e da economia havia um aparelho que estava atuando em prol da organização do projeto golpista que, segundo Napolitano, era de longa data: o IBAD, que detinha um grande número de atores do golpe. No entanto, Napolitano se posiciona de forma a apontar a heterogeneidade do movimento golpista, isto é, a divisão que havia no seio das Forças Armadas até 1964, de forma a não homogeneizar a elaboração do projeto golpista em grupos que comumente são analisados como homogêneos. No entanto, estes grupos golpistas precisavam construir uma estratégia capaz de por em prática o golpe organizado. Na verdade foram dois caminhos: o primeiro, “forçar o presidente João Goulart a romper com a esquerda, ficando refém do conservadorismo” (NAPOLITANO, 2014, P.54); o segundo, “derruba-lo por um ato de força apoiado pelas Forças Armadas” (NAPOLITANO, 2014, P.54). Estes dois caminhos reforçam a atuação das duas esferas da sociedade que se conciliaram em prol da deposição de João Goulart e a intervenção militar consequente: a esfera civil, a partir do primeiro caminho, e a esfera militar, a partir do segundo caminho.

O segundo trabalho mais recente sobre o Regime pós-1964 é do doutor em Serviço Social José Paulo Netto (2014). Ainda no prefácio, o autor já aponta que o modelo econômico a serviço do grande capital seria instaurado na ditadura (NETTO, 2014, P.18) e se posiciona frente a caracterização conservadora de ditadura militar denotando que,

Se trata – advirta-se ao eventual leitor, com certeza desnecessariamente – de uma interpretação crítica, própria de uma perspectiva dos que, em 1964, foram, junto com as massas da população brasileira, derrotados transitoriamente pelos golpistas **civis** e **militares** (NETTO, 2014, P. 20. Grifos nossos).

Neste trecho o autor se refere às mazelas causadas a toda civilização brasileira a partir do golpe de 1964. No entanto, o que vale absorver deste trecho é o posicionamento do autor no que tange à conceituação do regime autoritário brasileiro pós-1964 como um regime cercado de alianças entre frações civis e militares. Essas

frações civis que o autor aponta não ficam deslocadas no livro: os empresários e os grandes latifundiários são a peça-chave na aliança feita com os militares e se aliaram a alguns governadores, como Magalhães Pinto (MG). Além disso, estas frações foram fundamentais no financiamento de organizações golpistas – Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, Frente da Juventude Democrática - FJD, Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade - TFP e similares (NETTO, 2014, P.66) – que desencadearam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Portanto, segundo Netto, as frações golpistas serviam ao grande capital e, para tanto, seria necessária a movimentação das “classes proprietárias” (NETTO, 2014, P.71) no sentido de por a direita num “ativismo desesperado” (NETTO, 2014, P.65) contra a possibilidade de uma ameaça comunista. Portanto, mesmo estando associado ao grande capital, o golpe de 1964 se deu por meio de uma articulação interna com aliança entre frações da classe dominante – com o empresariado na liderança – vinculadas aos EUA de diversas formas<sup>33</sup>. Nas palavras de Jose Paulo Netto

[...] foi na dinâmica interna das lutas de classes no Brasil que se armou o seu cenário e se gestaram as condições do seu êxito em 1964. Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para seu campo (NETTO, 2014, P.74).

Além das interpretações sobre a caracterização do regime, a partir da questão econômica, tem-se a análise a partir da resistência aos aparelhos de repressão do Estado como forma de mudança nas interpretações.

O próximo bloco de análise tem por base a Doutrina de Segurança Nacional (e desenvolvimento), caracterizando, assim, a ditadura do pós 1964 como Ditadura de Segurança Nacional. Neste bloco de análise tem-se, como autora principal, Maria Helena Moreira Alves que em seu livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* (1984) apresenta como hipótese central que

O sistema de dominação ressurgiu com uma força “interna”, através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer interesses estrangeiros, não especificamente porque sejam

---

<sup>33</sup> Recebiam apoio financeiro e ideológico através da ESG que tinha sua base ideológica inspirada em escolas Norte-americanas.

estrangeiros, mas porque podem ir ao encontro de valores e interesses que julgam tais grupos serem os seus próprios. (ALVES, 1984, p.21).

A partir do fragmento acima exposto, percebe-se que Maria Helena Moreira Alves trabalha com uma perspectiva de embates entre classes sociais em defesa de seus interesses, o que – a partir do arcabouço teórico aqui utilizado – pode ser considerado uma disputa por hegemonia. O que faz com que este trabalho se insira na perspectiva que adota a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento<sup>34</sup> como elemento chave para a compreensão da lógica Capital-Imperialista<sup>35</sup> em tempos de ditadura Empresarial-Militar. Como hipótese secundária a autora aponta que

A ideologia de segurança nacional contida na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente (ALVES, 1984, p.26).

A partir das hipóteses apresentadas a autora desenvolve o texto a fim de alcançar seu objetivo principal que seria “examinar as relações entre o Estado e a oposição, determinadas pelos complexos mecanismos de dominação política e social vigentes no país desde 1964” (ALVES, 1984, p. 19) legitimadas pela já mencionada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que tinha por base o uso “legítimo” da força a fim de conter a ameaça comunista (guerra interna) e proporcionar o desenvolvimento econômico do país. Segundo Alves o papel da economia no sistema econômico mundial teria as seguintes bases: o capital multinacional, o capital nacional associado, o capital de Estado e a inserção de capital internacional. Esta seria a grande estratégia da fração empresarial em prol da consolidação do capitalismo financeiro no Brasil, obviamente aliado a outras frações da burguesia.

No que tange às agências de organização do projeto, a autora aponta que havia um complexo formado pela ESG, pelo IPES e pelo IBAD que estreitaram laços a partir da

---

<sup>34</sup> A diferenciação rápida e básica entre os trabalhos de Maria Helena Moreira Alves e Enrique Serra Padrós no que diz respeito à utilização do termo Doutrina de Segurança Nacional por este e Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento feita por aquela diz respeito às diferentes áreas que estes dois autores trabalham. Alves trabalha na área da História econômica enquanto Padrós na área da História Política.

<sup>35</sup> A lógica capital imperialista é elaborada por Virginia Fontes em seu livro intitulado *Brasil e Capital Imperialismo: Teoria e História*. A apresentação pormenorizada foi feita no primeiro capítulo deste trabalho.

articulação golpista de 1964 no intuito de criar e organizar “uma rede de informações, considerada necessária a um Estado eficaz e centralizado” (ALVES, 1984, p.25).

Por fim, no que diz respeito ao modelo econômico da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento a autora aponta que “não pode haver segurança nacional sem desenvolvimento econômico” (ALVES, 1984, p.47). Portanto, a DSND (Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento) estaria nas bases da conciliação entre coerção e consenso a fim de “legitimar” a ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento que se iniciara no Brasil pós-articulação golpista de 1964.

Tendo apresentado a respeito das principais correntes conceituais do golpe de 1964 no Brasil é necessário explicitar que o posicionamento aqui adotado frente a essas correntes é de organização do golpe Empresarial Militar, haja vista que, em primeiro lugar, a fração burguesa empresarial conduziu as estratégias golpistas *pari passu* com os militares e, em seguida, recebe o apoio dos grandes latifundiários e da pequena burguesia; em segundo lugar, uma parte dos teóricos – de direita – acabou por tomar o termo Civil-Militar como forma de homogeneizar a sociedade civil e posicioná-la como se esta estivesse em massa apoiando o golpe de 1964. Segundo Demian Bezerra de Melo,

[...] em suma, o argumento “civil-militar” da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como “grande novidade”, ao se distanciar da dinâmica do estudo de luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura. Pois enquanto Dreifuss apresentou a natureza de classe desses “civis”, as novas abordagens em tela perdem-se numa descrição dos elementos “civis” que teriam protagonizado as principais ações (ou as mais visíveis) sem que sejam estabelecidos seus nexos sócio históricos (MELO, 2012, P.44).

Portanto, a partir da leitura de René Dreifuss e da análise supracitada feita por Demian Melo, a concepção sobre o golpe aqui adotada é Empresarial-Militar, pois os militares e os grandes grupos de empresários estavam na condução do novo projeto que almejava se tornar hegemônico, haja vista que estes civis, segundo Dreifuss, podem ser chamados de “*empresários* ou, na melhor das hipóteses, de *tecno-empresários*” (DREIFUSS, 1987, p.417).

## 2.2. Os antecedentes do “milagre econômico”: a reestruturação do sistema financeiro (1964 – 1966)

A partir de 1964, com o golpe classista Empresarial-Militar, uma nova fração burguesa passa a conduzir as diretrizes estatais em consonância com um grupo heterogêneo de militares que ditam novas formas de acumulação de capital baseado em planejamento econômico, isto é, não seria mais adotado um posicionamento imediatista frente às proposições econômicas a partir dali.

Enquanto no contexto internacional tinha-se uma consolidação do pensamento neoliberal, no Brasil toma-se uma postura de planejar em prol de um desenvolvimento econômico, mesmo que muitas vezes essas diretrizes estivessem alinhadas, em parte, com a ideologia neoliberal<sup>36</sup>, como a recessão necessária à (re) organização e a utilização da política monetária<sup>37</sup> como um viés de solução à crise econômica.

Segundo Tomas Skidmore (1988) havia dois sérios problemas econômicos no Brasil no início da década de 1960: a) déficit crônico na balança de pagamentos por vários fatores: receita das exportações dependia de um único produto, o café; o nível das exportações estava estreitamente ligado ao crescimento industrial; outros níveis

---

<sup>36</sup> A ideologia neoliberal surge durante a década de 1940, mais exatamente pós II Guerra Mundial, fazendo oposição ao socialismo e ao modelo econômico Keynesianista – também conhecido como Welfare state (Estado de Bem Estar Social) tendo este como base, segundo Fernando Ribeiro em *Friedman, monetarismo e Keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX*, “uma curiosa contradição”: a) uma economia de empreendedores; b) um papel de grande importância desempenhado pela moeda; c) a moeda com funções clássicas de ser meio de troca e unidade de conta; d) a moeda desempenha a função de reserva de valor. Então, fazendo frente a essas bases surge o pensamento neoliberal que tinha como dois dos grandes teóricos Milton Friedman e Friedrich Hayek. Hayek critica a ideia de que o “planejamento econômico pelo Estado é o caminho para combater as crises do capitalismo e inclusive salvá-lo dos regimes autoritários extremos, como o nazismo, à direita, e o socialismo, à esquerda”. (Spínola. 2004. P. 105). Portanto, a atuação estatal direta na economia não seria o real caminho ao combate às crises do capitalismo, ao contrário, deveria haver uma redução da atuação do Estado no âmbito econômico. Em 1947, como forma de organização do pensamento neoliberal, surge a sociedade de Mont Pelerin que tem como presidente o próprio Friedrich Hayek e como membro Milton Friedman. Este é o início do processo de consolidação do pensamento neoliberal a níveis mundiais, obviamente que esta consolidação se dá em períodos diferentes em cada localidade do Globo: Chile – década de 1970, Brasil – década de 1990, por exemplo. No entanto, desde o acordo de Bretton Woods realizado em setembro de 1946, isto é, em fins da II Guerra Mundial já se pensava “a forma que deveria ser dada para o novo Sistema Monetário Internacional” (Ribeiro, 2013, p. 61). Por fim, Friedman determina quais os papéis reservados ao estado, proposições estas que se tornariam as bases do pensamento liberal que tomariam proporções internacionais a partir da década de 1970: a) fornecer uma estrutura jurídica; b) proteger as liberdades individuais e a propriedade privada; c) garantir a execução de contratos livremente estabelecidos; d) fornecer uma estrutura monetária (RICHTER, 2009).

<sup>37</sup> Segundo Vera Spínola política monetária seria um “conjunto de medidas adotadas pelo governo visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país”. (SPÍNOLA, 2004, p. 110).



negativos: remessas de lucros, amortização de empréstimos e repartição de capitais. b) a inflação que de 1949 a 1959 variou de 12% a 26%.

Ao longo da década de 1960 outros problemas se agregaram e se tornaram intoleráveis: o plano de estabilização de 1963 foi engavetado; a defesa por Goulart das reformas de base (SKIDMORE, 1988, p. 36-37).

Haja vista o desequilíbrio econômico que se atingiu em fins de 1963, a articulação golpista de longo prazo estava com o campo livre para a atuação da tomada do Estado através da Guerra de Movimento<sup>38</sup> que deporia Goulart em abril de 1964. A modernização conservadora se iniciava no período do regime Empresarial-Militar com a escolha dos novos dirigentes para as pastas da Fazenda e do Planejamento.

O general Castelo Branco<sup>39</sup> assume a presidência da República em 1964 e começa o processo de reestruturação administrativa, que seria a característica principal de seu governo, tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico. Para ministro da Fazenda foi escolhido Octávio Gouveia de Bulhões e na pasta do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Oliveira Campos<sup>40</sup>, ambos envolvidos diretamente na

<sup>38</sup> Conceito gramsciano de tomada do Estado através da força. Vide capítulo 01.

<sup>39</sup> Segundo Thomas Skidmore (1988), o general Castelo Branco era líder do grupo da Sorbonne que tinha “oficiais estritamente ligados à Escola Superior de Guerra”, sendo este um “interessante produto de influências brasileiras e estrangeiras pois frequentou escolas de guerra na França e nos Estados Unidos” (SKIDMORE, 1988, p. 50).

<sup>40</sup> Monica Piccolo em sua tese de doutorado intitulada *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso* (2010) faz o levantamento – a partir do dicionário histórico biográfico brasileiro – das atuações dos diversos agentes político-econômicos brasileiros, apresentando as informações em cinco blocos a fim de que se possa localizar estes agentes por meio de sua formação e relações com a sociedade civil e a sociedade política, a saber: formação acadêmica, atuação nas agências estatais, atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia, atividades profissionais e atuação político partidária. Dentre eles os condutores da política econômica de 1964 a 1967. **Octávio Gouveia de Bulhões: Formação acadêmica:** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Faculdade de Direito do RJ); Doutorado (Faculdade de Direito do RJ); Especialização em Economia em Washington; Doutor Honoris Causa (EPGE-FGV). **Atuação nas agências estatais:** Diretoria Geral do Imposto de Renda do Ministério da Fazenda (1926); Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda (1939); Assessor Técnico do órgão Coordenação da Mobilização Econômica (1943); Membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Fazenda (1945-1948); Chefe dos técnicos brasileiros na Missão Abbink (1948); Membro do Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social (1946); Superintendente da SUMOC (1954-1955 / 1961- final de 1962); Membro do CNE e do CMN (1950-54; 1956-60); Membro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal (1967); Presidente do Conselho de Administração da Ericson do Brasil; Presidente do Conselho de Diretoria do Unibanco; Presidente do Conselho Técnico de Administração do Banco de Investimento Credibanco; Membro do Conselho Consultivo do Banco Itaú; Membro do Conselho de Administração do Comind – Banco de Investimento, da Caemi e da Bayer do Brasil. **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio; Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros; CONSULTEC (1958); IPES. **Atividades profissionais:** Professor Emérito da UFRJ; Presidente COPEG (1971 a 1973); Presidente BEG (1971 a 1974); Presidente IBRE-FGV; Presidente do IBMC (1971- 1974); Presidente da Mercedes-Benz do Brasil; Diretor da Wilkinson Fiat Lux, Administração e Participação. **Roberto de Oliveira Campos: Formação acadêmica:** Teologia e Filosofia; Economia (EUA); Pós-Graduação (EUA). **Atuação nas Agências Estatais:** Itamaraty (1939); Assessor Econômico de Vargas (1951); Direção econômica do BNDE (1952-1953); Cônsul em Los

elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, grande responsável pela reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.

No processo de elaboração de políticas econômicas travestidas em planos de atuação, o fator primeiro de análise diz respeito ao diagnóstico inflacionário que tem como formas de análise três correntes principais: a) a ortodoxa, b) a heterodoxa e, c) estruturalista. A corrente ortodoxa enfatiza “o papel do desequilíbrio fiscal nos processos de inflação crônica<sup>41</sup>” e para por fim à inflação seria necessário “eliminar os déficits fiscais e produzir um arrocho monetário” (CARDOSO, 2007, p. 115). A corrente heterodoxa enfatiza “o papel da inercia inflacionária criada por mecanismos de indexação endêmicos em economias que sofrem de inflação crônica” e para por fim à inflação seria necessário “eliminar a memória inflacionária a partir de um congelamento de preços, por exemplo” (CARDOSO, 2007, p.115). A corrente estruturalista foi elaborada por membros da CEPAL<sup>42</sup> e aponta que

[...] estruturas inadequadas como a agrária, por exemplo, tornavam inelástica a oferta de alimentos e matérias-primas, o que significava elevação de preços nos centros urbanos. A deterioração das relações de troca provocaria déficits comerciais e do balanço de pagamentos, obrigando tais países a desvalorizações cambiais constantes, sendo estas outro alimentador do processo inflacionário (SANDRONI, 1999, p. 225).

Como subterfúgio à inflação com diagnóstico estrutural tem-se que deveria haver uma reestruturação de todo o sistema governamental em prol da resolução do problema inflacionário. A opção adotada por Roberto Campos e Octavio Bulhões tinha como base

---

Angeles (1953); Diretor-superintendente do BNDE (1955); Membro do Conselho de Desenvolvimento (1956-60); Presidente do BNDE (1958); Embaixador Washington (1961); Embaixador em Londres (1974). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** Membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (1967-69). **Atividades Profissionais:** Presidente do Invest Banco (1968-72); Presidente da Olivetti do Brasil; Membro do conselho de administração da Mercedes-Benz (1972); Membro das juntas de governadores do Instituto Internacional de Planejamento e Educação, sediado em Paris (1972-75) e do Instituto Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa (1973-76); Membro da Resources for the Future (1974/76). **Atuação Política Partidária:** Filiação ao PDS (1980); Senador (1982); Deputado Federal (1990); Filiação ao PPR (1993); Filiação ao PPB (1995). (PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niteroi: Tese de doutorado, 2010).

<sup>41</sup> Gera mecanismos de indexação que perpetuam a inflação passada (CARDOSO, 2007, p.115).

<sup>42</sup> “**Comissão Econômica para a América Latina.** Órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social; foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. É integrado por representantes de todos os países do hemisfério e conta com a participação especial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda. Tem sede em Santiago do Chile e promove uma conferência a cada dois anos para debater seus projetos e analisar a situação dos países-membros.” (SANDRONI, 1999, p. 90)

os preceitos da ortodoxia, portanto, as diretrizes econômicas adotadas pelo PAEG caminhariam de forma a atingir a estabilização econômica<sup>43</sup>.

Segundo Eliana Cardoso (2007) o PAEG tinha dois objetivos principais: acelerar o crescimento e baixar a inflação. Para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária a utilização da correção monetária<sup>44</sup> que, segundo Pastore e Pinotti, tinha atrelada a si algumas determinações: a) reformar o Sistema Financeiro Nacional; b) retomar os financiamentos de habitação; c) criação do F.G.T.S<sup>45</sup>, PIS, PASEP<sup>46</sup>; d) reajustes salariais; e) controle de preços; f) aperfeiçoamento do imposto de renda<sup>47</sup>; g) reforma tributária de 1965: Imposto sobre o consumo (IC), Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto de vendas e consignações (IVC), Imposto sobre a circulação de mercadorias (ICM) – que levariam ao crescimento da arrecadação; h) criação do Banco Central; i) criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) para fixar

<sup>43</sup> “Geralmente, o termo vem associado a políticas monetárias efetuadas por bancos centrais, para reduzir ou limitar as flutuações de uma moeda nacional nos mercados financeiros internacionais, comprando ou vendendo reservas de, ou para, outros bancos centrais”. (SANDRONI, 1999, p. 220).

<sup>44</sup> A correção monetária foi criada em 1964 no governo de Castelo Branco e, segundo Paulo Sandroni em *Novíssimo dicionário de economia* (1999), “Consiste na aplicação de um índice oficial para o reajustamento periódico do valor nominal de títulos de dívida pública (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) e privados (letras de câmbio, depósitos a prazo fixo e depósitos de poupança), ativos financeiros institucionais (FGTS, PIS, PASEP), créditos fiscais e ativos patrimoniais das empresas. Os índices de correção monetária são calculados de acordo com a taxa oficial de inflação, tendo por objetivo compensar a desvalorização da moeda”. (SANDRONI, 1999, p. 135).

<sup>45</sup> “**Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.** Fundo formado, no Brasil, por depósitos bancários feitos em nome dos empregados, para prover indenizações trabalhistas. Criado pelo governo federal em 13/9/1966, obrigou as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a depositarem até o dia 30 de cada mês, em conta bancária vinculada, 8% do salário de cada funcionário que renunciasse ao sistema de indenização até então vigente e optasse pelo fundo.” (SANDRONI, 1999, p. 238).

<sup>46</sup> “Fundo contábil de natureza financeira criado em 11/9/1975. Resultou da unificação do Fundo de Participação do Programa de Integração Social (PIS) e do Fundo Único do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), ambos criados em 1970. Propõe-se a integrar o trabalhador à vida da empresa, garantindo-lhe participação nos lucros, criar um pecúlio para sua aposentadoria e arrecadar recursos para investimentos privados, sobretudo nas médias e pequenas empresas. É gerido por um conselho formado por quatro membros efetivos e quatro suplentes indicados pelo Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No PIS são cadastrados os trabalhadores empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores avulsos sem vínculo empregatício e os temporários. Não participam do PIS, mesmo com registro em carteira, os empregados domésticos e os trabalhadores rurais. Os empregados em repartições da administração pública federal, estadual e municipal (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista) são cadastrados no PASEP. Essa diferenciação dos beneficiados permaneceu até mesmo com a unificação dos referidos fundos. Os recursos do PIS são provenientes de contribuições mensais pagas pelas empresas (...)”. (SANDRONI, 1999, p. 460-161).

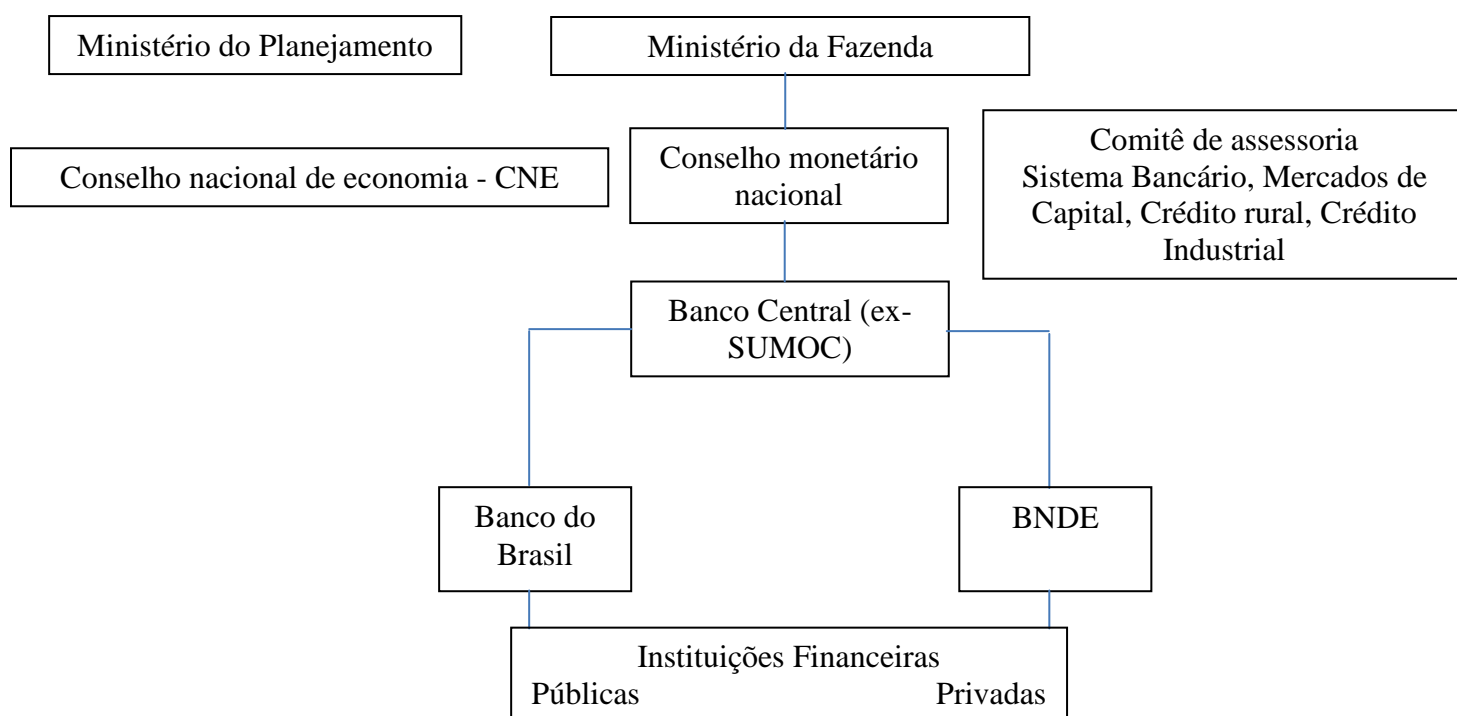
<sup>47</sup> “Tributo cobrado das pessoas físicas e jurídicas sobre os rendimentos auferidos no exercício de suas atividades profissionais ou comerciais, ou ainda sobre os rendimentos resultantes da aplicação de seus capitais. O Imposto de Renda no Brasil foi criado pelo presidente Artur Bernardes, em 1922, sendo a primeira cobrança feita sobre o exercício financeiro de 1924. O Imposto de Renda é *direto e progressivo*, isto é, incide diretamente sobre uma pessoa física ou jurídica, e a taxa é progressivamente proporcional ao valor do rendimento. Por isso, é considerado o imposto mais justo. O sistema de arrecadação, apesar das constantes mudanças feitas, sustenta-se em duas bases: o *imposto arrecadado na fonte* e o *imposto lançado*. O imposto arrecadado na fonte é retido e recolhido pelas fontes pagadoras do rendimento, enquanto o lançado baseia-se na declaração do contribuinte”. (SANDRONI, 1999, p. 292).

os tetos para a expansão do crédito; j) alteração da política econômica com relação ao setor externo e, k) criação do sistema de subsídio às exportações. (PASTORE, PINOTTI, 2007, p. 30-31).

As determinações econômicas acima expostas contribuíram para o quadro de acumulação de divisas nos caixas governamentais, mas não seriam suficientes para a tão almejada estabilização econômica e reordenação de todo o Sistema Financeiro Nacional que seria a ferramenta fundamental para que a nova fração burguesa empresarial de base principalmente financeira se articulasse no Estado Restrito brasileiro a partir de 1969.

No que tange à reestruturação do Sistema Financeiro Nacional temos a criação do Banco Central que “constituir-se-ia em um órgão deliberativo da política monetária em função do orçamento monetário através do qual eram fixados tetos para as operações ativas, cuja soma determinaria a expansão da base monetária” (PICCOLO, 2010, p. 129). Foi criado o Sistema Financeiro de Habitação tendo como agência principal o Banco Nacional de Habitação que utilizaria o FGTS como forma de depósito compulsório e forma de financiamento à moradia popular que daria ao governo todo o mérito das construções, no entanto sairia do bolso dos trabalhadores grande parte do custeamento das obras. Além disso, foram criados novos programas de seguro social - os já mencionados PIS-PASEP. Portanto o Sistema Financeiro Nacional passa a se organizar da seguinte forma:

### Organograma 1 - Sistema Financeiro Nacional



- |  |  |
|--|--|
| - Caixas Econômicas Federais e Estaduais;    | - Bancos Comerciais;   |
| - Bancos Federais e Estaduais de Crédito;    | - Bancos Industriais;  |
| - Bancos Regionais de Desenvolvimento;       | - Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento;               |
| - Banco Nacional de Habitação;               | - Companhias de Crédito Imobiliário;                                 |
| - Autarquias e Companhias de Economia Mista; | - Companhias de Poupança e Empréstimos;                              |
| - Bancos Oficiais Estaduais;                 | - Companhias de Seguros e Capitalização;                             |
| - Banco Nacional de Crédito Cooperativo;     | - Bolsas de Valores;   |
|  | - Fundos de Crédito;   |
|  | - Pessoas e Companhias selecionadas operando no Mercado de capitais. |

Fonte: DREIFUSS, René. 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. P. 430.

É perceptível no organograma acima que há uma consolidação dos conglomerados de financeiras, sobretudo privadas. Isso se dá pela reestruturação do sistema capitalista a nível mundial. É importante ressaltar que o Brasil não se insere – neste período – no ideário neoliberal, mas se apresenta participante da lógica capital-imperialista de forma subsidiada, isto é, o domínio do capital multinacional e associado se expande e atinge países da América Latina e o Brasil não estaria de fora.

Segundo Francisco de Oliveira em *A Economia da dependência imperfeita* (1977) o PAEG “não muda o padrão de acumulação sustentado na expansão do Departamento III<sup>48</sup>” e o remédio seria a contenção salarial. O fato de o padrão de acumulação estar baseado no departamento III demonstra que a produção estava voltada - sobretudo - para uma classe média empresarial possuidora do poder de compra de carros e outros produtos de difícil acesso à classe trabalhadora.

O capital financeiro, articulado aos oligopólios das multinacionais e transnacionais, passa a ser o modelo de capital que conduz a economia brasileira. No entanto, aliado ao capital industrial. Formam-se, assim, dois blocos capitalistas no Brasil: “um sólido bloco capitalista gerando lucros numa etapa de forte concentração de capital e o segundo bloco formado por empresas nacionais de capital privado nacional” (OLIVEIRA, 1977, p. 95).

Neste período já há, além da abertura maior a empresas de capital multinacional e associado, “a entrada de capitais sob a forma de empréstimo” (OLIVEIRA, 1977, p.97)

<sup>48</sup> “Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são também capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo aos trabalhadores (...) bens de consumo não duráveis; Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, (...) bens de consumo duráveis” (OLIVEIRA, 1977, p.77).

que caracterizaria este período como “uma fase de preparação institucional da economia para o desempenho dos oligopólios” (OLIVEIRA, 1977, p.97) que potencializariam a acumulação de capital que poderá ser percebida entre 1969 e 1973 no Brasil.

Enquanto temos a interpretação de Francisco de Oliveira que prima pela análise de luta entre classes, Roberto Campos (1994) aponta que entre 1964 e 1967 houve no Brasil uma “austeridade fiscal e monetária, realismo cambial, taxas de juros positivas, abertura para o investimento estrangeiro e integração na comunidade financeira internacional” (CAMPOS, 1994, p. 58) e assume que alguns princípios adotados pelo PAEG são princípios adotados também por “países bem sucedidos” (CAMPOS, 1994, p. 58), isto é, estes países: “mantiveram a estabilidade de preços através de políticas monetárias e fiscais austeras; procuraram preservar estabilidade na macroeconomia e competição na microeconomia; investiram pesadamente em capital humano e em abertura internacional” (CAMPOS, 1994, p.58).

O argumento de Campos é perfeitamente válido para quem não pretende fazer a reflexão a respeito de quem é o verdadeiro favorecido com tais medidas, o que não é o caso do nosso trabalho. Procura-se aqui perceber os meandros relacionais utilizados pela fração burguesa financeira em prol da consolidação de seu projeto de condução do Estado Restrito. Os argumentos de Roberto Campos, portanto, são válidos tão somente para explicar a forma encontrada pela burguesia financeira para organização dos aparelhos da Sociedade Política.

O primeiro governo Empresarial-Militar buscou ‘preparar o terreno’ para as medidas desenvolvimentistas que seriam tomadas no “milagre econômico”. Para tanto, este período se utiliza de uma nova política salarial e trabalhista que tinha três objetivos principais, segundo Sonia Mendonça e Virginia Fontes (2001): a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um “novo” sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora e; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social. (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.22).

Portanto, o “milagre econômico” tem suas bases na reestruturação do Sistema Financeiro Nacional e nas novas diretrizes econômicas adotadas pelo PAEG que visavam à estabilidade econômica necessária ao posterior desenvolvimento. Para o

financiamento deste projeto, inúmeros think tanks<sup>49</sup> são utilizados ao longo das décadas de 1960 e 1970 a fim de que pudesse garantir a hegemonia do projeto de condução estatal tão almejado pela fração burguesa financeira aliada à fração industrial.

---

<sup>49</sup> Segundo Denise Barbosa Gros (2008) think tanks são institutos privados de pesquisa que estão presentes no processo de formulação de políticas públicas que são financiados por doações de grandes empresas.

### **CAPÍTULO 03: O “MILAGRE ECONÔMICO” EM DEBATE: PERSPECTIVAS HISTÓRICO-ECONÔMICAS DE UM DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO**

Em 1964, com o golpe, os militares e a fração civil que estava inserida em todo o Estado Restrito postulavam a Doutrina de Segurança<sup>50</sup> Nacional no que diz respeito à política e defendiam, na esfera econômica, o dito desenvolvimento do país. No entanto, só se obteria o desenvolvimento a partir de uma reforma de toda a estrutura econômica do país, inicialmente articulada por Octavio Gouveia de Bulhões (ministro da fazenda) e Roberto Campos (ministro do planejamento), responsáveis pela opção adotada pelo país no que diz respeito à condução da economia, a partir da implementação do PAEG em 1964, como analisado no capítulo anterior.

Para que as reformas fossem concretizadas e a classe dominante que havia tomado o poder juntamente com os militares permanecesse no poder e para que o dito desenvolvimento se concretizasse, abrindo caminho para o imperialismo<sup>51</sup> e o Capital-Imperialismo<sup>52</sup> seriam necessários instrumentos de coerção e de construção de consenso<sup>53</sup> por parte da Sociedade Política no dito período aqui estudado.

A coerção era exercida, sobretudo, com a promulgação dos Atos Institucionais e pela utilização da polícia política, enquanto o consenso era construído a partir da utilização da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, sobretudo este último como forma de legitimar a tomada do poder ocorrida em 1964.

---

<sup>50</sup> Segundo Maria Helena Moreira Alves, “A ideologia de segurança nacional contida na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente”. (ALVES, 1984)

<sup>51</sup> Segundo Lenin o Imperialismo é uma fase superior do capitalismo. Nesta fase há uma concentração da produção que leva aos monopólios que são a lei fundamental desta fase do capitalismo. Há, ainda, nesta fase, segundo Lenin, a consolidação do capital financeiro o qual é o somatório do capital industrial com o bancário, isto é, os bancos atuam de forma que financiam as indústrias. (LENIN, 2008).

<sup>52</sup> Segundo Virgínia Fontes, o capitalismo contemporâneo está em sua fase imperialista, mas apresenta algumas particularidades que, no contexto de escrita de Lenin ainda não poderiam ser percebidas. Segundo a autora, “falar em capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria que exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através da exportação de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terras), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica”. (FONTES, 2010)

<sup>53</sup> Coerção e Consenso, segundo Gramsci, são uma forma dual de estabelecer relações dentro da sociedade em prol da manutenção da hegemonia de certo projeto. (GRAMSCI, 2012)



Este consenso era construído por meio da utilização de alguns Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>54</sup> como os próprios jornais (como o Jornal O Imparcial que será aqui analisado), rádio, TV, além de empresas e instituições em geral inseridas no âmbito da Sociedade Civil, mas que tinham como dirigentes os próprios membros da classe dominante que estava inserida no Estado Restrito. Dreifuss (1987) cita algumas instituições como sendo esses aparelhos privados de hegemonia: o complexo IPES-IBAD<sup>55</sup> e o CAMDE<sup>56</sup>.

Então, esta pesquisa tem como grandes áreas de análise a História Política e Econômica do período da ditadura Empresarial-Militar não as separando, mas, percebendo como estão imbricadas de relações que tem profundos impactos no âmbito social também. Neste capítulo pretendemos analisar o posicionamento do jornal O Imparcial frente à política econômica desenvolvimentista adotada no período caracterizado como “Milagre econômico” de forma que este periódico seja caracterizado como Aparelho Privado de Hegemonia que tem como função a construção do consenso em torno do projeto desenvolvimentista.

### **3.1. Projeto desenvolvimentista em marcha: os anos do governo Costa e Silva**

A partir de 1964, com o golpe Empresarial-Militar, houve a reconfiguração dos rumos do capitalismo no Brasil, haja vista que mundialmente essa reconfiguração já vinha ocorrendo desde 1945 com o fim da II Guerra Mundial.

No caso do Brasil, como já foi mencionado, a base da questão política e econômica era a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, com o foco no desenvolvimento, sobretudo entre 1967 e 1973 (Governos Costa e Silva e Médici). O gráfico abaixo ilustra as bases da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento:

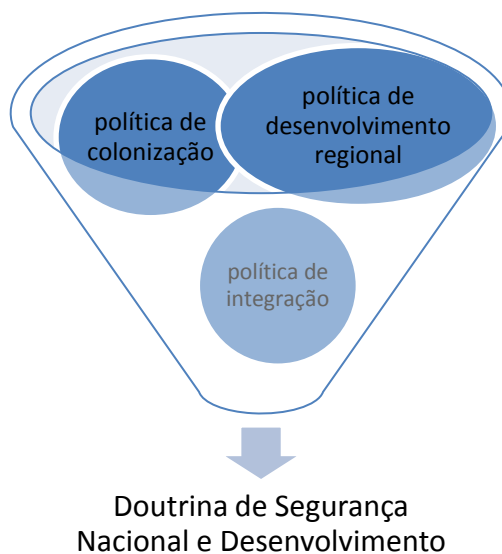
---

<sup>54</sup> São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico. (GRAMSCI. 2012)

<sup>55</sup> Segundo Dreifuss (1987), o IPES, depois de abril de 1964, “foi transformado em um eficaz ‘órgão intermediário’ para a elaboração de diretrizes políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados, dos quais seus ativistas eram figuras de destaque”.

<sup>56</sup> A CAMDE, segundo Dreifuss (1987), “organizava reuniões de protesto, escrevia milhares de cartas aos deputados e da mesma forma que o IBAD, pressionava firmas comerciais para retirarem seus anúncios dos jornais pró João Goulart ou orientados pela esquerda e o trabalhismo”.

## Organograma 2 - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento\*:



\*Elaboração Própria.

Como pode ser percebido no organograma acima, há três eixos econômicos de sustentação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: a política de colonização, que ocorre, sobretudo, no período do “milagre econômico” representada na figura da SUDAM, por exemplo; a política de desenvolvimento regional, representada na figura da SUDENE; e a política de integração nacional que visava inserir o nordeste como forma de garantir subsídio às regiões onde a economia brasileira se sustentava: sobretudo região sudeste.

Virgínia Fontes (2005) utiliza um termo bem pertinente às reconfigurações do capitalismo contemporâneo no Brasil: *inclusão forçada*. Segundo a autora,

[...] o aumento do desemprego pode implicar um alijamento de novo tipo: incapazes de prover por outros meios sua própria subsistência (exclusão interna, fundadora do capitalismo), os “novos desempregados”, cuja vida depende inteiramente de relações mercantis, perdem seus pontos centrais de referência. Somam-se assim àqueles que já se encontravam “à margem” do mercado (subempregos, trabalhos informais e não assalariados) e aos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho. Nos períodos anteriores, essa exclusão interna acompanhava-se de uma **inclusão forçada** à mercantilização da vida social. (FONTES. 2005. p.32. Grifos nossos).

Partindo dessa leitura feita por Virgínia Fontes, nos permitimos atribuir um sentido ampliado a esta leitura, isto é, percebendo que dentro das relações sociais havia uma necessidade de inclusão de determinada parcela da população a essas relações

capitalistas, ampliamos isto percebendo também uma espécie de inclusão forçada entre regiões, isto é, as regiões norte e nordeste são inseridas nas relações Capital-Imperialistas no Brasil de forma que dão subsídio às demais regiões do país, sobretudo à região sudeste fornecendo matéria prima e mão de obra barata a essa região. Portanto, da mesma forma que o Brasil se insere em uma lógica de mundialização do capital de forma subsidiada em relação aos países que manipulam a ordenação financeira mundial.

Especificamente sobre os anos do governo Costa e Silva (1967-1969) é importante salientar que a política econômica adotada é claramente dividida entre momentos de heterodoxia<sup>57</sup> e ortodoxia<sup>58</sup> no sentido que em seu primeiro momento tenta romper com o diagnóstico inflacionário que acredita que o excesso de moeda em circulação seja o grande mal que causa as altas taxas inflacionárias e analisa o sistema econômico a partir da óptica heterodoxa que acredita que o mal inflacionário seja causado pelos altos custos da economia. Segundo José Pedro Macarini (2006) há no Governo Costa e Silva,

[...] a existência de duas fases com características distintas: heterodoxia, em 1967-1968, quando afastou-se substantivamente da fase anterior do PAEG; ortodoxia, em 1969, quando a sua execução perseguiu explícita e efetivamente um “ataque mortal” à inflação (MACARINI, 2006, p. 457).

Ainda segundo o autor, a explicação principal – mas não a única – para as duas políticas econômicas adotadas de formas distintas é a promulgação do ato institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968) que concentra a condução das políticas públicas da Sociedade Política de forma que essa concentração não se limita à esfera política, ao contrário, essa concentração se expande às diretrizes econômicas adotadas<sup>59</sup>.

<sup>57</sup> Os diagnósticos heterodoxos da inflação enfatizam o papel da inércia inflacionária criada por mecanismos de indexação endêmicos em economias que sofrem de inflação crônica e para por fim à inflação seria necessária a eliminação da memória inflacionária a partir de um congelamento de preços, por exemplo (CARDOSO, 2007).

<sup>58</sup> Os diagnósticos heterodoxos da inflação enfatizam o papel do desequilíbrio fiscal nos processos de inflação crônica e para por fim à inflação seria necessário eliminar os déficits fiscais e produzir um arrocho monetário (CARDOSO, 2007).

<sup>59</sup> É interessante perceber que na comissão de elaboração do AI-5 estão presentes agentes condutores da política econômica - Antonio Delfim Netto e Helio Beltrão - de forma que no próprio Ato Institucional nº 5 temos diretrizes às práticas econômicas como “em caso de recesso da câmara municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuam tribunal de contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos” (artigo 2º, parágrafo 3º). (Ato Institucional nº 5, 13/12/1968). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm). Acessado em: 18.06.2014.

Entre as considerações iniciais do AI-5 tem-se que os atos já outorgados pelo regime Empresarial-Militar são formas de promover “defesa, **desenvolvimento**, e bem-estar de seu povo” (Ato Institucional nº5, 13/12/1968. Grifos nossos). No entanto o AI-5 segue os parâmetros de defesa nacional e desenvolvimento que já constavam na Constituição outorgada em 1967.

Como foi mencionado no capítulo anterior por mais que existissem pontos que nos conduziram a determinações neoliberais, não prevalecia no período do regime de Estado de Exceção brasileiro uma doutrina neoliberal como forma de conduzir a economia, haja vista que havia uma grande intervenção estatal nas diretrizes econômicas adotadas.

Estão explícitas na Constituição de 1967 as competências da união e entre estas temos que caberia ao Estado “estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento” (Constituição de 1967. Artigo 8º) além de estabelecer “normas gerais de direito financeiro” (Constituição de 1967. Artigo 8º); “política de crédito, câmbio, comércio exterior e interestadual, transferência de valores para fora do país” (Constituição de 1967. Artigo 8º).

Portanto, através da apropriação jurídica dos aparelhos localizados no âmbito da Sociedade Política a burguesia tornava legal suas investidas econômicas em prol de seus interesses representados na figura dos presidentes militares, tal fato nos permite apontar que a centralização do poder político-econômico, a partir da constituição de 1967 e do AI-5, favoreceu frações burguesas que se pretendiam hegemônicas naquela conjuntura histórica, a saber: a fração industrial e a fração financeira.

Na fase heterodoxa temos, segundo Macarini (2006), uma política fiscal voltada a solucionar o problema do déficit orçamentário que havia crescido expressivamente em 1967 alcançando 1,7% do PIB (MACARINI, 2006, p.460). O déficit orçamentário, todavia, não foi grande preocupação naquele primeiro momento. De forma paralela “elevou-se o teto de isenção sobre o imposto de renda das pessoas físicas” (MACARINI, 2006, p.460) o que resultou em um ganho de 5% dos salários reais<sup>60</sup> a fim de que fosse reativada a demanda e, por conseguinte, o consumo.

No que tange à política monetária há uma expansão real da oferta de moeda e crédito já que seria necessário o aumento de moeda em circulação para fomentar

---

<sup>60</sup> Nível do salário em relação a seu próprio poder de compra em determinado momento. Se os salários monetários ou nominais aumentam na mesma proporção do custo de vida, o salário real mantém seu poder de compra em 100%. Mas, quando o índice geral dos preços é mais elevado que os aumentos salariais, ocorre uma queda do salário real na mesma proporção. (SANDRONI, 1999, p. 543).

investimentos na economia, além de aumentar o consumo necessário à dinâmica econômica para que não se chegasse a uma estagnação. Para tanto, há um auxílio do crédito bancário ao setor privado, segundo Macarini. A indústria de bens de consumo duráveis é o setor da economia que passa a ser mais beneficiado neste momento da política econômica, o que garantia o consumo da classe média e limitava os trabalhadores ao consumo de bens não duráveis.

Essas diretrizes econômicas são delineadas pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento que tinham como agentes: Antonio Delfim Netto<sup>61</sup> (Ministro da Fazenda) e Hélio Beltrão<sup>62</sup> (Ministro do Planejamento), ambos membros do IPES, portanto intelectuais orgânicos em processo de nacionalização do projeto desenvolvimentista.

Segundo Daniel de Pinho Barreiros (2010) a elite orgânica que se mantinha no controle do Estado Restrito teve de ser reconfigurada para que se pudesse alcançar o objetivo desenvolvimentista que se pretendia no Brasil, no entanto, esta nova elite orgânica se estruturava a partir da elite em dissolução somada às demais elites (BARREIROS, 2010, p.146). Nas palavras de Barreiros,

Pensadores vinculados a elites intelectuais eventualmente ingressam em elites ligadas a outros grupos funcionais, especialmente burocráticas e políticas. Esse fenômeno pode ter dois aspectos específicos. O primeiro é aquele no qual o indivíduo deixa de atuar funcionalmente no grupo dos intelectuais (...) devido às suas novas

---

<sup>61</sup> **Antonio Delfim Netto: Formação Acadêmica:** Economia (USP), Doutorado (USP). **Atuação nas Agências Estatais:** DER (1948), Membro do CONSPLAN (1965), Membro do CNE, Chefe da Secretaria da Fazenda de São Paulo (1966-1967), Embaixador na França (1975-1978), Ministro da Agricultura (1979), Empresa Brasil de Comunicação (2007/ 2009). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** IPES, ANPES, Assessor Econômico da Associação Comercial de São Paulo (1958), Presidência do Conselho Superior de Economia do Instituto Roberto Simonsen, Membro do Conselho Orientador do IPEA (2008), Valor Econômico ,Folha de S. Paulo . **Atividades Profissionais:** Professor catedrático de economia brasileira da USP, Vice-Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo (1958). **Atuação Política Partidária:** Deputado Constituinte (1987/88 - PDS), Deputado Federal (1987-2007), Filiação ao PPR (1994), Filiação ao PPB (1995), Filiação ao PMDB (2005). (PICCOLO, 2010, p.338-339).

<sup>62</sup> **Hélio Beltrão: Formação Acadêmica:** Direito (Fac. Direito da Universidade do RJ). **Atuação nas Agências Estatais:** IAPI (1936), Conselho Nacional do Petróleo (1953), BNH (1966), Ministro da Desburocratização (1979), Ministro da Previdência (1982), Presidente Petrobrás (1985-86). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** IPES, Presidente do IBP (1958-62). **Atividades Profissionais:** Vice-Presidente COBRAPAR (1969), Diretor Mesbla (1969), Vice-Presidente Cimento Portland Paraíso (1971), Membro do Conselho Administrativo da Itaipu (1978), Membro do Conselho Administrativo da Oxiteno do Nordeste (1983), Membro do Conselho Administrativo da Ultrapar participações (1986), Membro do Conselho Administrativo da Norquisa e Copenne (1986-95). **Atuação Política Partidária:** Filiação a UDN (1962), Filiação a ARENA (1966), Filiação ao PDS, Filiação ao PFL. (PICCOLO, 2010, p.397-398).

funções políticas. O segundo, aquele no qual o indivíduo reduz sua participação no grupo funcional dos intelectuais para assumir funções em outro grupo (BARREIROS, 2010, p.151).

É a segunda especificidade que ocorre com Roberto Campos, por exemplo. O autor começa analisando o posicionamento de Roberto Campos ao lado de Celso Furtado durante a década de 1950 que pretendiam uma “industrialização acelerada do Estado para superar a pobreza” (BARREIROS, 2010, p.146). No entanto Roberto Campos se diferenciava de Celso Furtado na opção internacionalista, isto é, acreditava que a presença do capital estrangeiro seria necessária para a retirada do Brasil do grupo de países subdesenvolvidos, para tanto, seria preciso “aceitar medidas de estabilidade financeira” (BARREIROS, 2010, p.147). Anos depois, como já foi apresentado no capítulo anterior, Roberto Campos optaria pelo diagnóstico inflacionário ortodoxo que tinha por objetivo central a estabilização financeira.

Dos condutores da política econômica do Governo Costa e Silva, Delfim Netto também faria parte da elite intelectual reformista moderno-burguesa, segundo Barreiros. O autor aponta que Delfim Netto “foi ainda uma peça-chave na formação do Instituto de Pesquisa Econômicas – IPE-USP, com fomento da fundação Ford” (BARREIROS, 2010, p.161), isto é, Delfim Netto foi importante na formação de um *think tank* que analisaria a dinâmica econômica e garantiria parte do consenso necessário em volta do projeto da fração burguesia que se pretendia manter hegemônica.

Em junho de 1968 é lançado o Programa estratégico de Desenvolvimento – PED que marcaria o início de uma ação intensiva para corrigir as falhas ocorridas durante o governo Castello Branco para “dinamizar a retomada do processo de crescimento” (GIANNAZI, 2013, p.174), este seria o momento de maior combate, na primeira fase, aos custos econômicos que gerariam a inflação no Estado brasileiro, portanto momento em que o crescimento econômico começaria a se mostrar.

Segundo Macarini (2006), o setor industrial obteve excelente desempenho atingindo uma taxa de crescimento de 14% em 1968, assim como o setor de bens intermediários que também teria expressiva aceleração (MACARINI, 2006, p.463). Neste período também houve um crescimento no setor de exportações o que permitiria uma leve redução da taxa de inflação em 1969. Como foi mencionado anteriormente, o segundo momento do governo Costa e Silva se aproximou de forma considerável da ortodoxia já que o combate à inflação foi seu principal objetivo. As formas de combate,

entretanto, se alteraram de forma substancial, pois não houve a redução da demanda, mas um combate fervoroso ao déficit orçamentário.

Segundo Macarini três medidas foram o carro-chefe no combate ao déficit orçamentário: a) decreto nº 63.943, de 30/12/1968, visando alcançar uma contenção no nível das despesas correntes através de redução do ingresso de pessoal nas autarquias; b) decreto nº 64.010, de 21/01/1969, estabelecendo para o orçamento de 1969 um montante máximo de despesa de caixa da ordem de Cr\$ 14.229 milhões; c) ato complementar 40, de 30/12/1968, determinando a redução à metade do fundo de participação do Estado e Municípios. (MACARINI, 2006, p.467-1468).

Portanto, a redução do déficit orçamentário causaria uma “diminuição sensível da tensão inflacionária e condição necessária para a redução da inflação” (MACARINI, 2006, p.471). Outra medida adotada para regularizar os custos foi a taxação de preços através da criação do Conselho Interministerial de Preços – CIP em 1969, “assim sendo, as taxas de juros foram tabeladas e reduzidas e o crédito ampliado” (PICCOLO, 2010, p.49).

No entanto, estímulos e concessões de ordem fiscal continuaram a fim de não estagnar a engrenagem da economia brasileira. Não há em 1969, assim, um abandono efetivo da heterodoxia no Governo Costa e Silva, mas sim uma aproximação à ortodoxia, pois pontos de condução da economia que fazem parte do diagnóstico ortodoxo conviveram com medidas heterodoxas de expansão do capital. Essas concessões fiscais feitas ao empresariado tinham dois setores específicos: a) o setor industrial e o mercado de capitais em expansão.

No que tange ao mercado de capitais houve uma “estratégia de fomento da concentração bancária e financeira” que se “constituiu uma peça importante da política econômica delfiniana durante o “milagre” brasileiro” (MACARINI, 2006, p.473). Como consequência, portanto, teríamos um crescimento da expansão monetária, isto é, um aumento de moeda em circulação que, por conseguinte, aumentaria a capacidade de oferta creditícia que proporcionaria uma nova onda de conglomerados de financeiras.

### **3.2. Consenso e desenvolvimento: O “milagre econômico” e O Imparcial em análise**

O governo Médici é conhecido por ter atingindo altas taxas de desenvolvimento econômico a ponto de ser considerado um período que merecia ganhar a nomenclatura

“milagre econômico”. Este “milagre”, todavia, tem bases sólidas possibilitadas por governos anteriores (Castello Branco e Costa e Silva), cada um com sua especificidade. Como foi visto no capítulo anterior, o governo Castello Branco, através do diagnóstico ortodoxo da inflação, atacou o grande mal econômico a fim de atingir uma estabilização econômica. Além disso, organizou todo o sistema financeiro nacional a partir da lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, possibilitando uma reordenação econômica estratégica pautada no planejamento.

O governo Costa e Silva se propôs a alcançar novos índices de desenvolvimento econômico aliando este desenvolvimento à queda da taxa inflacionária com base em medidas heterodoxas que, em 1969, voltavam a se aproximar da ortodoxia do governo Castello Branco a partir de uma busca incessante pela redução da taxa inflacionária a partir da regularização do déficit orçamentário.

O “milagre econômico” tem sido tema de debate constante na academia, justamente para que se possa perceber através de quais medidas foi possível este “milagre” que inseriu o Brasil na lógica Capital-Imperialista internacional, quais alianças se mantiveram, quais foram desfeitas e, sobretudo, a que custo social foi possível.

Além disso, inúmeras formas de garantir o consenso em torno do projeto desenvolvimentista foram utilizadas neste período, além dos já mencionados *think tanks*, havia no âmbito da Sociedade Civil Aparelhos Privados de Hegemonia que utilizavam estratégias de convencimento social a favor dos projetos de interesse da fração burguesa financeira que aliados à coerção do Estado Restrito manteriam a hegemonia da ditadura Empresarial-Militar até o ano de 1985<sup>63</sup>.

Propomo-nos, a partir daqui, a fazer uma análise do período do governo Médici (1969-1973) concomitante à análise do Jornal O Imparcial de forma que fique claro o posicionamento deste frente à política econômica do dito governo e à explosão de conglomerados de financeiras que ocorre entre 1969 e 1973. A hipótese que se pretende sustentar aqui aponta o dito periódico em análise como um dos Aparelhos Privados de

---

<sup>63</sup> Há um intenso debate na academia a respeito do fim do regime ditatorial no Brasil. Alguns autores definem o fim do regime a partir de 1979 com a promulgação da Lei da Anistia, outro grupo – a maioria – define o fim do regime em 1985 quando o último presidente militar sai do condução do Estado Restrito e um terceiro grupo aponta o fim do regime autoritário em 1988 com a promulgação da nova constituição brasileira, considerando que entre 1985 e 1988 houve uma continuidade do regime a níveis de estrutura do estado Restrito.



Hegemonia que garantiram a conquista do consenso do projeto desenvolvimentista regionalmente.

Começamos pela análise da política econômica e de seus agentes principais. Na condução da política econômica do governo Médici temos como principais agentes João Paulo dos Reis Velloso<sup>64</sup> (Ministro do planejamento) e Antonio Delfim Netto mantido na pasta da Fazenda.

O diagnóstico inflacionário do governo Costa e Silva foi mantido e representado através do “Plano Metas e Bases para a ação do governo” lançado em setembro de 1970 que “definia os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais” (PRADO. EARP, 2007, p.221) e “pretendia satisfazer a demanda de crescimento econômico” (GIANNAZI, 2013, p.179). Além disso, o plano pretendia promover a integração dos segmentos sociais, no entanto, não foi posto em prática.

Em dezembro de 1971 é lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – que, assim como o PED do governo Costa e Silva objetivava o crescimento econômico e a contenção da inflação. No que diz respeito à contenção da inflação quatro fatores atuaram, segundo Jennifer Hermann (2005): a) a capacidade ociosa da economia; b) o controle direto do governo sobre taxas e juros; c) a política salarial em vigor que resultou em queda dos salários e; d) política agrícola implementada que contribuiu para expandir a produção e evitar pressões inflacionárias no setor. (HERMANN, 2005, p.86).

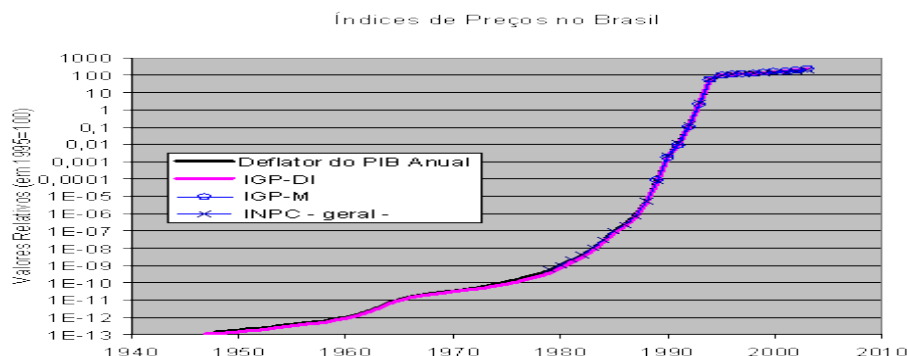
No que diz respeito à política salarial alguns números precisam ser mostrados, haja vista que salário nominal<sup>65</sup> não quer dizer alta do salário real, isto é, é necessário relacionar a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora aos níveis salariais taxados pelo governo através da política econômica.

---

<sup>64</sup> **João Paulo dos Reis Velloso: Formação Acadêmica:** Economia (UERJ), Pós-Graduação (FGV), Mestrado (EUA). **Atuação nas Agências Estatais:** Escriturário e Oficial de Administração do IAPI (1952), Escriturário do Banco do Brasil (1955), EPEA (1964-68), Secretário Geral do Ministério do Planejamento (1968), Membro do Conselho de Administração do BNDES (1991-97), Membro do Conselho de Administração da BNDESPAR (1998). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** INAE (1992). **Atividades Profissionais:** Professor FGV (1973), Diretor geral da área econômica da Veplan-Residência Empreendimentos Imobiliários (1979), Presidente Ibmec (1980-99), Presidente da Investplan-Participações e Negócios (1982-87). (PICCOLO, 2010, p.399).

<sup>65</sup> Soma em dinheiro que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho. Não proporciona uma ideia precisa do salário real, pois sua verdadeira magnitude dependerá do nível de preços correspondentes dos bens e serviços (e também dos impostos) que o trabalhador deve adquirir para a manutenção e a reprodução de sua vida e de sua família. (SANDRONI, 1999, p.542).

Gráfico 1 – Índice Geral de Preços no Brasil entre 1940 e 2010:



Fonte: [http://ecen.com/eee41/eee41p/indices\\_de\\_inflacao\\_para\\_internet.htm#2.4](http://ecen.com/eee41/eee41p/indices_de_inflacao_para_internet.htm#2.4)

Tabela 1 - Salário Nominal entre 1964 e 1973 (em Cr\$):

	02.1964/ 02.1965	03.1965/ 02.1966	03.1966 / 02.1967	03.1967/ 03.1968	03.1968 / 04.1969	05.1969/ 04.1970	05.1970/ 04.1971	05.1971 04.1972	05.1972/ 04.1973
Capitais									
Porto Velho	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Rio Branco	30,90	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Manaus	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Boa Vista	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Belém	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Macapá	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
São Luís	25,20	39,60	51,00	73,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Teresina	20,00	36,00	48,00	60,00	76,80	98,40	124,80	151,20	182,40
Fortaleza	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Natal	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
João Pessoa	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Recife	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Maceió	26,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Aracaju	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Salvador	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Belo Horizonte	42,00	64,32	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80
Vitória	32,40	51,60	66,00	82,50	100,80	124,80	156,00	187,20	225,60
Niterói	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Rio de Janeiro	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
São Paulo	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Curitiba	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Florianópolis	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Porto Alegre	36,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Cuiabá	33,00	51,80	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Goiânia	34,00	51,84	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Brasília	42,00	63,60	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80

FONTES: Decretos-leis - 5977 de 10-11-1943; 30 342 de 24-12-1951; 35 450 de 1-5-1954; 39 604-A de 14-7-1956; 45 106-A de 24-12-1958; 49 119-A de 15-10-1960; 51 336 de 13-10-1961; 51 613 de 3-12-1962; 53 578 de 21-2-1964; 55 803 de 26-2-1965; 57 900 de 2-3-1966; 60 231 de 16-2-1967; 62 461 de 25-3-1968; 64 442 de 1-5-1969; 66 523 de 30-4-1970; 68 576 de 1-5-1971; 70 465 de 27-4-1972 e 72 148 de 30-4-1973. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973. Elaboração própria.

Como pode ser percebido através do gráfico de índices de preços e da tabela do salário nominal, o índice de preços está em constante ascensão assim como os índices dos salários nominais. Entretanto, a taxação do salário nominal, como já foi exposto, não explica por si só a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, é preciso relacionar os números para perceber a taxação do salário real. A partir desta relação é perceptível que os níveis do Índice Geral de Preços - IGP ascendem de forma mais acelerada que os níveis de salário nominal o que reduz a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, comprimindo, portanto, os níveis do salário real. Entre 1960 e 1970 o IGP mais que dobra enquanto os níveis de salário nominal crescem, segundo o IBGE, a níveis menores, assim este cresce em progressão aritmética enquanto aquele em progressão geométrica.

O jornal O Imparcial em artigo intitulado “Pátria e Trabalho” apresenta o contrário dos números supracitados, demonstrando outra situação do trabalhador que difere muito desta de queda da taxa do salário real. A partir da análise do discurso do então Ministro do Trabalho e da Previdência Social (Júlio de Carvalho Barata) temos o seguinte posicionamento:

[...] foi um discurso vazado nos mais puros moldes de patriotismo e o amor e respeito a todos os trabalhadores brasileiros, dos campos ou das cidades, que podem ter a certeza de que no ministro Júlio Barata encontram um deles, trabalhando e lutando, para que todos possam ter “a certeza de uma vida mais tranquila e feliz”.

O prof. Júlio Barata com sua palavra fez sentir aos trabalhadores que o Brasil é de todos nós, está em todos os corações, porque como disse Cícero “a pátria é a mãe de todos nós”. (O Imparcial. 10.09.1970).

É perceptível a exaltação ao então ministro do trabalho e da previdência social feita no artigo acima de forma que não se encontra no dito periódico artigo, editorial e até mesmo reportagens que analisem de forma crítica a política salarial adotada no período aqui estudado, Aparelho Privado de Hegemonia que se constitui importante na garantia do consenso regional em torno do projeto hegemônico.

No que diz respeito à nova política trabalhista, Virgínia Fontes e Sonia Mendonça (2001) apontam que esta tinha três objetivos principais: a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um “novo” sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da

coesão social. (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.22). As autoras continuam apresentando a respeito das características da política salarial: a) veio aplicar a disciplina anti-inflacionária seletivamente contra a classe trabalhadora; b) o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando estratos de alta renda, tornados consumidores preferenciais; c) alterou-se a base do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser média dos salários recebidos nos últimos dois anos (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.23). Portanto, a legitimação do discurso do ministro dada pelo Imparcial através do artigo acima exposto nada mais é que estratégia de manutenção da hegemonia do projeto da ditadura Empresarial-militar no âmbito trabalhista e salarial.

Ainda no âmbito da análise da taxa real dos salários, além da alta dos preços temos a utilização do depósito compulsório na figura do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, criado em 1966. O FGTS foi largamente utilizado pelo Governo Federal para incentivo à indústria de construção civil com a criação de moradias populares gerenciadas pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, financiando a casa própria aos trabalhadores com parte de sua própria renda e adicionado a taxas posteriores de pagamento. Através de reportagem de setembro de 1971, o jornal O Imparcial abre, mais uma vez, espaço para apresentar análise do Banco Nacional de Habitação a respeito do FGTS:

[...] afirma a entidade que as vantagens do FGTS são hoje reconhecidas pela maioria dos trabalhadores, que compreenderam a necessidade da substituição do antigo e ineficiente regime de estabelecimento dos dez anos de serviço, pelo novo estatuto, que se integra num complexo de medidas e realizações voltadas para o bem estar dos assalariados. (O Imparcial. 17/09/1971).

Como pode ser percebido o FGTS foi exaltado pelo dito periódico através da análise do BNH que considerava a estabilidade dos trabalhadores como algo ineficiente. Obviamente, esta ineficiência ocorria em relação ao Estado haja vista que através do FGTS houve uma expansão da concentração de capital disponível à atuação estatal em prol do reinvestimento de parte da renda dos trabalhadores em diversos segmentos da economia, com ênfase na ascensão da indústria de construção civil e seus derivados.

Luiz Aranha Correa do Lago (1995) apresenta uma breve conclusão a respeito da política salarial que demonstra justamente o contrário da reprodução do jornal O Imparcial:

Contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção da taxa elevada de lucro, e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado (LAGO, 1995, p.287).

O acúmulo de capital acima mencionado possibilitou a abertura de novas agências financeiras e a consolidação das já existentes culminando na hegemonia da fração financeira da burguesia no período aqui conhecido como “milagre econômico”. Esta hipótese permite perceber a transição entre frações burguesas na condução do Estado Restrito, isto é, a fração industrial hegemônica desde o governo Vargas dá lugar à fração financeira de forma que continua a atuar com esta no âmbito do Estado Restrito.

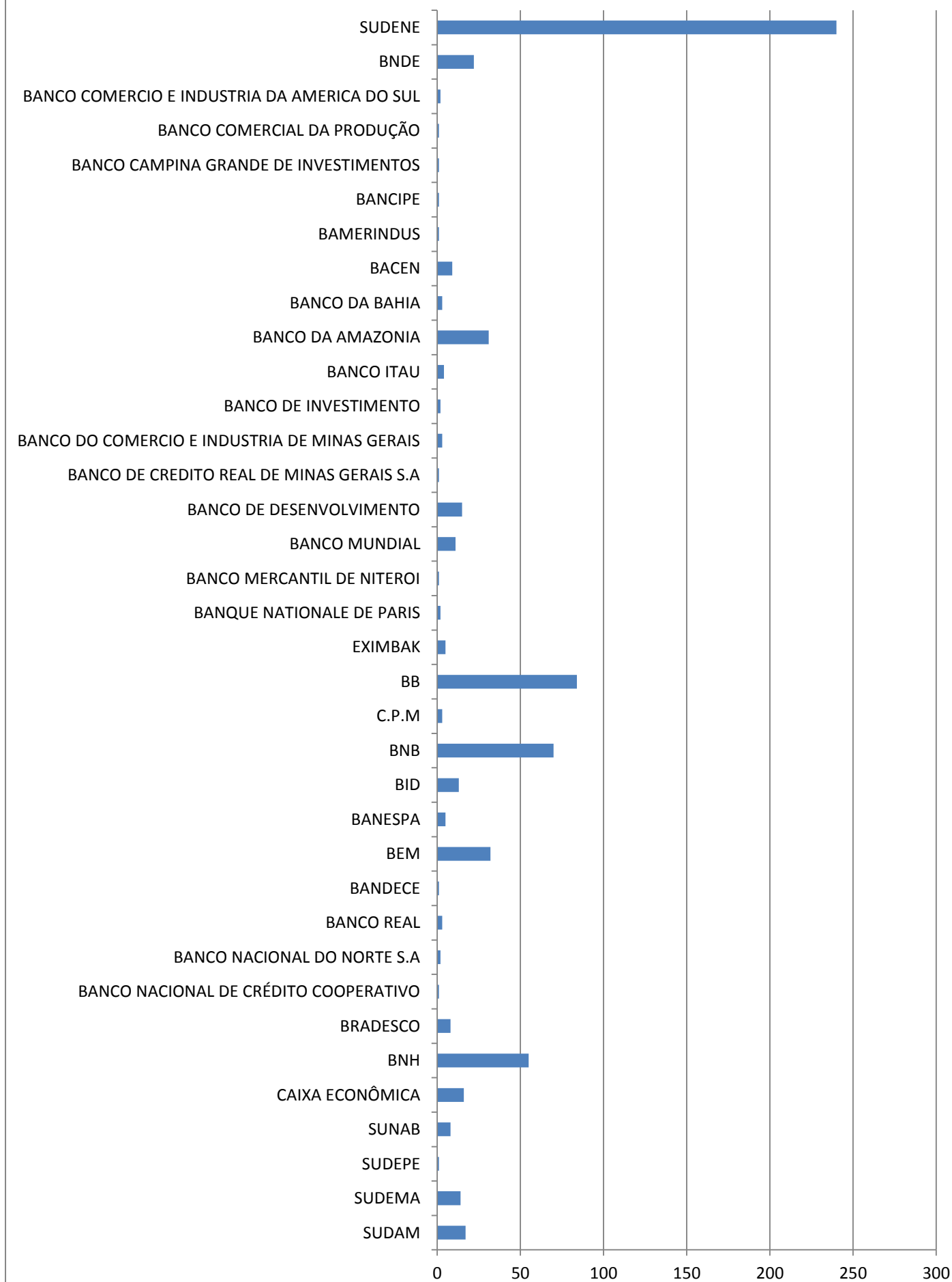
Assim, a conjuntura estratégica criada desde 1964 proporcionou a hegemonia do empresariado financeiro, ou seja, há o predomínio do mercado de capitais de forma que a fração financeira dá subsídio à fração industrial que reinveste gerando maior lucro e cada vez maior concentração de capitais. Portanto, aplicação da fórmula marxiana  $D-d'-D'$ , isto é, capital produtor de juros (principalmente na figura dos bancos) nas mãos dos industriais que o investem no processo de produção que culmina na elaboração de novas mercadorias gerando lucro e retorna às financeiras com o pagamento dos juros<sup>66</sup>(MARX, 1994). Segundo Dreifuss, esta transição entre frações burguesas só foi possível pela formação de uma elite orgânica no seio do principal Aparelho Privado de Hegemonia da ditadura Empresarial-Militar - o complexo IPES/IBAD (DREFIFUSS, 1987) que atuaria lado a lado com o corpo militar que conduziu o processo golpista que culminou no golpe Empresarial-Militar de 1964.

Durante a ditadura Empresarial-Militar, como já foi exposto anteriormente, há uma explosão de conglomerados de financeiras que ocorre sobretudo entre 1969 e 1973. Partindo dessa constatação foi feito, a partir de seleção de O Imparcial, um levantamento das principais agências financeiras e fundos de investimento que atuaram no Maranhão no recorte temporal citado (ver anexo I). Foi elaborado, também, um gráfico quantitativo de forma que se perceba o espaço dado pelo O Imparcial às agências estatais e privadas para que posteriormente possamos analisar estruturalmente este periódico de forma que isto seja feito com base em dados seguros.

---

<sup>66</sup> Esta fórmula foi elaborada por Marx em “O capital” originalmente publicado em 1894.

**Gráfico 2 - Agências financeiras - O Imparcial entre 1969 e 1973\***



A partir destas reportagens percebemos a atuação de agências inseridas do Estado Restrito de forma muito mais ativa que outras agências financeiras. A Sudene representa o alinhamento à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento atuando em favor do desenvolvimento regional para inserir o nordeste no circuito nacional econômico, mesmo que de forma subsidiada, assim como o Banco Nacional de Habitação, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia, o BNDE, a Sudam e a Sudema.

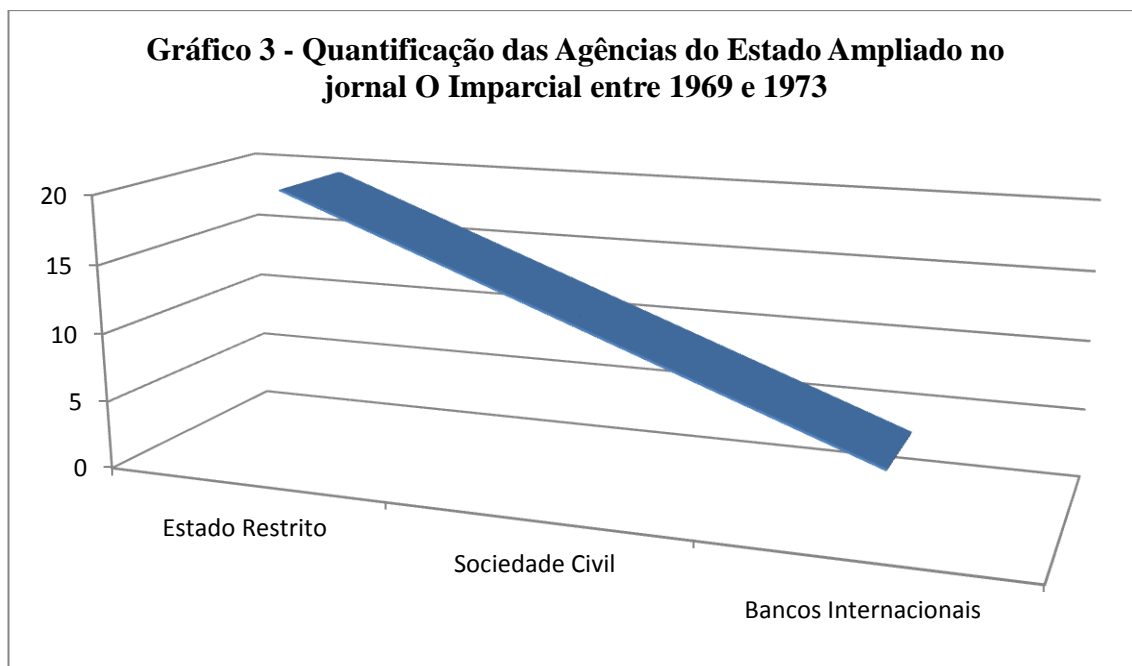
No entanto, outras agências financeiras de base privada e mista também aparecem atuando no Maranhão, o que demonstra o favorecimento dado pelo Estado Restrito a esta atuação, além da abertura dada pelo impresso aqui em análise a estas notícias haja vista que muitas delas estão direcionadas a tecer elogios às medidas econômicas adotadas no período em análise.

Essa possibilidade de surgimento de conglomerados de financeiras é perfeitamente explicada pelo planejamento decorrente das novas diretrizes do Brasil pós-1964 que tinham por objetivo o desenvolvimento econômico-financeiro alinhado ao desenvolvimento econômico mundial, mas como já foi mencionado isto ocorria de forma subsidiada à lógica Capital-Imperialista. Segundo Paulo Roberto Almeida (2004) o planejamento nacional possuía os seguintes objetivos:

[...] estruturadas mais frequentemente em torno de grandes objetivos econômicos e, em alguns casos, formuladas para atender necessidades de estabilização econômica ou de desenvolvimento regional (como a Sudene), essas experiências de planejamento governamental (...) conseguiram atingir algumas das metas propostas, mas mantiveram pouco impacto na situação social da nação (ALMEIDA, 2004, p.3).

Alinhadas ao planejamento, ou melhor, como condutoras deste planejamento, estão as agências financeiras de cunho estatal ou que emergem da sociedade civil como forma de nutrir o desenvolvimento econômico nacional. Estes conglomerados de financeiras atuam de forma que “ampliou-se a expansão de grupos financeiros para os diversos setores da economia (...), bem como se incrementou o número de grupos econômicos que criaram ou consolidaram empresas no setor financeiro” (MINELLA, 1996, p.80).

Vejamos, através de novos gráficos, a relação entre o espaço dado no dito periódico às agências estatais e às agências de cunho privado para, posteriormente entrarmos nas análises textuais.



Fonte: O Imparcial. Elaboração própria.

O gráfico mostra que o jornal O Imparcial deu uma ênfase muito maior na atuação de agências localizadas no Estado Restrito como: Sudene, Sudam, Sudema, Caixa Econômica, BNH, entre outras e, de forma secundária espaço às agências no seio da sociedade civil, isto é, agências de capital privado. A partir do gráfico desdobram-se duas questões: a primeira: houve uma maior atuação das agências estatais conforme representa o jornal O Imparcial?; a segunda: se houve uma maior atuação estatal, o que promoveu essa concentração nas ditas agências?

No que diz respeito ao primeiro questionamento, já foi demonstrado que desde o governo Costa e Silva, com a promulgação do AI-5, houve uma condensação da atuação das estatais tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico. No que tange ao segundo questionamento temos como resposta a opção dos condutores da política econômica pelo planejamento. Segundo Lago,

[...] Acentuava-se, porém, a dependência do setor privado de subsídios governamentais, notadamente, no caso dos setores exportador e agrícola, que permaneceriam um fator duradouro de expansão monetária enquanto o esforço de investimento de estatais, ao exigir recursos externos em volume crescente, iniciava um processo de endividamento para com o exterior que se agravaria em anos futuros (LAGO, 1995, p.271).



Ainda sobre o conglomerado de financeiras que surgem no período do milagre econômico podemos localizar na política econômica uma espécie de política bancária que regeria todo o sistema financeiro, uma espécie de organização microeconômica<sup>67</sup> do Sistema Financeiro Nacional. Segundo José Pedro Macarini (2006) a concentração bancária no Brasil ocorre no final da década de 1940 e duas décadas após a Segunda Guerra Mundial há um “ciclo expansivo” somado à “intensificação da acumulação produtiva e financeira”, ao “permissivo exercício das políticas monetária e creditícia” o que levou o Brasil a um “processo de concentração bancária de magnitude e alcance absolutamente inéditos até então” (MACARINI, 2006, p.350).

A partir do levantamento feito do jornal O Imparcial tem-se dentre os temas mais apresentados por este periódico cinco principais, a saber: financiamento (79); pesquisa/estudo (72); dirigentes (57); investimento (47) e; habitação (42). Os números entre parênteses significam a quantidade de vezes que os temas aparecem no jornal entre os anos de 1969 e 1973. É perceptível pela nomeação dos temas que estes estão diretamente relacionados à política bancária do período. Apenas um deles se apresenta de forma obscura: pesquisa/estudo, relacionado aos frequentes estudos econômicos da região para uma melhor atuação da política bancária a nível regional. Este estudo culminaria na constatação de que o Maranhão era propício a novos investimentos e financiamentos. Assim, ocorreria a consolidação da atuação de conglomerados no estado. No entanto, esta atuação não é o ponto central deste trabalho.

Com esta possibilidade de atuação as agências financeiras começam a formar convênios, a associar-se e, ainda, fundir-se; eis a formação dos oligopólios financeiros no período do milagre econômico. Como podemos perceber na seguinte reportagem:

O Banco Nacional do Norte, conceituada organização bancária brasileira, vem ampliando consideravelmente suas atividades no campo dos financiamentos.

Assim atuando vem o BNN atuando de maneira mais ampla aos seus clientes e contribuindo, por outro lado, para o desenvolvimento do progresso nacional.

Além de operar na área de atividades comuns aos outros bancos, o Banco Nacional do Norte também atua como agente financeiro, através de entidades financeiras.

---

<sup>67</sup> A microeconomia ocupa-se da forma como as unidades individuais que compõem a economia — consumidores privados, empresas comerciais, trabalhadores, latifundiários, produtores de bens ou serviços particulares etc. — agem e reagem umas sobre as outras (SANDRONI, 1999, p.388).

O grupo liderado pelo ‘Banorte’ já está publicando editais para convocação da assembleia geral para a fusão de cinco financeiras que servirão de base para a constituição do Banorte-investimentos S.A. As financeiras são: Produção, Cedro, Dínamo, Fincrédito e Confinorte S.A. A sede do Banorte será no Recife, com filiais no Rio, São Paulo, Belém, Fortaleza e Salvador (O Imparcial. 03.01.1971).

Mesmo o trecho acima sendo uma reportagem, e não um editorial, a respeito da fusão de financeiras fica clara a exaltação feita pelo dito periódico no que tange à atuação do Banco Nacional do Norte, haja vista que para o jornal O Imparcial o BNN – ou Banorte – atuava “para o desenvolvimento do progresso nacional”. Segundo Francisco de Oliveira (1977) houve no Brasil um controle da economia pelo bloco oligopolístico concentrado na produção de bens de consumo duráveis e havia por parte deste bloco uma

[...] imposição de um padrão de relações interdepartamentais no qual os aumentos de produtividade produzidos quase em qualquer setor da economia industrial são inevitavelmente transferidos aos setores do departamento I (OLIVEIRA, 1977, p.87).

O que Oliveira acaba por destacar no parágrafo acima é justamente o que Virgínia Fontes chama de união pornográfica<sup>68</sup> entre capitais. A autora parte do conceito de união íntima elaborada por Lenin adaptada a uma nova configuração do capital no momento de consolidação das relações dos conglomerados de financeiras. Portanto, o que o jornal O Imparcial chama de atuação para o desenvolvimento do progresso nacional nada mais é do que a associação de capitais dos diversos departamentos em prol de uma acumulação capitalista em expansão.

A atuação oligopolística, ao contrário do que se pode imaginar, está diretamente relacionada à questão exterior da política econômica, isto é, diretamente vinculada à atuação das empresas multinacionais no país, portanto, relacionada à política de abertura do mercado ao capital externo.

Além dos cinco temas mencionados anteriormente, outros temas na esfera econômica da sociedade são recorrentes no dito periódico. Assim, acreditamos que seja de fundamental importância a elaboração de um quadro temático para situar o leitor

---

<sup>68</sup> Para uma melhor compreensão a respeito da elaboração deste conceito esboçado por Virginia Fontes vide capítulo 01.

deste trabalho no que diz respeito ao espaço dado pelo jornal O Imparcial a questões que demonstram e exaltam a atuação estatal em prol do desenvolvimento.

**Quadro 1 – Temas recorrentes no jornal O Imparcial entre 1969 e 1973:**

Temas	Quantificação
Dirigentes	57
Integração nacional	7
Projetos	36
Seminário	26
Recursos	22
Infraestrutura	14
Desenvolvimento	15
Aumento de capital	13
Financiamento	79
Industrialização	9
Pesquisa\estudo	72
Estrutura – agência	5
Orçamento	3
Convenio	12
Extinção de instituição	6
Deliberação	9
Produção	3
Abastecimento	1
Fiscalização	4
Controle de preços	1
Aumento de preços	1
Habitação	40
Leilão	4
Inserção de agências	50
Investimento	47
Pis/Pasep	3
Taxas bancárias	7
Credito	19
Fusão	4
Assembleias	6
Empréstimo	24
Liberção de verba	7
Agricultura\pecuária	2
Exportação	2
Depósitos	6
Trabalho	5
Dívidas	7
Atuação no exterior	5
Colonização	6
Incentivos fiscais	9
Dirigentes	57

\*Fonte: O Imparcial. Elaboração própria.

Como pode ser percebido no quadro, pouco espaço é dado às questões trabalhistas, à agricultura e pecuária, ao PIS/PASEP, ao aumento e controle de preços, ao abastecimento. Esses temas estão diretamente relacionados a uma esfera social de baixa preocupação do governo e, por conseguinte, do dito impresso em análise, como forma de reduzi-los a discussões nos âmbitos marginais da sociedade que eram os sindicatos que estavam sob cooptação do governo.

No que tange às relações internacionais, para Mendonça e Fontes (2001) o equilíbrio entre importações e exportações só seria mantido se os padrões de acumulação não fossem alterados, duas alternativas eram possíveis: “acelerar as exportações ou tomar empréstimos no exterior” (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.34), Segundo as autoras ambas foram implementadas. O empréstimo no exterior foi necessário por conta do ligeiro decréscimo da balança comercial nos anos de 1971 e 1972 tendo o Brasil que recorrer ao capital externo para cobrir essa diferença (GIANNAZI, 2013, p.187-188) – esta foi a primeira causa da inserção de capital externo no país. A segunda causa está diretamente relacionada ao financiamento à expansão do acúmulo de capital através de negócios financeiros nacionais, isto é, como fomento às agências que atuavam no mercado de capital. Neste momento também houve um grande incentivo ao principal produto de exportação brasileiro – o café – que se mantinha hegemônico no que diz respeito à exportação de produtos agrícolas.

Segundo Hermann houve no governo Médici um “dilema entre crescimento e equilíbrio externo” (HERMANN, 2005, p.87) no contexto do “milagre econômico” e foram pensadas soluções a esse dilema: a) disponibilidade de liquidez a juros baixos no mercado externo, aliada à (...) “boa vontade” dos E.U.A para com o Brasil; b) a posição favorável dos termos de troca, diante do aumento dos preços das commodities exportáveis; c) expansão do comércio mundial (HERMANN, 2005, p.87).

O Jornal O Imparcial, através de editorial de 12 de junho de 1973, se posiciona frente a essa política expansionista do “milagre” defendendo que,

Continuam as exportações brasileiras descrevendo uma curva ascensional. Nos primeiros cinco meses de 1973 as novas remessas para o exterior atingiram o nível de 1,9 bilhão de dólares, aproximadamente. Ter-se-á uma ideia da força dinâmica implícita nesse movimento se se lembrar que tais cifras equivalem ao total das exportações efetuadas no decurso de todo o ano de 1968. Isto evidencia que a economia brasileira encontrou meios de conquistar novos mercados fora de nossas fronteiras para sua produção ao mesmo tempo que consolida as posições asseguradas nos períodos anteriores.

São precisos esses resultados, registrados pelas estatísticas oficiais, que autorizam projeções ainda mais ambiciosas para o segmento restante do ano em curso. Com efeito as expectativas delineadas neste particular, antecipam a possibilidade de atingirmos um volume provavelmente superior a cinco bilhões de dólares de exportação até o final de 1973. (...) A produção nacional extrai destas novas condições os fatores indispensáveis para sustentar a sua taxa de crescimento que se converte por sua vez em elemento consolidador de todos os acontecimentos e aciona uma irrigação de possibilidades por todo vasto organismo social, englobando inclusive aquele campo específico em que se criam novos empregos (O Imparcial. 12.06.1973).

A desmedida forma legitimadora do projeto adotada pelo jornal O Imparcial nos parece um tanto descabida no sentido de que exalta os altos números de exportação sem, no entanto, analisar o volume de capital estrangeiro que se inseria no Brasil na forma de empréstimo. Portanto, ao passo que se tem um grande volume de exportação tem-se, também no Brasil um aumento da dívida externa que seria o ‘calcanhar de Aquiles’ da lógica capital-imperialista dos anos posteriores. Conforme tabelas a seguir.

**Tabela 2 - Dívida externa a médio e longo prazo- 1967/1973 - US\$ milhões\***

Ano	Dívida bruta em 31/12	Dívida em moeda (valor)	Dívida em moeda %
1967	3.372	670	20
1968	3.916	1.104	28
1969	4.403	1.605	36
1970	5.295	2.285	43
1971	6.622	3.193	48
1972	9.521	5.528	58
1973	12.571	7.848	62

\*Fonte: BACEN. Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 20, pp.98.

**Tabela 3 - Saldo da balança comercial, 1967/1973 - US\$ milhões\***

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1967	1.654	1.441	+213
1968	1.881	1.885	-4
1969	2.311	1.993	+318
1970	2.739	2.507	+232
1971	2.904	3.247	-343
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	+7

Fonte: BACEN. Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 21, pp.100.

Como pode ser comprovado através de números temos um saldo positivo ínfimo da balança comercial frente ao crescimento da dívida externa. Esta relação não é feita pelo jornal O Imparcial em seu editorial do ano de 1973. Acreditamos ser de extrema importância a relação entre estes números para que seja feita uma análise real da situação econômica do Brasil no anos finais do “milagre econômico”. Segundo Lago (1995),

No período 1967 a 1973 a dívida externa cresceu à taxa anual de 19,3% enquanto o crescimento da dívida líquida foi de apenas 9,6% ao ano, resultando portanto uma expressiva acumulação de reservas (LAGO, 1995, p.278).

É notório, também, através de O Imparcial, o projeto de integração nacional e desenvolvimento da região nordeste. No entanto, o que é mais notório ainda, a partir da análise das reportagens, é o apoio dado pelo jornal O Imparcial a esses projetos de desenvolvimentos elaborados pelos condutores do Estado brasileiro, isto é a fração civil representada pelos empresários e os militares. No que diz respeito à integração nacional<sup>69</sup> esta surge em 1971 como uma das bases do I PND e, segundo Lago (1995) foi neste plano que, se definiu formalmente uma política nacional de desenvolvimento regional,

[...] compreendendo: uma estratégia nacional de desenvolvimento integrado; uma estratégia de desenvolvimento para o nordeste; execução de uma estratégia de ocupação e consolidação da Amazônia (LAGO, 1995, p.267).

Além do mencionado plano econômico do governo Médici foi criado também o Plano de Integração Nacional – PIN que “além da irrigação de amplas áreas do nordeste e da criação de corredores de exportação na região, previa a abertura da região amazônica através de rodovias” (LAGO, 1995, p.268).

O jornal O Imparcial, através de reportagem de 26 de setembro de 1971, expõe a atuação do Banco do Brasil no que tange ao projeto de integração nacional que abarca a região amazônica por meio da construção de rodovias:

---

<sup>69</sup> É importante lembrar que a integração nacional é uma das bases econômicas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Para assistir os colonos localizados na transamazônica, o Banco do Brasil assinou convênio com o INCRA, objetivando a utilização racional, difusão e correta aplicação do crédito educativo, com fins agrícolas.

O acordo foi firmado em Santarém, no Pará, entre os srs. Nestor Jost e Moura Cavalcanti, que também inauguraram a agência local do Banco do Brasil, que assistirá os colonos da transamazônica e faixas de fronteira.

O INCRA, segundo seu presidente, colocará à disposição do Banco do Brasil todos os técnicos lotados na área da Transamazônica, para execução do convênio, que terá aplicação imediata.

Cada financiamento será concedido mediante a apresentação de um planejamento elaborado pelos técnicos do INCRA, do qual deverão constar, essencialmente, a situação econômico-financeira do candidato, finalidade do empréstimo, orçamento de aplicação, garantias oferecidas, capacidade de pagamento e esquema de reembolso (O Imparcial. 26.09.1971).

Nesta reportagem do jornal O Imparcial surge um novo tema que está diretamente relacionado ao projeto de integração nacional analisado anteriormente, a colonização que juntamente com o projeto de integração nacional e o desenvolvimento regional formam as bases da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que tinha como objetivo, no âmbito econômico, o desenvolvimento nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi criada pela Escola Superior de Guerra – ESG, doutrina esta que seria seguida à risca permitindo às Forças Armadas “assumirem a função de partido da burguesia” (BORGES, 2007, p.21). A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento teve origem nos Estados Unidos e foi criada no contexto da Guerra Fria com o objetivo de manutenção da força do Estado (BORGES, 2007, p.24). Toda a política nacional estaria voltada, então, ao binômio segurança e desenvolvimento.

Segundo Nilson Borges (2007) a Doutrina de Segurança Nacional possuía os seguintes objetivos: a) objetivos nacionais; b) o poder nacional; c) a estratégia nacional e; a segurança nacional (BORGES, 2007, p.30). No entanto, acreditamos que deva ser inserido o objetivo do desenvolvimento haja vista toda a atuação estatal em prol do desenvolvimento nacional apresentada até aqui.

O jornal O Imparcial apresenta alguns posicionamentos frente ao desenvolvimentismo planejado adotado pelos governos militares. Portanto, nesta última parte far-se-á uma análise específica a respeito do desenvolvimentismo brasileiro e do posicionamento do já mencionado periódico.

Fernando Henrique Cardoso (1978) aponta que se deve começar a análise do desenvolvimentismo a partir da análise do mercado “como campo de batalha de imposições econômicas”. Segundo o autor “as ‘regras do jogo’ que o mercado constitui não serão mais que o resultado do processo de oposições, alianças, conciliações e conflitos entre os diversos grupos, nos diversos níveis (...)” (CARDOSO, 1978, p.58-59). Acreditamos, assim como Cardoso, que as relações econômicas possuem imbricações profundas e disputas. Acrescentamos, ainda, que estas disputas ocorrem no seio da Ossatura Material do Estado<sup>70</sup> que se constitui parte extremamente dinâmica do Estado no sentido que este Estado não pode ser considerado tão somente Estado-Sujeito ou Estado-Objeto, mas sim, Estado-Relação<sup>71</sup>.

O jornal O Imparcial trabalha na perspectiva de que o desenvolvimento é necessário ao Maranhão e de fato está ocorrendo no período chamado de “milagre” econômico. Mas o que se percebe é a lógica supracitada utilizada por Virgínia Fontes: inclusão forçada, isto é, o Maranhão se insere na lógica capital-imperialista brasileira, de forma subsidiada assim, como o Brasil em relação aos países que conduzem essa lógica Capital-Imperialista em termos mundiais. De acordo com o jornal O Imparcial

[...] em economia não há milagre, o que há é esforço tenaz, espírito de decisão, rumos corretos e, sobretudo, firme desejo coletivo de transpor as dificuldades e levar adiante a realização de um plano nacional de desenvolvimento. Foi o que sucedeu em nosso país. (...) o que nos agrada é fazer a verificação de que marchamos com decidida vontade para vencer o atraso, o analfabetismo, a doença, os males crônicos do subdesenvolvimento.

Nenhuma outra força ou inspiração tem exercido influência sobre o Brasil. O milagre é a fé que temos sobre nosso destino (O Imparcial. 07.10.1971).

O próprio Aparelho Privado de Hegemonia aqui em análise relativiza o termo “milagre econômico” atestando que na economia existem diretrizes e opções adotadas que modificam – ou reafirmam – o rumo da economia nacional. No entanto, o faz de forma a construir consenso em torno da política econômica desenvolvimentista adotada entre os anos de 1969 e 1973 constatando que seria necessário para o desenvolvimento pleno

---

<sup>70</sup> Ossatura Material do Estado é um conceito elaborado por Nicos Poulantzas, para maior esclarecimento a respeito vide capítulo 01.

<sup>71</sup> Neste trabalho adota-se a concepção de Nicos Poulantzas de Estado Relação relacionada à concepção de Antonio Gramsci de Estado Ampliado no sentido de que o Estado não é um corpo homogêneo nem estático mas cheio de relações e esferas que atuam de diferentes formas a favor do interesse da fração de classe hegemônica, no caso deste estudo a fração financeira e industrial.



do Brasil que o plano desenvolvimentista tivesse continuidade a fim de retirar o Brasil da lista de países subdesenvolvidos. Segundo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004),

A situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. (CARDOSO. FALETTTO, 2004, p.38).

A questão do (sub) desenvolvimento e da dependência são pontos fulcrais na análise de Fernando Henrique Cardoso a respeito do capitalismo contemporâneo e o autor o faz de forma que considera que o Brasil vive uma dependência de tipo estrutural. O Brasil não se insere na lógica capitalista a nível mundial como unicamente dependente do capital estrangeiro, mas como país que necessita da abertura a novas tecnologias vindas do exterior, claro que de forma paralela à abertura do mercado a novos investimentos estrangeiros também, proporcionando aos países desenvolvidos a condução do processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Enquanto Cardoso percebe a forma estrutural da relação entre dependência e desenvolvimento, Francisco de Oliveira (2013) afirma que esse processo de desenvolvimento analisado por Cardoso relacionando capital nacional e capital estrangeiro gera um desenvolvimento desigual e combinado que proporciona a formação de grupos monopolísticos que tem como base os conglomerados de financeiras, isto é,

O conglomerado, que é a unidade típica dessa estruturação monopolística, não é, ao contrário do que se pensa, uma estruturação para fazer circular o excedente intramuros do próprio conglomerado, mas uma estruturação de expansão (OLIVEIRA, 2013, p.101).

Portanto, o que ocorre no Brasil pós-1969 é um projeto de cunho desenvolvimentista que acaba por consolidar a concentração do capital através da formação de grupos oligopolísticos que tinham como carro-chefe o capital financeiro investindo, portanto, no mercado de capitais e financiando a fração burguesa industrial.

No entanto, esta consolidação combinava a atuação das forças armadas (coerção) e o uso da imprensa como forma de legitimar o a atuação da burguesia no Brasil (consenso).

No que diz respeito ao jornal O Imparcial uma questão emerge a partir da exposição feita durante todo este capítulo: o que explica o posicionamento do jornal O Imparcial ser favorável à política econômica do período analisado?

Este Aparelho Privado de Hegemonia era conduzido por Assis Chateaubriand que era proprietário dos “Diários Associados” que era uma rede de impressos em todo o país que apoiavam o golpe Empresarial-Militar, o que nos permite concluir que o jornal O Imparcial, também era Aparelho Privado de Hegemonia no Maranhão em prol do regime autoritário instalado no país com a função de criar consenso na sociedade no que diz respeito à “eficaz” atuação estatal em prol do desenvolvimento nacional.

Assis Chateaubriand além de proprietário dos Diários Associados exerceu funções no Estado Restrito sendo senador entre os anos de 1952 e 1955 (1º mandato) e 1955 e 1957 (2º mandato), além de embaixador em Londres. Esse livre trânsito entre as duas esferas estatais nos permite classificar Assis Chateaubriand como Intelectual Orgânico que auxiliava, através do jornal O Imparcial, a manutenção do projeto de classe representada pelos militares no governo.

Com a utilização deste aparelho privado, há a formação de consenso no que tange à instalação deste regime também no Maranhão, isto é, o Imparcial acaba por funcionar como partido político, que segundo Antonio Gramsci, era o responsável pela organização da vontade coletiva e fundamental para a condução das Batalhas Culturais que proporcionam a conquista da Hegemonia<sup>72</sup>.

Em 1972 O Imparcial apresenta um discurso do então governador Pedro Neiva de Santana que demonstra claramente sua postura a favor do desenvolvimento proposto pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, base do regime autoritário brasileiro de então. Segue abaixo trecho transcrito:

[...] dentre os setores que melhores resultados apresentaram, destaca-se o das finanças, que considerou ‘altamente significativos no que diz respeito ao aumento da arrecadação, que foi da ordem de 40,6% sobre o ano de 70, quer quanto a contenção dos gastos de custeio’. O

---

<sup>72</sup> Para Gramsci “toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias em grupos de homens antes refratários e que só pensavam em resolver dia a dia, hora a hora, por si mesmos, seus próprios problemas econômicos e políticos” (GRAMSCI, “the principi, the ordini, in Scritti giovanili, p.78. apud COUTINHO, 1989, p.7-8).

governador disse que o estado depende fundamentalmente da agropecuária, pelas condições naturais, e que impõe-se uma política mais correta para um processo de **desenvolvimento** mais sustentável, elevando a produtividade de mão de obra e a renda da produção rural. O fomento à agricultura elegemos – declarou - como programa prioritário. (O Imparcial – 01/1972). (Grifos nossos).

Percebe-se que neste trecho o jornal apresenta o posicionamento do então governador maranhense frente ao desenvolvimento proposto pelo governo federal na condução de uma política econômica heterodoxa. O jornal apresenta o então governador do Maranhão alinhado com as políticas federais do regime autoritário, sem em nenhum momento criticar a postura do governador indicado por Médici, então presidente do Brasil.

A partir da observação do levantamento neste periódico são notáveis os seguintes temas: associação de bancos; financiamento a indústrias; novas diretrizes; dirigentes; fusão de banco com empresa; seminário; aumento de capital; habitação; inauguração de agência; colonização; criação de banco; empréstimo; investimento.

No que tange à consolidação do capitalismo financeiro no Brasil, o levantamento feito através de O Imparcial nos permite perceber a explosão de conglomerados de financeiras que ocorre durante a ditadura Empresarial-Militar brasileira, o que nos permite concluir que a fração dominante da classe dominante (empresariado) está transitando entre a sociedade civil e a sociedade política, funcionando como intelectuais orgânicos em defesa de seus interesses.

Trabalhando dentro da perspectiva da História econômica, o levantamento aqui feito através do jornal O Imparcial nos permite perceber a formação de um novo bloco no poder em 1964, ou melhor, a consolidação de um novo bloco no poder, e mais, a reprodução aqui no Maranhão do que já estava ocorrendo no eixo sul-sudeste do país, a reorganização dos ditames econômicos liderada pelo capital multinacional e transnacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ultimo capítulo vimos os aspectos da política econômica do “milagre”. No entanto, temos que pontuar sobre as contradições não apresentadas deste período já que não era interesse dos condutores do Estado Restrito a divulgação do custo do crescimento ao Brasil.

Foram apresentadas tabelas sobre a dívida externa brasileira e sobre a balança comercial e vimos que a dívida externa estava em superávit constante enquanto a balança comercial não acompanhava o crescimento da dívida externa chegando a déficits nos anos de 1968, 1971 e 1972 e, no último ano do “milagre econômico” um leve superávit da balança comercial.

Outro ponto importante a ser apresentado diz respeito ao desenvolvimento desigual internamente já que as rendas se concentravam nas mãos dos empresários beneficiados pelos governos militares. Então, os trabalhadores entravam em uma lógica Capital-Imperialista, nacionalmente, de forma a aumentar cada vez mais os lucros da fração financeira e industrial do capital.

Como pode ser percebido ao longo do terceiro capítulo, o periódico que nos propusemos a analisar é fonte privilegiada para a análise da Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão. É notável a diversidade de temas a que pode se recorrer para a produção historiográfica sobre o tema amplo (Ditadura Empresarial-Militar) no Maranhão.

No entanto, o ponto nodal de análise deste objeto é seu funcionamento na lógica Capital-Imperialista no período da Ditadura Empresarial-Militar. O Jornal O Imparcial funciona como Aparelho Privado de Hegemonia que garante a construção de consenso em torno do projeto desenvolvimentista que pretendia manter-se hegemônico. Através dos editoriais, reportagens e artigos apresentados, percebemos o claro posicionamento favorável deste impresso frente às diretrizes da política econômica que conduziu as relações entre Estado e sociedade entre 1969 e 1973.

Há uma ênfase neste trabalho no que diz respeito à História Econômica que está todo tempo atrelada à História Política, pois o eixo principal de análise é a relação entre sociedade, Estado e economia, ligados pelo âmbito sócio-político.

Além disso, o jornal em análise nos permite perceber como se deu a consolidação do capitalismo financeiro no Maranhão, regido pela lógica Capital-Imperialista no

Brasil, o que nos leva também a perceber as especificidades do Maranhão no período do regime autoritário que se inicia em 1964 e a sua inserção na lógica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento de forma *forçada* de acordo com a ampliação do conceito elaborado por Virgínia Fontes *inclusão forçada*.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

#### **Jornal O Imparcial:**

#### **Artigos:**

**MELLO**, Plínio de. Pátria e trabalho, O Imparcial, 10 de setembro de 1970.

#### **Reportagens:**

Cinco financeiras integram BANORTE, O Imparcial, 03 de janeiro de 1971.

Quinto aniversário do FGTS, O Imparcial, 17 de setembro de 1971.

Banco do Brasil apoia colonização, O Imparcial, 26 de setembro de 1971.

#### **Editoriais:**

O milagre e a fé, O Imparcial, 07 de outubro de 1971.

A marcha das exportações, O Imparcial, 12 de junho de 1973.

#### **Legislação:**

**Anuário estatístico do Brasil 1973**. Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973.

**BRASIL**. Ato Institucional nº5 de 13 de dezembro de 1968. O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. DF, Brasília, 13 de dezembro de 1968.

**BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. DF, Brasília, 24 de janeiro de 1967.

**BRASIL**. lei nº 4.595/64 de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. DF, Brasília, 31 de dezembro de 1964.

**SITES:**

[www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm](http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm). Acessado em 18/03/2015

[www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm). Acessado em 18/03/2015.

[www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm](http://www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/g/gramsci.htm). Acessado em 18/03/2015.

<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>. Acessado em 18/06/15

**DICIONÁRIOS:**

BOBBIO, Norberto. Verbetes: Marxismo. IN: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2009.

BOTTOMORE, Tom. Verbetes: Relações de produção. IN: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1988.

\_\_\_\_\_. Verbetes: Classe. IN: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1988.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Verbetes: Dialética. IN: SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Verbetes: Liberalismo. IN: SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

SANDRONI, Paulo. Verbetes: Plano Trienal. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbetes: Lei de Remessa de lucros. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbetes: Cepal. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbetes: Estabilização. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: Correção monetária. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: FGTS. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: PASEP. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: Imposto de renda. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: Salário nominal. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: Salário real. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

\_\_\_\_\_. Verbete: Microeconomia. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Acessado em: 15/06/2015.

BARREIROS, Daniel de Pinho. **Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo (1960-69)**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2010.

BERSTEIN, Serge. L'Histoire et La Culture Politique. **Revue d'Histoire**. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, n° 35, Juillet-Sept, 1992.



BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In. **O Brasil Republicano**. Ed Civilização Brasileira RJ 2007.

CAMPOS, Roberto. Planejamento e mercado na economia brasileira. IN: RAPOSO, Eduardo (org.). **1964 – 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

CARDOSO, Eliana. A inflação no Brasil. IN: MOURA, Alkimar (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do Empresariado industrial argentino e brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. IN: **II Seminário livre pela saúde**. Belo Horizonte: caderno de textos, 2008.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.4, nº1, p.5-22, jan/jun., 2012.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Itambé, 1960.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; SALGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controversias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: Ferreira, Jorge; Delgado, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GABRIEL, Mary. **Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “milagre económico” (1969/1973).** São Paulo: Cortez, 2013.

GOLDENSTEIN, Sérgio. **A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara., 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. IN: **Ensaio FEE**, v.29, nº2, Ago./dez, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo.* São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre económico” (1964-1973). IN: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Un Historien et Son Temps Présent. **Ecrire L'Histoire du Temps Présent. Actes de la Journée d'études de L'IHTP.** Paris: CNRS, 14 mai, 1992.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**. São Paulo: Editora Campus, 1995.

LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1988.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Costa e Silva. IN: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.10, nº3, p. 453-489, set./dez., 2006.

\_\_\_\_\_. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). IN: **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, nº3, p.343-369, dez. 2007.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. IN: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed., 1991.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 14ª ed., 1994.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controversias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, nº27, 2º sem, 2012, p.39-53.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **Historia do Brasil Recente**. São Paulo: Ática, 2001.

MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros e organização financeira no Brasil. IN: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, nº2, p.80-94, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NORA, Pierre. De L'Histoire Contemporaine au Présent Historique. **Actes de la journée d'études de l'IHTP**. Paris: CNRS, 14 mai, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependencia imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº1, p.30-45, jan/jun., 2009.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O Paeg e as políticas económicas dos anos 1960 e 1970. IN: MOURA, Alkimar (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. A lenta construção do projeto privatista: a política económica brasileira entre 1964-1974. IN: **Revista Outros Tempos**, São Luis, v.7, nº10, p.37-58, dez., 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.23, nº45, p.171-186, jan/jun., 2010.

\_\_\_\_\_. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. IN: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RIBEIRO, Fernando. Friedman, monetarismo e keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento económico em meados do século XX. IN: **Revista de economia Mackenzie**, v.11, nº 1, p.58-74, São Paulo, Jan./Jun., 2013.

RICHTER, Fabio Andreas. Neoliberalismo e estado: o choque de final de milênio. IN: **Revista Percursos**. Florianópolis, V.10. nº1, 22-33, 2009

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. IN: **Revista de desenvolvimento económico**, Salvador, ano VI, nº09, p.104-114, 2004.

## ANEXOS

**Tabelas: Publicação do jornal O Imparcial sobre atuação de agências financeiras no Maranhão:**

**BAMERINDUS**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Bamerindus visita UTE-Oleama	Visitar avanço da Oleama	Dezembro-1972

**BANCIPE**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
O banco do maranhão e o Bancipe associam-se para melhor prestação de serviços aos clientes	Convenio	Agosto-1969

**Banco Comércio e Indústria da América do Sul**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Finame nomeia banco comércio e indústria da América do Sul seu agente financeiro	Atuação financeira	Junho-1969
Fusão de banco com grupo Ipiranga capta recursos	Fusão de banco com grupo empresarial	Abril-1972

**Banco Comercial da Produção**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Banco da produção tem novo gerente	Dirigência	Maior-1971

**Banco campina grande de investimentos**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Maior financiamento de banco do nordeste	Financiamento	Novembro-1971

**Banco da Bahia**

Título	Tema	Mês-ano
Nova agência bancária inaugurada em são luis	Inauguração de agência	Abril-1969
Leilão de ações do Banco da Bahia	Leilão	Janeiro-1971
Agências do Baneb vão ser vendidas	Leilão	Julho-1973

**Banco Central**

Título	Tema	Mês-ano
BC já pode emitir letras	Emissão de letras	Janeiro-1970
Banco Central reduziu juros para a pecuária	Redução de juros	Dezembro-1970
Banco Central estuda incentivos solicitados para o mercado a termo	Estudo de incentivos	Setembro-1971
Banco central aprova lançamento de ações	Ações	Novembro-1971
Resolução do Banco central não tem validade no BEM	Deliberação	Fevereiro-1972
Resolução 181 do banco central do brasil beneficia produtores rurais maranhenses	Legislação	Julho-1972
Banco Central estuda sugestão da Anbid sobre "portfolio"	Estudo sobre portfolio	Junho-1973
BC está inspecionando fundos de investimento	Fiscalização	Junho-1973
Banco expede circular	Recomendação de bases para credito rural	Agosto-1973

**Banco da Amazonia**

Título	Tema	Mês-ano
Problemas amazônicos vão ser examinados	Seminário sobre problemas amazônicos organizado pelo Banco da Amazônia e pela Sudam	Março-1969
Banco da Amazônia S.A. aumenta seu capital	Aumento de capital	Maiio-1969

<b>Basa construirá 40 casas para seus funcionários</b>	Habitação	Outubro-1969
<b>Banco da Amazônia S.A</b>	Discurso do diretor da carteira de crédito geral	Março-1970
<b>Inauguração da moderna sede própria da agência do Banco da Amazônia em Codó</b>	Inauguração de agência	Março-1970
<b>Basa inaugura agência em Carolina</b>	Inauguração de agência	Março-1970
<b>Carolina já tem agência do banco da Amazônia S.A</b>	Inauguração de agência	Março-1970
<b>Basa constrói 40 casas para seus funcionários de São Luís</b>	Habitação	Abril-1970
<b>Basa inaugurará no sábado próximo duas agências</b>	Inauguração de agências	Abril-1970
<b>Inauguradas modernas instalações do Basa</b>	Inauguração de agências	Abril-1970
<b>Basa inaugura moderna agência em Santa Inês</b>	Inauguração de agência	Abril-1970
<b>Inauguração da nova sede da agência do Banco da Amazônia em Bacabal</b>	Inauguração de sede	Abril-1970
<b>Inauguração da nova sede do Banco da Amazônia em Coroatá</b>	Inauguração de sede	Maió-1970
<b>Basa instala agência hoje às 9 horas na cidade de pinheiro</b>	Instalação de agência	Julho-1970
<b>Técnicos do BASA estarão aqui reunidos aqui de 28 a 31</b>	Discussão de projeto	Julho-1970
<b>Basa inaugura conjunto residencial</b>	Habitação	Outubro-1970
<b>Basa: 40 casas no São Francisco</b>	Habitação	Outubro-1970
<b>BASA elege sua nova diretoria</b>	Dirigentes	Abril-1971
<b>Vitalização da Amazônia</b>	Colonização	Janeiro-1972
<b>Banco da Amazônia abre novas perspectivas ao empresariado maranhense</b>	Benefício às classes produtoras	Fevereiro-1972
<b>Banco oferece novo prazo de pagamento</b>	Pagamento de débitos por empresas	Março-1972



Diretor do Basa: novo prazo para dividas vencidas	Pagamento de débitos por empresas	Março-1972
Basa propugna solução para crise	Reescalonamento de empresas	Março-1972
Basa quer analise econômica do estado	Análise econômica	Março-1972
Interiorização é meta do banco da Amazônia	Interiorização	Maió-1972
Basa reescalona divisas	Reescalonamento e divisas	Maió-1972
Basa vai implantar nova estrutura no maranhão	Viagem de gerente local a Belém para nova estrutura do Basa	Maió-1972
Basa tem dinheiro pra financiar gado na feira	Financiamento	Agosto-1972
BASA financia Oleama	Financiamento	Janeiro-1973
Diretor do Basa chega a São Luis	Gerencia	Maió-1973
Gov. Neiva recebe comitiva do Banco da Amazônia	Gerencia	Maió-1973

### Banco de Investimento

Título	Tema	Mês-ano
Minas forma bancos e funde financeiras	Criação de bancos	Dezembro-1970
Bancos de investimento: aumento de 3,3 por cento	Saldo de recursos	Julho-1973

### Banco do Comercio e Industria de Minas Gerais

Título	Tema	Mês-ano
BCIMG instala filial em imperatriz	Inauguração de agência	Novembro-1972
Banco institui plano de Expansão Integrada	Premiação a servidores por esforços	Novembro-1972
Gerente do Bancomercio homenageado pelas classes produtoras	Instalação de filial em imperatriz	Abril-1973

### Banco de credito Real de Minas Gerais S.A

Título	Tema	Mês-ano
Intenso movimento no Banco de Crédito Real	Depósito de crédito	Junho-1970

### Banco Itaú

Título	Tema	Mês-ano
Banco Itaú América inaugura agência	Inauguração de agência	Janeiro-1970
Banco Itaú América S.A recursos para a região	Investimento	Janeiro-1970
Agência do Banco Itaú será inaugurada hoje	Inauguração de agência	Janeiro-1970
Banco Itaú américa incorpora banco português do brasil	Incorpora banco português do Brasil	Abril-1973

### Banco de Desenvolvimento

Título	Tema	Mês-ano
Recomendações do primeiro congresso brasileiro de bancos de desenvolvimento	Deliberação sobre a atuação dos bancos de desenvolvimento	março-1969
Maranhão terá banco de desenvolvimento	Criação de um bd no maranhão	Abril-1969
Governo do estado criará banco de desenvolvimento	Criação de banco	Junho-1969
Governo cria banco de desenvolvimento	Criação de agência	Julho-1969
Governo pretende aumentar o capital dos bancos oficiais	Inserção de capital	Outubro-1969
Banco de desenvolvimento será inaugurado no dia 31	Inauguração de agência	Janeiro-1970
Instalado o banco de desenvolvimento do estado	Instalação de agência	Fevereiro-1970
Banco de desenvolvimento do estado do Maranhão S.A	Deliberação sobre sua origem e seus recursos financeiros	Março-1970
Banco de desenvolvimento S.A	Ata da assembleia geral	Abril-1970
Banco de desenvolvimento S.A	Ata de assembleia geral	Agosto-1970
Bancos de	II congresso brasileiro de	Março-1972

desenvolvimento (editorial)	bancos de desenvolvimento	
Banco de desenvolvimento do estado do maranhão	Ata de assembleia	Março-1972
Banco de desenvolvimento do estado do maranhão	Ata de assembleia	Março-1972
BDM financia construção de hotel em imperatriz	Financiamento	Junho-1972
BDM inaugura sede própria e consolida posição em favor da economia maranhense	Inauguração de sede	Agosto-1972

### **Banco do Brasil**

<b>Título</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Mês-ano</b>
Banco do Brasil S.A	Resgate da dívida pública	Janeiro-1969
Banco do Brasil S.A	Resgate da dívida pública	Janeiro-1969
Diretor do Banco do Brasil, prof. Claudio Pacheco, chegará hoje.	Visita do diretor do BB ao MA	Fevereiro-1969
Sugerida a criação aqui de uma sub-agência do Banco do Brasil	Criação de uma sub-agência do BB	Fevereiro-1969
Presidente e seis diretores do BB a 6 de março	Visita de dirigentes do BB	Fevereiro-1969
Presidente do Banco do Brasil, Dr. Nestor Jost, e seis diretores, em São Luís, quinta feira próxima	Visita de dirigentes do BB	Março-1969
Classes produtoras farão reivindicação junto ao presidente do BB	Reivindicação da instalação do banco metropolitano a localizar-se na rua grande	Março-1969
Presidente e seis diretores do Banco do Brasil chegam hoje	Chegada de dirigentes do BB	Março-1969
São Luis hospeda o presidente e diretores do banco do Brasil	Chegada de dirigentes do BB	Março-1969
Presidente do banco do Brasil ouve as classes empresariais	Reunião do presidente do BB com empresários	Março-1969
Regressaram presidentes e diretores do Banco do	Regresso dos dirigentes do BB	Março-1969

<b>Brasil</b>		
<b>Capital do BB em NY, US\$ 14 milhões</b>	Capital do BB no exterior	Março-1969
<b>Inauguradas as novas instalações da agência do banco do brasil em Codó</b>	Criação de agência	Junho-1969
<b>Inauguradas ontem, solenemente, as novas instalações da agência do Banco do Brasil</b>	Inauguração de agência	Agosto-1969
<b>Diretor do banco do brasil manda enviado a são Luis</b>	Visita de dirigente	Setembro-1969
<b>Gerente do banco do brasil dr. Vanildo Ismael de oliveira em debate cordial com a associação comercial do maranhão</b>	Debate com associação comercial do maranhão	Novembro-1969
<b>Encontro com o gerente do banco do brasil</b>	Programação de visitas	Janeiro-1970
<b>Presidente do Banco do Brasil em São Luis, sábado próximo</b>	Visita em manifestação das classes empresariais maranhenses	Fevereiro-1970
<b>Banco do Brasil construirá em São Luis prédio de 15 andares</b>	Transferência de agência	Fevereiro-1970
<b>Banco ajuda a todos</b>	Programa de integração e assistência financeira	Março-1970
<b>Fundo alemão e BB financiam cepalma</b>	Financiamento	Agosto-1970
<b>Bancos no exterior</b>	Banco do Brasil em Hamburgo	Agosto-1970
<b>No BB depósito de pensões do ipase</b>	Depósito de pensões	Agosto-1970
<b>BB vai ter agência em Hamburgo</b>	Abertura de agência	Setembro-1970
<b>Banco leva crédito à exposição</b>	Financiamento a agropecuaristas	Setembro-1970
<b>Banco do Brasil S.A</b>	Recolhimento de cédulas	Setembro-1970
<b>Banco do Brasil participa da política de desenvolvimento</b>	Desenvolvimento	Novembro-1970
<b>Direção do Banco do Brasil estará reunida em Belém</b>	Reunião da classe empresarial em Belém	Janeiro-1971
<b>Dirigentes do BB visitam a química norte</b>	Visita a indústria	Janeiro-1971
<b>Crédito do BB para</b>	Crédito	Março-1971

<b>agricultura e pecuária</b>		
<b>BB promove melhoramento agropecuário</b>	Investimento agropecuário	Abril-1971
<b>BB inaugurará serviço social</b>	Serviço médico	Abril-1971
<b>Banco do Brasil fixa diretrizes para empréstimos fundiários</b>	Regulamentação empréstimos	Maior-1971
<b>Banco do Brasil inaugura nova agência: Londres</b>	Inauguração de agência	Junho-1971
<b>Assumirá a gerência do Banco do Brasil em Belém</b>	Dirigência	Junho-1971
<b>BB envia instruções às agências sobre pasesp</b>	Regulamentação e diretrizes	Julho-1971
<b>BB é importante, diz Delfim</b>	Desenvolvimento	Julho-1971
<b>Sistema financeiro do Brasil no exterior</b>	Financiamento	Julho-1971
<b>Novo gerente do BB para agência local</b>	Dirigência	Agosto-1971
<b>Banco do Brasil vai financiar prefeituras</b>	Financiamento	Agosto-1971
<b>Banco do Brasil revê débitos de empresários</b>	Débitos	Agosto-1971
<b>Novo gerente do BB: trabalhamos em equipe</b>	Dirigência	Agosto-1971
<b>Banco do Brasil institui nova modalidade de empréstimos</b>	Empréstimo	Setembro-1971
<b>Presidente do Banco do Brasil em São Luis</b>	Dirigência	Setembro-1971
<b>Banco do Brasil apoia colonização</b>	Integração nacional e desenvolvimento	Setembro-1971
<b>Arroz: governo e BB estudam soluções</b>	Financiamento	Setembro-1971
<b>Banco do Brasil ajuda na transamazônica</b>	Plano de integração	Setembro-1971
<b>Banco do Brasil promoverá estudo de vários problemas</b>	Promoção de encontros para debate	Setembro-1971
<b>Diretor do BB em São Luis: visita pode ser decisiva para nosso estado</b>	Dirigência em São Luis	Outubro-1971
<b>BB pode aplicar mais no Maranhão</b>	Aplicação de recursos	Outubro-1971

<b>Crédito do BB aumenta esperanças da lavoura</b>	Crédito	Outubro-1971
<b>Banco do Brasil breve será multinacional e deixará o Chile</b>	Atuação no exterior	Novembro-1971
<b>Banco do Brasil tem nova linha de crédito</b>	Financiamento	Novembro-1971
<b>BB vai financiar agropecuária no MA até sem juros</b>	Financiamento agropecuária	Novembro-1971
<b>Banco do Brasil financia indústria de madeira</b>	Financiamento	Novembro-1971
<b>BB ampara débitos de agropecuaristas</b>	Financiamento agropecuária	a Dezembro-1971
<b>Maranhense na direção do BB</b>	Dirigência	Dezembro-1971
<b>BB amplia faixas de financiamento no nordeste</b>	Financiamento	Agosto-1972
<b>Presidente do BB conhecerá de perto possibilidades do Maranhão</b>	Visita dirigência	Agosto-1972
<b>Diretor do banco do Brasil vai receber empresariado</b>	Reunião banco-empresa	Agosto-1972
<b>Diretor do BB chegará hoje</b>	Visita dirigência	Agosto-1972
<b>BB deseja incrementar financiamentos aqui</b>	Financiamento	Agosto-1972
<b>B. Brasil financiará eletrificação rural</b>	Financiamento	Agosto -1972
<b>Itaqui poderá ter silos se financiamento vier: BB</b>	Financiamento	Agosto-1972
<b>Proterra: BB vai dar dinheiro</b>	Financiamento	Agosto-1972
<b>Banco do Brasil vai dar dinheiro: Proterra</b>	Financiamento	Agosto-1972
<b>Mais de 1 milhão do BB para agropecuária do nordeste</b>	Financiamento	Setembro-1972
<b>Banco do Brasil tem muito dinheiro para financiar mamona</b>	Financiamento	Setembro-1972
<b>BB vai examinar cada caso de prejuízo do trigo com a geadá</b>	Análise-agricultura	Outubro-1972
<b>Banco do Brasil amplia</b>	Crédito aos comerciantes	Outubro-1972

<b>crédito</b>		
<b>BB terá prédio de 13 andares</b>	Construção de sede	Novembro-1972
<b>Banco do Brasil S.A</b>	Aumento de capital	Novembro-1972
<b>Banco do Brasil acionista da Oleama</b>	Compra de ações	Dezembro-1972
<b>BB e as dividas dos salineiros</b>	Reescalonamento de dividas	Dezembro-1972
<b>BB paga cotas do pasep</b>	Pagamento pasep	Janeiro-1973
<b>Presidente do BB saudu O Imparcial</b>	Relação com imprensa	Maiio-1973
<b>BB reúne gerentes</b>	Reunião dirigência	Maiio-1973
<b>BB recebe hoje o empresariado</b>	Reunião banco-empresas	Maiio-1973
<b>Banco do Brasil abrirá 13ª agência no exterior</b>	Atuação exterior	Junho-1973
<b>O BB tem novo gerente no Maranhão</b>	Dirigência	Julho-1973
<b>Banco do Brasil S.A investe na "Oleama"</b>	Investimento	Julho-1973
<b>Banco do Brasil convoca nova assembleia geral</b>	Sobre aumento de capital	Agosto-1973
<b>BB financia matadouro na estiva</b>	Financiamento	Novembro-1973
<b>Dez milhões para rodovia trans-MA: BB</b>	Infraestrutura	Dezembro-1973

### **Banco Mercantil de Niterói**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Niterói com Bancom em SL</b>	Inauguração de agência	Maiio-1969

### **Banque Nationale de Paris**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Banco francês interessado em operar em nosso estado</b>	Visita de dirigente do BNP	Abril-1969
<b>Oferta de recursos franceses ao BNB</b>	Crédito	Maiio-1969

### **Banco Mundial**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
---------------	-------------	----------------

<b>Missão do Banco Mundial amplia colaboração com BNB</b>	Convenio	Abril-1969
<b>Banco mundial empresta US\$ 25 milhões ao BNB</b>	Empréstimo	Fevereiro-1970
<b>Financiamento de US\$ 80 milhões para ferrovias no Brasil</b>	Financiamento	Agosto-1971
<b>Brasil consegue mais outro empréstimo</b>	Empréstimo	Agosto-1971
<b>Banco mundial aprova empréstimo ao Brasil para extração de minério</b>	Empréstimo	Outubro-1971
<b>BM fará levantamento do norte e nordeste</b>	Análise de sistemas econômicos	Março-1972
<b>Empréstimo para colonização</b>	Empréstimo	Julho-1972
<b>Banco Mundial financia projeto no Maranhão</b>	Financiamento	Julho-1972
<b>Brasil deve muito: diz banco mundial</b>	Dívida externa	Setembro-1972
<b>BM estuda financiamentos de alimentação no Brasil</b>	Estudo – financiamentos	Outubro-1972
<b>Banco Mundial quer financiar: proterra</b>	Financiamento	Mai-1973

### **Banco Nacional de crédito cooperativo**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Ministério da agricultura em Brasília renasce das cinzas com agência bancária e exposição</b>	Crédito	Setembro-1969

### **EXIMBANK**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Eximbank negou o empréstimo</b>	Empréstimo	Agosto-1971
<b>Financiamento de US\$ 80 milhões para ferrovias no Brasil</b>	Financiamento	Agosto-1971
<b>Eximbank financia equipamentos de média e pequena empresa</b>	Financiamento	Agosto-1971
<b>Eximbank concede</b>	Empréstimo	Junho-1972



<b>empréstimo à salgema</b>		
<b>Eximbank do Japão quer investir mais no Brasil</b>	Investimento	Maio-1973

### **Banco Nacional do Norte S.A**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Atividades do banco nacional do norte S.A em nossa praça</b>	Habitação	Outubro-1969
<b>Cinco financeiras integram BANORTE</b>	Fusão	Fevereiro-1971

### **BANDECE**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Turismo: BNB recebe proposta do BANECE</b>	Financiamento	Março-1971

### **Banco Real**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Banco Real tem nova agência</b>	Inauguração de agência	Abril-1972
<b>Presidente do banco real hoje em São Luis</b>	Dirigência em São Luis	Julho-1972
<b>Banco Real visita o Imparcial</b>	Dirigência em São Luis	Agosto-1972

### **Bem**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Bem firma convênio para repasse de recursos do BID a nossa pecuária</b>	Investimento – Pecuária	Janeiro-1969
<b>Banco do Estado do Maranhão S.A inaugurou...</b>	Inauguração de agência	Janeiro-1969
<b>Bem financiará taxímetros</b>	Financiamento	Fevereiro-1969
<b>Duas novas agências do BEM a 7 e 11 deste mês</b>	Criação de agências	Fevereiro-1969
<b>Inaugurada a agência do BEM em imperatriz</b>	Criação de agências	Fevereiro-1969
<b>BEM assina novo</b>	Convênio BNH	Março-1969

<b>convênio com banco nacional de habitação</b>		
<b>BEM recebe depósitos dos artigos 34-18</b>	Depósito e parceria com BNB	Abril-1969
<b>Banco do Estado Maranhão S.A</b>	Convocação de assembleia	Setembro-1969
<b>Bem-capital quintuplicado</b>	Inserção de capital	novembro-1969
<b>O BEM vai muito bem</b>	Diagnóstico do BEM	Junho-1970
<b>No BEM alta direção inicia diálogo</b>	Nova política financeira do BEM	Junho-1970
<b>Solucionado o caso do Banco do Estado</b>	Operação arame	Janeiro-1971
<b>Financiamento de estrutura</b>	Financiamento de estrutura	Maió-1971
<b>Banco do Estado do Maranhão com novos diretores e novo capital</b>	Dirigência	Julho-1971
<b>15 milhões de cruzeiros é o novo capital do BEM</b>	Aumento de capital	Julho-1971
<b>Bem – instrumento de ação (editorial)</b>	Atuação	Agosto-1971
<b>O BEM está bem</b>	Situação financeira	Agosto-1972
<b>Novos dirigentes do BEM tomam posse hoje</b>	Dirigência	Novembro-1972
<b>Dirigentes do bem foram empossados</b>	Posse dirigência	Novembro-1972
<b>Empossados os dirigentes do BEM</b>	Posse dirigência	Novembro-1972
<b>Importante reunião do Banco do Estado</b>	Reunião com os diretores financeiros das secretarias de estado	Dezembro-1972
<b>Presidente do BEM contata em recife</b>	Providências sobre agência	Dezembro-1972
<b>Bem reúne gerentes para estudo</b>	Reunião dirigentes	Janeiro-1973
<b>Bem promove seminário</b>	Seminário de informação da comunidade	Janeiro-1973
<b>Bem participa de reunião com 22 bancos estaduais</b>	Reunião com bancos	Janeiro-1973
<b>Bem vai participar de reunião do BNH</b>	Habitação	Abril-1973
<b>Bem atinge 100 milhões</b>	Volume de depósitos	Maió-1973
<b>Bem da credito a prefeitura</b>	Credito	Maió-1973
<b>Banco do Estado do Maranhão S.A</b>	Ata da assembleia	Junho-1973
<b>Bem empresta a</b>	Empréstimo	Junho-1973

<b>servidores municipais</b>		
<b>Bem vai fazer empréstimos a funcionários</b>	Empréstimo	Junho-1973

## **BANESPA**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Adiada a inauguração de agência do Banespa</b>	Inauguração de agência	Maio-1969
<b>Impressionante relato do crescimento do Banco do Estado de São Paulo</b>	Chegada de agência e crescimento desta agência em São Luis	Agosto-1969
<b>O Banespa vem com capital para o desenvolvimento do Maranhão</b>	Desenvolvimento	Dezembro-1970
<b>Banespa e Maranhão assinam convênio</b>	Investimento	Dezembro-1970
<b>Banespa tem operações de envergadura e agressividade</b>	Operações para o setor privado	Agosto-1971

## **BID**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Arzia anuncia construção de 10 centrais de abastecimento com financiamento do BID</b>	Financiamento BID	Fevereiro-1969
<b>Rubens costa integra grupo de trabalho do BID</b>	Problemas de exportações latino-americanas	Março-1970
<b>Cursos para técnicos em investimento</b>	Investimento	Outubro-1970
<b>BID no Brasil vê orçamento e prioridades</b>	Liberação de verba ao Brasil	Dezembro-1970
<b>Delfim consegue empréstimo para o complexo hidrelétrico paulista</b>	Empréstimo – BID	Fevereiro-1971
<b>BID: Brasil lidera economia na América Latina</b>	Pesquisa	Abril-1971
<b>BID empresta US\$ 47 milhões para ligação Brasil Uruguai</b>	Empréstimo	Agosto-1971
<b>10 milhões do BID para</b>	Incentivo aos pequenos	Outubro-1971

os pequenos produtores	produtores	
BID quer financiar pecuária maranhense	Financiamento pecuária	Outubro-1971
Brasil obtém crédito do banco interamericano	Crédito	Novembro-1971
Trinta milhões de dólares para 19 projetos de irrigação do nordeste	Desenvolvimento	Janeiro-1972
Banco interamericano empresta 11 milhões de dólares ao Brasil	Empréstimo	Janeiro-1972
BID, Brasil e América Latina (editorial)	Análise da América Latina	Maió-1973

## BNB

Título	Tema	Mês-ano
Técnicos do BNB regressaram	Agricultura e pecuária	Janeiro-1969
Estado e BNB assinarão amanhã	Infraestrutura	Janeiro-1969
Aplicações do BNB em 1968	Aplicações do BNB em 1968	Fevereiro-1969
Mais agências do Banco do Nordeste	Criação de agências do BNB	Fevereiro-1969
Confirmado apoio ao nordeste	Apoio ao nordeste	Fevereiro-1969
Governo autoriza C\$ 102 milhões para Cohebe	Financiamento de dividas	Março-1969
BNB faz tudo sobre cebola	Investimento	Maió-1969
Oferta de recursos franceses ao BNB	Crédito	Maió-1969
BNB financia agropecuária	Financiamento	Junho-1969
Metas do banco do nordeste para o biênio 1969-1970	Deliberação	Junho-1969
Metas do BNB	Deliberação	Junho-1969
Agência do BNB	Comemoração de fundação de agência	Agosto-1969
Caneca viaja: Novo gerente frente ao BNB	Gerenciamento	Outubro-1969
Novos financiamentos a firmas maranhenses	Financiamento BNB	Março-1970
BNB dá incentivos a arroz...	Investimento	Março-1970

<b>Presidente do BNB fará exposição aos deputados</b>	Exposição sobre mercado carnaubeiro	Março-1970
<b>BNB examina financiamento para a aquisição de gado</b>	Financiamento agropecuário	Julho-1970
<b>Nordeste tem recursos do BNB</b>	Investimento	Agosto-1970
<b>BNB-BNDE: assistência a pequena indústria</b>	Financiamento	Agosto-1970
<b>Japão convida BNB: seminário</b>	Seminário sobre financiamento industrial	Outubro-1970
<b>Disposto a financiar programas</b>	Financiamento	Outubro-1970
<b>Banco do nordeste analisa indústria nordestina</b>	Estudo de investimento	Dezembro-1970
<b>BNB analisa meta habitacional para a década de 1970</b>	Habitação	Dezembro-1970
<b>Decisão do BNB</b>	Realização de operações underwriting	Fevereiro-1971
<b>Levantamento já seguiu para BNB</b>	Habitação	Fevereiro-1971
<b>BNB concede bolsas de treinamento</b>	Integração empresa universidade	Março-1971
<b>BNB acionista da Columinjuba</b>	Investimento	Março-1971
<b>BNB divulga excelentes dados sobre a cultura do feijão</b>	Pesquisa	Maió-1971
<b>Organização e métodos: BNB promove curso de alto nível</b>	Curso	Junho-1971
<b>Lançamento da campanha “visite o nordeste” pelo BNB, em São Paulo</b>	Campanha sobre desenvolvimento	Junho-1971
<b>BNB projeta fluxo de turistas para o nordeste</b>	Turismo	Junho-1971
<b>BNB encerra reunião de sec. de agricultura</b>	Estudos sobre efetivação da reforma agrária	Agosto-1971
<b>BNB paga por semestre dividendos aos acionistas</b>	Distribuição de dividendos	Setembro-1971
<b>BNB vai assessorar o banco industrial do peru</b>	Incentivo à exportação	Setembro-1971
<b>Banco do Nordeste opta por incentivos da 184</b>	Percentuais de recolhimento compulsório	Setembro-1971
<b>Banco do nordeste</b>	Modernização do sistema	Setembro-1971

exporta “know-how” para o peru	de trabalho	
Banco do Nordeste incrementa operações de empréstimo	Empréstimo	Novembro-1971
Novos recursos aplicados no nordeste	Investimento - colonização	Novembro-1971
BNB reescalonando dívidas de agricultores nordestinos	Reescalonamento de dívidas	Dezembro-1971
Banco do nordeste concede novo empréstimo ao maranhão	Empréstimo	Janeiro-1972
BNB disciplina fundo de desenvolvimento tecnológico	Investimento em tecnologia	Janeiro-1972
Incrementado programa de empréstimos a cooperativa	Empréstimo	Fevereiro-1972
BNB faz empréstimo: 10 milhões	Empréstimo	Fevereiro-1972
BNB faz empréstimo à prefeitura	Empréstimo	Março-1972
BNB financia seis milhões	Financiamento	Abril-1972
BNB aprova projeto de empréstimo à Telma	Empréstimo	Abril-1972
BNB financia atividades no Maranhão	Financiamento	Abril-1972
Seis milhões do BNB para aumentar produção: Merk	Investimento	Abril-1972
Onze milhões é a participação do BNB no sistema de telefonia	Investimento	Maió-1972
BNB: 2 milhões para o Maranhão	Investimento-comércio	Maió-1972
BNB beneficia bacabal	Execução de projetos de serviços básicos	Junho-1972
BNB mostra perspectiva [...] 1 bilhão em [...]	Recursos para investimento	Agosto-1972
BNB concede empréstimo a CIA de Lago da Pedra	Empréstimo	Agosto-1972
BNB informa sobre FGTS	Atribuições de FGTS	Agosto-1972
Maranhão recebe reforço de 15 milhões do BNB	Créditos especiais	Setembro-1972
BNB concede 300 mil para agropecuária	Empréstimo	Setembro-1972

<b>BNB empresta mais às cooperativas</b>	Empréstimo	Outubro-1972
<b>Se você tem ações do BNB vai querer muito mais</b>	Aumento de capital	Outubro-1972
<b>Autoridades bancárias na despalafitação</b>	Habitação	Outubro-1972
<b>BNB financia projeto do Hotel Anápolis</b>	Financiamento	Novembro-1972
<b>BNB financia indústria de fertilizantes</b>	Financiamento	Dezembro-1972
<b>Nordeste ganha CR\$ 400 milhões</b>	Programas de financiamento	Dezembro-1972
<b>BNB financia indústria de engrenagens</b>	Financiamento	Dezembro-1972
<b>BNB aplicará Cr\$ 400 milhões no programa de urbanização</b>	Programa de urbanização	Janeiro-1973
<b>BNB oferece jantar a imprensa</b>	Jantar de confraternização	Janeiro-1973
<b>BNB financia indústria</b>	Financiamento	Abril-1973
<b>BNB e a indústria regional</b>	Credito industrial	Julho-1973
<b>BNB dinamiza financiamentos</b>	Financiamento	Agosto-1973
<b>BNB repassa recursos do BIRD</b>	Credito	Agosto-1973
<b>Governo e BNB firmam contratos na Parnaíba</b>	Contrato financiamento	Novembro-1973

### CPM

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Programa de industrialização procura fixar capitais no MA.</b>	Estudo sobre o baixo nível de renda	Janeiro-1969
<b>Progresso financiará bens de capital</b>	Financiamento	Novembro-1972
<b>Companhia Progresso vai financiar bens de capital</b>	Financiamento	Novembro-1972

### BNDE

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>César Calls faz declarações sobre financiamento do BNDE</b>	Financiamento BNDE	Fevereiro-1969

<b>Maranhão entre os estados que receberão novos financiamentos</b>	Novos financiamentos	Março-1970
<b>Auxílio do BNDE a pesquisas da universidade de Brasília</b>	Pesquisas	Julho-1970
<b>BNB-BNDE: assistência a pequena indústria</b>	Financiamento	Agosto-1970
<b>Cotema assina contrato com BNDE</b>	Financiamento	Março-1971
<b>Não haverá competição com o BNDE</b>	Financiamento	Abril-1971
<b>O BNDE a serviço da indústria</b>	Investimento à indústria	Agosto-1971
<b>BNDE com novo programa em ação</b>	Apoio a empresas	Setembro-1971
<b>BNDE empregará mais de três bilhões de cruzeiros em 71</b>	Investimento na economia brasileira	Setembro-1971
<b>BNDE dá 43 milhões às ferrovias</b>	Integração nacional	Setembro-1971
<b>BNDE estuda pedido de financiamento: Coderma</b>	Financiamento	Fevereiro-1972
<b>BNDE financia unidade petroquímica na Bahia</b>	Financiamento	Abril-1972
<b>Coderma trata de participação do BNDE no programa rodoviário</b>	Construção de rodovias vicinais	Maió-1972
<b>BNDE acolhe pretensão formulada pela Coderma</b>	Acolhimento de construção de novas estradas vicinais	Maió-1972
<b>BNDE tem mais de três bilhões para norte e nordeste</b>	Investimento	Julho-1972
<b>BNDE e USAID verão estradas vicinais</b>	Análise de projetos	Agosto-1972
<b>DER e BNDE assinam convênio</b>	Convênio e empréstimo	Novembro-1972
<b>BNDE promove palestra com empresas</b>	Formação empresariado	Maió-1973
<b>BNDE realizará seminário</b>	Formação	Julho-1973
<b>BNDE aplica em estradas vicinais</b>	Infraestrutura-integração	Julho-1973
<b>BNDE dinamiza programa de empréstimo</b>	Programa de empréstimo	Agosto-1973
<b>BNDE aprova financiamento para estrada Santa Luzia-</b>	Financiamento	Setembro-1973



**Balsas****BNH**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Bem assina novo convênio com banco nacional de habitação</b>	Convênio entre bem e BNH	Março-1969
<b>Conjuntos habitacionais do maranhão aprovados pelo BNH</b>	Investimento	Maio-1969
<b>Financiamento de bancos regionais para obras de saneamento básico</b>	Investimento em saneamento básico	Junho-1969
<b>Caixa econômica e BNH entregaram mais 22 casas: conjunto nova Elca no monte castelo</b>	Habitação	Agosto-1969
<b>Delegado regional do BNH veio inaugurar a credimus</b>	Inauguração da credimus	Agosto-1969
<b>BNH com alteração de plano em janeiro</b>	Deliberação	Novembro-1969
<b>Banco Nacional de habitação – coordenação do FGTS</b>	Habitação	Abril-1970
<b>Aluguel: reduzido o nível pelo BNH</b>	Habitação	Junho-1970
<b>BNH financiará 615 mil residências</b>	Habitação	Julho-1970
<b>Inauguradas ontem 17.273 casas: BNH</b>	Habitação	Agosto-1970
<b>Plano do BNH é maior do que o realizado nos EUA</b>	Projetos habitação	Setembro-1970
<b>BNH dinamiza o processo social</b>	Habitação	Novembro-1970
<b>O BNH financia abastecimento de água a capital maranhense</b>	Financiamento infraestrutura	Dezembro-1970
<b>Maioria aprovou pes: BNH</b>	Habitação	Janeiro-1971
<b>BNH prorrogou prazo de opção</b>	Habitação	Janeiro-1971
<b>BNH cria agrovilas</b>	Habitação	Abril-1971
<b>Com recursos do BNH a prefeitura eliminará as palafitas de São Luis</b>	Habitação	Maio-1971
<b>BNH financia residências</b>	Habitação	Maio-1971

<b>particulares</b>		
<b>Plano nacional de habitação já construiu mais de setecentas mil casas</b>	Habitação	Maio-1971
<b>Rubens costa para o BNH</b>	Dirigência	Junho-1971
<b>Presidente do BNH tomou posse</b>	Dirigência	Junho-1971
<b>BNH financiará mais 690 casas para nossa capital</b>	Habitação	Junho-1971
<b>Presidente do BNH volta a se manifestar</b>	Sobre correção monetária	Julho-1971
<b>Rede bancária arrecada FGTS</b>	Acumulo de capital	Julho-1971
<b>Tarifa realista permitiu financiamento do BNH</b>	Financiamento	Agosto-1971
<b>Projeto do congresso – BNH: menos juros e mais prazo</b>	Aprovação de projeto	Setembro-1971
<b>Taxas do BNH podem baixar ate 1 por cento</b>	Taxas	Setembro-1971
<b>Tarifa realista permitiu financiamento do BNH</b>	Financiamento	Setembro-1971
<b>Médici recebe planos do BNH</b>	Plano nacional de habitação	Setembro-1971
<b>Mais prazo e menos taxas</b>	Nova legislação	Setembro-1971
<b>Penna: BNH é exemplo para os outros</b>	Plano habitacional	Setembro-1971
<b>BNH: aos mutuários paguem menos aluguel</b>	Novo sistema de amortização constante	Outubro-1971
<b>BNH: saque sobre FGTS é a solução</b>	Habitação	Novembro-1971
<b>BNH só executará quem não quiser pagar</b>	Habitação	Novembro-1971
<b>Flexível a política habitacional</b>	Politica habitacional	Janeiro-1972
<b>Brasil tem melhor plano habitacional</b>	Habitação	Janeiro-1972
<b>BNH aprova programação da Cohab – MA para 1972</b>	Habitação	Janeiro-1972
<b>BNH vai analisar projeto da Cohab</b>	Habitação	Fevereiro-1972
<b>Financiamentos do BNH para o Maranhão</b>	Financiamento	Maio-1972
<b>BNH financia moradias a nordestinos</b>	Financiamento	Julho-1972
<b>BNH vem ver a situação</b>	Situação do programa	Julho-1972

	habitacional – Cohab	
Conjunto do BNH para imperatriz	Habitação	Julho-1972
Pesquisa do IBGE será nacional: BNH	Pesquisa recomendada pelo BNH	Agosto-1972
BNH vai regular financiamentos	Financiamento	Agosto-1972
Autoridades bancárias na despalafitação	Habitação	Outubro-1972
Iniciam hoje obras de despalafitação	Habitação	Outubro-1972
BNH apoia infraestrutura dos municípios	Financiamento infraestrutura	Outubro-1972
BNH aprova projeto anil-4	Habitação	Dezembro-1972
BNH será transformado em BNDU (banco nacional de desenvolvimento Urbano)	Transformação de agência	Dezembro-1972
BNH executa sumariamente	Execução inadimplentes	Abril-1973
BNH manda expulsar invasores de casas	Habitação	Maior-1973
BNH cria companhias para fiscalizar preço e prazo	Fiscalização	Junho-1973
BNH pronto para corrigir erros	Sobre as construções de má qualidade	Julho-1973
BNH vai reunir 60 prefeitos	Debate sobre problemas de desenvolvimento urbano	Agosto-1973
BNH financia estrutura comunitária	Habitação	Agosto-1973

### Bradesco

Título	Tema	Mês-ano
Bradesco aumenta capital com bonificação a acionistas	Aumento de capital	Janeiro-1970
Bradesco agora é que vai pagar aposentadorias	Pagamentos	Fevereiro-1970
Turismo bradesco abre seu capital	Investimento turismo	Janeiro-1971
Bradesco promove aumento de capital	Aumento de capital	Fevereiro-1971
Badesco aumenta o capital	Aumento de capital	Agosto-1971

<b>Redução de juros é apoiado pelo bradesco</b>	Política tributária	Fevereiro-1972
<b>Financiadora bradesco S.A</b>	Aumento de capital social	Novembro-1972
<b>Bradesco em Imperatriz</b>	Inauguração de agência	Dezembro-1972

### **Caixa Econômica**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Caixa econômica e BNH entregaram mais 22 casas: conjunto nova elca no monte castelo</b>	Habitação	Agosto-1969
<b>Caixa econômica federal do Maranhão</b>	Leilão	Março-1970
<b>Caixa econômica terá nova sede</b>	Construção de agência	Abril- 1970
<b>Caixa econômica federal inaugura sua agência própria</b>	Inauguração de agência (sede)	Abril-1970
<b>Repercute a inauguração da nova sede da caixa econômica</b>	Inauguração de sede	Abril-1970
<b>Nova sede da caixa econômica federal</b>	Inauguração de sede	Abril-1970
<b>Caixa econômica mecaniza seu serviço de depósito</b>	Deliberação	Janeiro-1971
<b>Caixa econômica federal está desenvolvendo</b>	Desenvolvimento	Junho-1972
<b>CEF anuncia financiamento ao empresariado pelo PIS</b>	Financiamento	Agosto-1972
<b>CEF regula pagamento de vantagens</b>	Regulação de execução do PIS	Setembro-1972
<b>CEF vai credenciar agentes lotéricos</b>	Credenciamento de agentes lotéricos	Setembro-1972
<b>CEF instala agência no povoado estreito</b>	Abertura de agência	Novembro-1972
<b>Caixa econômica já entregou mil certificados: pis</b>	Programa de integração social	Novembro-1972
<b>CEF aguarda saques do PIS</b>	Saques do PIS	Novembro-1972
<b>Caixa em ritmo de crescimento (editorial)</b>	Sobre crescimento da CEF no Maranhão	Dezembro-1972
<b>CEF agora tem poderes para recuperar mercado</b>	Caráter político à CEF	Fevereiro-1973

**FGTS**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Fundo de garantia parcela débitos das empresas	Atuação fgts	Maio-1970

**FINAME**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Finame assina convênio com CPM	Financiamento a empresas maranhenses	Novembro-1972

**FINAP**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Criado o fundo de financiamento e elaboração de projetos	Criação de agência	Janeiro-1970

**SUDAM**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
Sarney na posse de novos dirigentes da sudene e da sudam	Posse de dirigentes	Fevereiro-1969
Amazônia falará com todo Brasil dentro de 18 meses	Integração nacional	Março-1969
Sudam aprova	Aprovação de projetos	Março-1969
Problemas amazônicos vão ser examinados	Seminário sobre problemas amazônicos organizado pelo banco da Amazonia e pela sudam	Março-1969
Ampliação dos recursos para o desenvolvimento do nordeste	Aplicação de recursos pela sudam	Março-1969
Funcionária da sudam em nossa capital	Curso de extensão	Agosto-1969
Sarney amanhã na reunião da sudam	Análise de projetos	Setembro-1969
Sudam é um fato	Atuação empresariado	Dezembro-1969
Sarney defendeu projetos da SUDAM	Projetos	Julho-1970
Dino e Médici em reunião da SUDAM	Construção da rodovia transamazônica	Outubro-1970

Participou da reunião da sudam	Reunião sobre desenvolvimento da Amazônia	Fevereiro-1971
Sudam desenvolve a Amazônia	Desenvolvimento	Janeiro-1972
Sudam discutirá aumento de capital no Maranhão	Acumulo de capital	Março-1972
Sudene e sudam estão reunidas	Reunião do conselho deliberativo da sudam	Julho-1972
Política da sudam ao babaçu causa prejuízos ao estado	Financiamento	Janeiro-1973
Sudam quer implantar indústria têxtil na região norte do país	Industrialização	Março-1973
Sudam libera 92 milhões de incentivos	Recursos a projetos	Agosto-1973

## SUDEMA

Título	Tema	Mês-ano
Eficiente atuação da SUDEMA na obra de desenvolvimento do Estado	Desenvolvimento	Janeiro-1969
DEE-Sudema iniciam importantes pesquisas na capital e no interior maranhense	Pesquisas	Setembro-1969
Notícias sudema	Atuação da sudema	Outubro-1969
Sudema promove importante palestra	Palestra intitulada "Maranhão, área salineira"	Novembro-1969
Nova estrutura para a sudema	Estrutura sudema	Abril-1971
Médici e Jarbas louvam sudema	Sobre a primeira semana de debates sobre problemas de desenvolvimento do sul do Maranhão	Junho-1971
Governo cria omissão: desenvolvimento do Itaqui	Desenvolvimento	Julho-1971
Sudema elabora proposta orçamentaria para 1972	Proposta orçamentária	Outubro-1971
Prorrogado por 60 dias convenio sudene-sudema	Convenio	Maior-1972
Sudema assina convenio para desenvolver a micro região 8	Desenvolvimento	Maior-1972

Sudema reajusta seu programa e sistema	Nova programação orçamentária	Junho-1972
Sudema dinamisa a iniciativa privada	Projeto de dinamização da iniciativa privada	Junho-1972
Sudema vai ajustar sistema orçamentário	Ajuste de sistema orçamentário	Junho-1972
Sudema foi extinta, assembleia criou sec. De planejamento	Extinção de instituição	Junho-1972

## SUDENE

Título	Tema	Mês-ano
Sudene: sai Euler	Investimento	Janeiro-1969
Ministério do interior defende reformas do NE.	Atuação da sudene nas reformas do NE	Janeiro-1969
Sarney hoje na posse dos novos dirigentes da SUDENE e da SUDAM	Posse de dirigentes	Fevereiro-1969
Confirmado apoio ao nordeste	Apoio ao nordeste	Fevereiro-1969
Ampliação dos recursos para o desenvolvimento do nordeste	Aplicação de recursos pela sudene	Março-1969
Superintendente da sudene em são luis	Visita de dirigente da sudene	março-1969
Sarney defenderá na sudene três importantes projetos	Projetos	Março-1969
Cohebe recebeu da sudene Cr\$ 5 milhões para concluir Boa Esperança	Investimento	Abril-1969
Sudene faz a pesquisa industrial nordestina	Pesquisa sobre a estrutura industrial	Abril-1969
Sudene incentiva projetos agro-pecuarios na região	Investimento	Maiio-1969
Sudene analisa mais dois projetos para o Maranhão	Análise de projetos	Maiio-1969
Superintendente da sudene otimista	Sobre convenções sobre o nordeste	Maiio-1969
Verba da sudene liberada	Investimento	Maiio-1969
Sudene libera recursos para obra de saneamento	Recursos infraestrutura	Julho-1969
Órgão da sudene fiscaliza estrada	Fiscalização	Julho-1969

<b>Sudene tem reunião marcada para hoje</b>	Discussão de projeto maranhense	Julho-1969
<b>Técnicos da sudene examinam o projeto</b>	Vistoria de projeto agropecuário	Agosto-1969
<b>Sudene aprovou mais dois importantes projetos agropecuários para o Maranhão</b>	Aprovação de projetos	Agosto-1969
<b>Sudene diz não aos gráficos</b>	Análise	Agosto-1969
<b>Usiba-sudene</b>	Investimento na indústria	outubro-1969
<b>Medidas da sudene em favor do nordeste</b>	Atuação da sudene	Outubro-1969
<b>Beneficiada da sudene</b>	Atuação da sudene no setor industrial	Outubro-1969
<b>580 milhões da sudene para água no Maranhão</b>	Investimento infraestrutura	Novembro-1969
<b>Dez anos de sudene</b>	Trajectoria	Dezembro-1969
<b>Estímulo à pequena e media empresa do nordeste</b>	Financiamento a empresas	Dezembro-1969
<b>Sudene: dois em pauta</b>	Investimento no setor industrial	Janeiro-1970
<b>Sarney propôs e sudene promoverá encontro de secretário de educação</b>	Sobre a educação integrada	Janeiro-1970
<b>Sudene ataca política de colonização</b>	Sobre a política de colonização	Fevereiro-1970
<b>Sudene sem verbas de emergência</b>	Verbas	Fevereiro-1970
<b>Novos financiamentos a firmas maranhenses</b>	Financiamento sudene	Março-1970
<b>Sudene investiu mais de um bilhão em 1969</b>	Investimento	Março-1970
<b>Maranhão entre os estados que receberão novos financiamentos</b>	Novos financiamentos	Março-1970
<b>Investidores interessados na área nordestina</b>	Investimento sudene	Abril 1970
<b>213 empresas receberão recursos da sudene</b>	Investimento em empresas	Maiio-1970
<b>Sudene destina novos recursos: maranhão</b>	Recursos Maranhão	Maiio-1970
<b>Sudene liberou novos recursos para o Maranhão</b>	Recursos ao Maranhão	Junho-1970
<b>Gov. Dino em outra reunião da Sudene</b>	Sobre planos de ação do governo	Junho-1970



<b>Sudene destina novos recursos para o Maranhão e nordeste</b>	Recursos ao Maranhão	Junho-1970
<b>Sudene continua concedendo novos recursos ao Maranhão</b>	Aprovação de projetos	Setembro-1970
<b>Incentivos fiscais para 12 empresas</b>	Investimento	Outubro-1970
<b>Sudene vê 10 projetos para o Maranhão</b>	Projetos	Janeiro-1971
<b>Elevada pela sudene a ajuda financeira à nossa agricultura</b>	Financiamento	Fevereiro-1971
<b>Convênio sudene-sudema para estudar flutuações de mercado</b>	Estudo de financiamento	Fevereiro-1971
<b>Sudene: Neiva na reunião</b>	Reunião do conselho deliberativo da sudene	Março-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Aprovação de projetos de interesse ao Maranhão	maio-1971
<b>Renda per capita no nordeste cresceu 100% segundo a sudene</b>	Pesquisa	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Laudo natel com o superintendente da sudene	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Sudene corrige desníveis	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Extinção das últimas frentes da sudene	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Pesquisa	Maio-1971
<b>Sudene ajuda agricultura maranhense</b>	Investimento agropecuario	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Auxilio à rede de esgoto	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Sudene participa de conferência	Maio-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Sudene designa técnico para auxiliar projeto Radan	Junho-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Novo diretor do departamento de saneamento básico	Junho-1971
<b>Notícia da sudene</b>	Sudene tenta pesquisas e água do nordeste	Junho-1971
<b>Sudene apoia agropecuária no maranhão</b>	Investimento	Julho-1971
<b>Sudene faz o levantamento de riqueza mineral do nordeste</b>	Pesquisa	Agosto-1971
<b>Sudene e estado assinam</b>	Desenvolvimento	Agosto-1971

<b>convênio</b>		
<b>Presidida por Neiva a mais proveitosa sessão da sudene</b>	Aprovação de projetos	Agosto-1971
<b>Sudene reúne-se em fortaleza dia 22</b>	Reunião do conselho deliberativo	Setembro-1971
<b>Sudene tem modelo eficaz para o campo: pcat</b>	Investimento no campo	Setembro-1971
<b>Próxima reunião da sudene será em fortaleza: novembro</b>	Reunião do conselho deliberativo	Setembro-1971
<b>Sudene aprova 90 projetos de industrialização</b>	Aprovação de projeto	Setembro-1971
<b>Sudene dá apoio à avicultura</b>	Financiamento	Setembro-1971
<b>54 milhões para água e indústria</b>	Financiamento	Setembro-1971
<b>Tenicos da sudene reinaram no México</b>	Treinamento sobre aproveitamento de água subterrânea	Outubro-1971
<b>Sudene compromete recursos com agricultura nordestina</b>	Investimento agropecuário	Outubro-1971
<b>Sudene realizou novas deliberações do 34-18</b>	Incentivos fiscais	Outubro-1971
<b>Sudene aplica 11 milhões em energia do nordeste</b>	Investimento energia	Outubro-1971
<b>Sudene estrutura mercados para oleaginosas do nordeste</b>	Investimento	Outubro-1971
<b>Sudene discute com prefeitos problemas de desenvolvimento</b>	Desenvolvimento	Outubro-1971
<b>Sudene beneficia a pesca</b>	Investimento	Outubro-1971
<b>Sudene assegura mais recursos</b>	Financiamento	Outubro-1971
<b>Mais recursos para a indústria e a agricultura</b>	Investimento	Outubro-1971
<b>sudene libera mais de 6 milhões para a coebe</b>	Financiamento coebe	Novembro-1971
<b>Empresários podem confiar no potencial do NE. e na sudene</b>	Incentivos a empresários	Novembro-1971
<b>Sudene fiscaliza numero recorde de projetos no NE.</b>	Projetos	Dezembro-1971
<b>Aprovados novos</b>	Investimento	Janeiro-1972

<b>investimentos no NE.</b>		
<b>Brasil será futuro fabricante de papel moeda</b>	Fabricação de papel no nordeste	Janeiro-1972
<b>Expansão da pecuária no nordeste</b>	Estudo sobre investimento agropecuário	Janeiro-1972
<b>497 projetos agropecuários sudene aprovou ate agora</b>	Aprovação de projetos	Janeiro-1972
<b>Sudene: 200 mil empregos no nordeste</b>	Empregos	Janeiro-1972
<b>Superintendentes da sudene tem programação no maranhão</b>	Dirigência no ma	Janeiro-1972
<b>Prefeito na sudene: empréstimo</b>	Empréstimo	Março-1972
<b>Sudene terá sede própria até dezembro deste ano</b>	Sede de agência	Março-1972
<b>Sudene implanta no nordeste sistema de contagem de tráfego</b>	Convenio com DNER	Abril-1972
<b>Portaria da sudene vista a evitar as disparidades infra-regionais</b>	Aplicação dos recursos deduzidos do imposto de renda	Maiio-1972
<b>Sudene libera mais incentivos fiscais</b>	Incentivos fiscais	Maiio-1972
<b>Prorrogado por 60 dias convenio sudene-sudema</b>	Convenio	Maiio-1972
<b>Sudene cria sistema integrado de treinamento</b>	Sistema integrado de treinamento	Maiio-1972
<b>Sudene vai colonizar região do maranhão</b>	Colonização	Maiio-1972
<b>Sudene liberou C\$130 mil para projeto de colonização</b>	Colonização	Maiio-1972
<b>Sudene destaca em recife a instituição da colone</b>	Instituição da colone	Maiio-1972
<b>Pesquisas agropecuárias terão recursos da sudene</b>	Recurso a pesquisa	Junho-1972
<b>Sudene realiza estudos sobre comercialização</b>	Estudos sobre comercialização	Junho-1972
<b>Governo ativa progresso do NE</b>	Aceleração do progresso	Junho-1972
<b>Sudene vai impulsionar colonização no Maranhão</b>	Colonização	Junho-1972
<b>Experiência da sudene será levada à bolivia</b>	Atuação exterior	Junho-1972
<b>Sudene atualiza relação</b>	Atualização relação de	Junho-1972

<b>de empresas do 34-18</b>	empresas do 34-18	
<b>Sudene perfura poço: ceará</b>	Infraestrutura	Junho-1972
<b>Sudene vai treinar 160 técnicos em irrigação</b>	Formação de técnicos	Junho-1972
<b>Evandro afirma que sudene vai alterar sistema 34-18</b>	Maior responsabilidade dos captadores de recursos	Junho-1972
<b>Sudene vai definir projeto para melhorar prefeituras</b>	Aprovação de projeto	Junho-1972
<b>Sudene incentiva a cultura do algodão</b>	Investimento	Junho-1972
<b>Sudene quer aproveitar resíduos</b>	Pesquisa	Junho-1972
<b>Sudene dá recursos para pesquisas tecnológicas</b>	Incentivo à tecnologia	Junho-1972
<b>Sudene e sudam estão reunidas</b>	Reunião do conselho deliberativo da sudam	Julho-1972
<b>Sudene contrata perfuração de dados sobre chuvas no nordeste</b>	Contratação de perfuração de dados sobre chuvas do nordeste	Julho-1972
<b>Sudene promoverá encontros sobre pesquisa agropecuária</b>	Pesquisa agropecuária	Julho-1972
<b>Sudene pesquisa e estuda agropecuária regional</b>	Pesquisa	Julho-1972
<b>Sudene assina convênios para melhorar agropecuária</b>	Convênios	Julho-1972
<b>Sudene liberou mais de C\$ 15 milhões</b>	Incentivos fiscais	Julho-1972
<b>Sudene libera cinco projetos do maranhão</b>	Aprovação de projetos	Agosto-1972
<b>Sudene reaplica dividendos no setor de energia do nordeste</b>	Investimento	Agosto-1972
<b>Técnico da sudene fala sobre sementes de milho</b>	Produção de milho	Agosto-1972
<b>Sudene ainda não liberou construção do matadouro</b>	Investimento em construção de matadouro	Agosto-1972
<b>Sudene examina novo matadouro</b>	Análise de projeto	Agosto-1972
<b>Sudene e sagrima realizam pesquisa</b>	Pesquisa sobre culturas de maior nível de produtividade	Setembro-1972
<b>Sudene realiza pesquisas para melhorar rebanho</b>	Pesquisas agropecuárias	Outubro-1972

Sudene aplica recursos em sementes selecionadas	Melhoramento da fruticultura (particularmente no Ceará e na Bahia)	Outubro-1972
Sudene fortalece sistema de planejamento agrícola	Estudos sobre agricultura	Outubro-1972
Sudene destina mais de C\$ 10 milhões para desenvolver agricultura no NE.	Desenvolvimento agrícola	Outubro-1972
Sudene pesquisa safra em 500 municípios do nordeste	Pesquisa sobre previsão de safra	Outubro-1972
Sudene distribuirá sementes de milho	Financiamento agrícola	Outubro-1972
Sudene liberou mais 7 milhões para energia	Investimento eletrificação rural	Outubro-1972
Sudene libera mais incentivos fiscais	Liberação de incentivos fiscais	Novembro-1972
Sudene treina empresários para a pequena indústria	Formação empresarial	Novembro-1972
Distritos industriais: apoio total da sudene	Implantação de distritos industriais	Novembro-1972
Sudene aplica CR\$ 11 milhões na agricultura do nordeste	Financiamento	Novembro-1972
Interesse por minérios no simpósio da sudene	Simpósio sobre minérios em São Paulo	Novembro-1972
Sudene estuda recursos pesqueiros do Maranhão	Estudo-pesca	Dezembro-1972
Sudene libera mais incentivos fiscais	Liberação de incentivos fiscais	Dezembro-1972
Sudene beneficia 8 empresas do Maranhão	Recursos a empresas	Dezembro-1972
Sudene realiza última reunião	Reunião de conselho deliberativo sobre o programa de financiamento das indústrias de base do nordeste	Dezembro-1972
Sudene: distribuída a pauta de reunião de encerramento	Reunião de encerramento de exercício	Dezembro-1972
Sudene aprova projetos do MA	Aprovação de projetos	Dezembro-1972
Sudene pesquisa o litoral maranhense	Pesquisa para desenvolvimento	Dezembro-1972
Sudene autoriza verba para o Maranhão	Liberação de verba	Dezembro-1972

<b>Sudene tem mais 9 projetos para o nordeste</b>	Aprovação de projetos	Dezembro-1972
<b>Sudene libera mais incentivos fiscais</b>	Incentivos fiscais	Janeiro-1973
<b>Comissão de planejamento é instalada pela sudene</b>	Instalação de comissão de planejamento	Janeiro-1973
<b>Sudene promove estudos de solos e água no NE</b>	Pesquisa	Janeiro-1973
<b>Programa em dois estados recebem recursos da sudene</b>	Recursos a estados	Janeiro-1973
<b>Sudene publica dados sobre a agropecuária maranhense</b>	Publicação de dados estatísticos	Janeiro-1973
<b>Sudene inicia projeto d'água em Imperatriz</b>	Realização de projeto	Janeiro-1973
<b>Integração econômica (editorial)</b>	Integração nacional	Janeiro-1973
<b>Sudene destina recursos para produzir sementes</b>	Investimento agrícola	Janeiro-1973
<b>Sudene libera 34-18 para concluir usina</b>	Liberação de recursos	Janeiro-1973
<b>Sudene realizará pesquisa para diversificar cultivo</b>	Pesquisa	Janeiro-1973
<b>Sudene fortalecida</b>	Reunião conselho deliberativo	Janeiro-1973
<b>Maranhão mais beneficiado com recursos da sudene</b>	Recursos	Janeiro-1973
<b>Sudene estudará alimentação do NE</b>	Pesquisa	Janeiro-1973
<b>Programas de recursos humanos terão apoio da sudene em 73</b>	Apoio a recursos humanos	março-1973
<b>Sudene distribui vacinas para combater o sarampo</b>	Atuação saúde	Março-1973
<b>Sudene libera mais incentivos fiscais</b>	Liberação de incentivos fiscais	Março-1973
<b>Conselho apoia critério da sudene ao apoiar projetos</b>	Reunião de conselho	Março-1973
<b>Sudene realiza pesquisa para previsão de safra</b>	Pesquisa	Abril-1973
<b>Benefícios da sudene a empresas maranhenses</b>	Isenção do imposto de renda	Abril-1973
<b>Esvaziamento da sudene</b>	Esvaziamento da sudene	Abril-1973

<b>Sudene pesquisará eletrificação rural</b>	Pesquisa	Maio-1973
<b>Sudene analisa perspectiva da agro-industrial do babaçu</b>	Pesquisa	Maio-1973
<b>Sudene fiscalizará aplicação de verbas</b>	Fiscalização de projetos	Maio-1973
<b>Diretor da sudene no Maranhão</b>	Dirigência	Maio-1973
<b>Sudene beneficia 38 empresas maranhenses</b>	Credito	Maio-1973
<b>Sudene beneficia 39 empresas do Maranhão</b>	Credito	Maio-1973
<b>Extinção da sudene e especulação vil</b>	Extinção da sudene	Maio-1973
<b>Governador rebate críticas à sudene</b>	Reunião de conselho	Maio-1973
<b>Secretário nega ter falado em extinção da sudene</b>	Extinção da sudene	Maio-1973
<b>Sudene amplia capacidade de produção de sementes</b>	Investimentos agrícolas	Maio-1973
<b>Sudene e colone implantam 5 mil famílias</b>	Habitação	Maio-1973
<b>Sudene firma convenio com órgão francês</b>	Convenio	Maio-1973
<b>Saúde recebe verbas da sudene</b>	Financiamento saúde	Maio-1973
<b>Sudene promove palestra hoje</b>	Formação	Maio-1973
<b>Oportunidades industriais são estudadas pela sudene</b>	Pesquisa	Junho-1973
<b>Sudene contrata edição de estudos hidrogeológicos</b>	Pesquisa	Junho-1973
<b>Sudene incentiva plantio de palma forrageira no NE</b>	Investimento agrícola	Junho-1973
<b>Sudene da recursos a esgoto sanitário</b>	Infraestrutura	Junho-1973
<b>Sudene incentiva de carnes de aves no nordeste</b>	Incentivo agropecuários	Junho-1973
<b>Sudene já aprovou projeto de CR\$ 1 bilhão, este ano</b>	Aprovação de projeto	Junho-1973
<b>Sudene dá mais recursos</b>	Pesquisa	Junho-1973

para pesquisas pesqueiras		
Sudene e símbolo de integração diz superintendente em São Paulo	Integração	Junho-1973
Sudene divulga dados estatísticos de Alagoas	Pesquisa	Junho-1973
Sudene libera mais incentivos fiscais	Incentivos fiscais	Junho-1973
Setor agrícola recebeu 15 milhões da sudene	Investimento agrícola	Junho-1973
Distritos industriais serão financiados no Maranhão	Financiamento	Junho-1973
Sudene reunirá conselho para aprovar projetos	Aprovação de projetos	Junho-1973
CD da sudene vai discutir indústria de fertilizantes	Industrialização	Junho-1973
Sudene aplica verbas federais para ampliar eletrificação rural	Infraestrutura no campo	Julho-1973
Sudene incentiva produção de sementes selecionadas	Investimento agrícola	Julho-1973
Sudene pesquisa minerais	Pesquisa	Julho-1973
Sudene pesquisa abastecimento	Pesquisa	Julho-1973
Sudene libera títulos de 50 novas empresas	Prazo para a cessão de intransferibilidade dos títulos de 34-18	Julho-1973
Sudene libera mais incentivos fiscais	Liberação de incentivos fiscais	Julho-1973
Sudene: recursos a empresas maranhenses	Credito	Julho-1973
Sudene amplia cooperação para comissões agrícolas	Financiamento agrícola	Julho-1973
Sudene-ibdf promovem curso	Formação	Julho-1973
Recursos da sudene para o Maranhão	Credito	Julho-1973
Sudene coordenará centros de administração municipal	Administração	Julho-1973
Sudene apoia estudos de pesca no ceará	Pesquisa	Julho-1973
Sudene orienta artesanato maranhense	Formação	Julho-1973



<b>Sudene e sagrima estudam abastecimento de SI.</b>	Pesquisa	Julho-1973
<b>Sudene beneficia seis empresas maranhenses</b>	Isenção de imposto	Julho-1973
<b>Sudene aprecia projeto de transistores no NE</b>	Projeto	Julho-1973
<b>A ação da sudene no Maranhão</b>	Resumo de atuação	Julho-1973
<b>Conselho da sudene tem pauta e CR\$ 184 milhões</b>	Reunião conselho	Julho-1973
<b>Sudene fará pesquisa sobre consumo d'água</b>	Pesquisa	Agosto-1973
<b>planejamento recebe parcela da sudene</b>	Sistema integrado de treinamento	Agosto-1973
<b>Ministro reafirma que não há esvaziamento da sudene</b>	Extinção sudene	Agosto-1973
<b>Sudene beneficia mais 45 empresas</b>	Recursos	Agosto-1973
<b>Sudene recebe novos projetos industriais</b>	Projetos	Agosto-1973
<b>Sudene e banco mundial pesquisam agricultura</b>	Pesquisa	Agosto-1973
<b>Sudene reforça recursos de energia para o nordeste</b>	Infraestrutura	Agosto-1973
<b>Deputado diz em Pernambuco que a sudene está em crise</b>	Extinção sudene	Agosto-1973
<b>Sudene promoverá curso</b>	Formação	Agosto-1973
<b>Sudene libera verbas orçamentarias para nordeste</b>	Liberação de verbas	Agosto-1973
<b>Sudene reúne para ver maior pauta de projeto</b>	Projeto	Agosto-1973
<b>Sudene concedeu isenções do IR a 210 empresas : NE</b>	Isenção de imposto	Agosto-1973
<b>Sudene estuda zona cacauera</b>	Pesquisa	Agosto-1973
<b>Sudene destaca mais verbas para estados</b>	Liberação de verbas	Agosto-1973
<b>Sudene estuda potencial de solos do nordeste</b>	Pesquisa	Agosto-1973
<b>Sudene entrega cheque ao DER</b>	Programa de pesquisa	Setembro-1973
<b>Técnicos da sudene</b>	Pesquisa	Setembro-1973

assessoram o IPEI		
Cooperativas apoiam política da sudene	Parceria (destaque)	Setembro-1973
Sudene define extensão ideal para as glebas	Estudo	Setembro-1973
Sudene libera mais incentivos fiscais	Investimentos em projetos agropecuários e industriais	Setembro-1973
Sudene reúne com der e dner	Contagem volumétrica do trafego	Setembro-1973
Sudene libera recursos para empresas maranhenses	Credito a empresas	outubro-1973
Sudene tem catálogos de produtos exportáveis	Exportação	outubro-1973
Sudene libera recursos	Credito as industrias	novembro-1973
Sudene estimula artesanato do PI	Credito a artesanato	novembro-1973
Sudene libera 16 milhões: Maranhão incluído	Recursos a empreendimentos industriais	novembro-1973
Investimentos da sudene 2,5 bilhões até outubro	Investimentos	novembro-1973
A sudene está presente na Amazonia Maranhense com a colone	Colonização	novembro-1973
Edição da sudene circulou no Piauí e Ceará com sucesso	Diários do Maranhão prepara edição a sudene	Dezembro-1973
Sudene aprova novos projetos	Aprovação de projetos	Dezembro-1973
Projeto do Maranhão na pauta da sudene	Projeto	Dezembro-1973
Sudene está concluindo pesquisa	Pesquisa	Dezembro-1973
Sudene agracia servidores	Distintivo “sudene 10 anos”	Dezembro-1973
Sudene ganha nova sede	Fixação de sede	Dezembro-1973

## SUNAB

Título	Tema	Mês-ano
Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB	Deliberação	Fevereiro-1969
Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB	Deliberação	Fevereiro-1969

<b>Sunab volta-se para farinha</b>	Produção de farinha	Março-1970
<b>Sunab falhou no abastecimento de pescado</b>	Abastecimento pesca	Março-1970
<b>Sunab reforça fiscalização</b>	Fiscalização	Setembro-1971
<b>Sunab quer controlar preços</b>	Controle de preços	Junho-1972
<b>Sunab é a grande ausente</b>	Aumento de preços	Julho-1973
<b>Sunab estuda o caso do leite</b>	Estudo	Dezembro-1973

### **SUDEPE**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Pescadores receberão assistência da sudepe</b>	Pesquisa em prol do desenvolvimento	Outubro-1972

### **USAID**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>	<b>Mês-ano</b>
<b>Programa da Usaid para o Brasil</b>	Programa para desenvolvimento rural	Dezembro-1970
<b>Convênio Brasil-USAID</b>	Convênio Brasil-USAID	Março-1971
<b>BNDE e USAID verão estradas vicinais</b>	Análise de projetos	Agosto-1972

Fonte: Jornal O Imparcial (1969-1973). Elaboração própria de todas as tabelas.